

# A regra do jogo: uma história institucional da CBF

Carlos Eduardo Sarmento



Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação.  
A citação deve ser textual, com indicação de fonte conforme abaixo.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA DESTE CAPÍTULO:

SARMENTO, Carlos Eduardo. *A regra do jogo: uma história institucional da CBF/Coordenação Adelina Maria Novaes Cruz*, Carlos Eduardo Sarmiento e Juliana Lage Rodrigues; Texto Carlos Eduardo Sarmiento. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006. 176 f.

A REGRA DO JOGO: UMA HISTÓRIA INSTITUCIONAL DA CBF

FICHA TÉCNICA

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil  
CPDOC – FGV

Coordenação de pesquisa: Adelina Maria Novaes Cruz e Carlos Eduardo Sarmento

Pesquisa Documental e Bibliográfica: Carlos Eduardo Sarmento e Juliana Lage Rodrigues

Pesquisa Iconográfica: Adelina Maria Novaes Cruz e Regina da Luz Moreira

Texto: Carlos Eduardo Sarmento

Revisão de texto: Dora Rocha

A PESQUISA DOCUMENTAL E O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DESTES  
TEXTOS CONTARAM COM O FINANCIAMENTO E O APOIO INSTITUCIONAL  
DA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL

## SUMÁRIO

### **1. FUTEBOL E DIPLOMACIA**

Pioneirismo e cisão em São Paulo

O Rio em busca da hegemonia nacional

Impasse e acordo: a criação da CBD

Os Campeonatos Sul-Americanos e o reconhecimento da CBD

1920: uma década de crises

### **2. A OFICIALIZAÇÃO DO FUTEBOL**

Em torno do I Campeonato Mundial de Futebol

Amadores ou profissionais?

Dualidade de comando: a CBD e a FBF

Intervenção do Estado: a criação do CND

O futebol oficial

### **3. DO INFERNO À REDENÇÃO**

Preparativos para a Copa do pós-guerra

Sonho e frustração: as Copas de 1950 e 1954

Investimento no futebol

Modernidade e consagração: o “caneco” de 1958

### **4. A CONSOLIDAÇÃO DA CBD**

Esporte amador, futebol e equilíbrio orçamentário

Rumo ao bicampeonato em 1962

Problemas financeiros

Derrota na Inglaterra e militares no futebol

Rumo ao tricampeonato em 1970

### **5. A CBF ENTRA EM CAMPO**

Planos para o futuro e estabilização financeira

1974: derrota na Copa, vitória na FIFA

Decisões centralizadas

Primeiros anos da CBF

A reconquista da hegemonia mundial

## Capítulo 1

### FUTEBOL E DIPLOMACIA

Na noite de 18 de junho de 1916, o ministro das Relações Exteriores, Lauro Müller, abriu sua residência em Copacabana para que ali se realizasse uma reunião considerada da máxima importância para a diplomacia brasileira. O chanceler decidira assumir pessoalmente o papel de intermediador entre interlocutores cuja relação anterior já havia sofrido um longo desgaste, porque sabia que um acordo precisava ser rapidamente alcançado. Já era madrugada do dia 19, quando o consenso se estabeleceu. Um memorando de intenções foi redigido e assinado pelo ministro e pelos outros três negociadores. Por direta intermediação do Itamaraty, foram assim assentadas as bases para a unificação do comando do futebol no Brasil. Estava criada a Confederação Brasileira de Desportos.

À primeira vista, pode parecer estranha a relação entre a diplomacia e o tema da reunião presidida por Lauro Müller. Mas não é difícil entendê-la. Mais do que à simples preocupação de regulamentar a prática desportiva, o início do século XX assistiu à legitimação do esporte como um ideal superior de expressão das qualidades humanas. Resgatada da esfera da brutalidade de seres considerados inferiores e incultos, a expressão esportiva tornou-se um campo propício para as elites se lançarem à construção simbólica de seus valores civilizatórios. Em torno do esporte, instituiu-se todo um novo padrão de sociabilidade e fundou-se uma linguagem comum que favoreceu o intercâmbio entre as diferentes elites nacionais. Nesse quadro, a interferência aparentemente inusitada do ministro das Relações Exteriores para que fosse institucionalizado um organismo responsável pela gestão desportiva do país ganha sentido: estava em jogo, na verdade, a criação de um novo canal formal de operação para a diplomacia das nações.

No início da noite de 18 de junho, o ministro Lauro Müller tinha assim diante de si uma situação delicada que exigia solução imediata: de um lado, o conflito entre duas entidades que disputavam a hegemonia na representação desportiva brasileira; de outro,

um compromisso internacional que deveria ser cumprido: a formação e o envio de um selecionado de futebol para participar do I Campeonato Sul-Americano. Para compreendermos as raízes e o sentido desta disputa, devemos voltar ao ano de 1914.

### **Pioneirismo e cisão em São Paulo**

Embora já se jogasse sistematicamente futebol no país desde o final do século XIX, com clubes disputando campeonatos locais organizados por associações e ligas, até meados da década de 1910 ainda não havia surgido uma instituição de perfil nacional responsável pela regulamentação do esporte. O futebol, que nos primeiros anos da *Belle-Époque* era praticado majoritariamente por imigrantes e membros das elites, se disseminava cada vez mais pelos estados e atraía jogadores e assistentes das mais diferentes extrações sociais. O cenário já era bastante diferente daquele em que haviam surgido as primeiras agremiações. A diversificação e a ampliação do contingente de pessoas direta ou indiretamente vinculadas ao esporte fazia com que os primeiros modelos de organização se mostrassem obsoletos. Um forte impulso interno e externo indicava claramente a necessidade de buscar novas soluções.

Da quase mítica chegada de Charles Miller a Santos em fevereiro de 1894 (a despeito dos diversos registros sobre a prática do futebol no Brasil anteriores a esta data, este é considerado o marco inicial da disseminação do jogo no país) até a fundação da primeira associação regional de futebol, a Liga Paulista de Futebol (LPF), em 1901, muitos indícios já poderiam ser identificados como percussores da ambiência política que envolveria a grande disputa pela criação de um organismo nacional voltado para a organização do futebol. Desde o início estava claro que as elites nacionais buscavam no futebol um espelho no qual pudessem enxergar seu reflexo à luz dos valores da sociedade européia. No entanto, o futebol era um território em que circulavam desde refinados aristocratas ingleses, até truculentos marinheiros e operários oriundos das velhas ilhas britânicas. Muito antes da massificação do esporte, procurou-se assim estabelecer as fronteiras da tolerabilidade no convívio entre esses elementos.

Já os primeiros clubes de futebol organizados no país preocuparam-se em estabelecer uma rígida demarcação de espaços sociais. É bom lembrar que, quando se delimitam fronteiras, também se estabelecem relações políticas. Na fundação da LPF,

entre os cinco clubes que inicialmente a constituíram, já havia claras diferenças de orientação. O Mackenzie College, por exemplo, era um grupo fechado que praticamente não aceitava em seus quadros elementos que se distanciassem do seu padrão ideal de atletas: jovens filhos de famílias abastadas, sem distinção entre estrangeiros e brasileiros. Já nas fileiras do Germânia e do Paulistano, clubes que tiveram entre seus fundadores diversos imigrantes, havia maior tolerância com atletas originários de diferentes camadas sociais. Acreditava-se, aí, que o jogo e a disciplina física poderiam promover a sua elevação social.

Na capital da República, o cenário não diferia muito do de São Paulo. O futebol fora introduzido na cidade do Rio de Janeiro por ingleses que, a partir do campo do Rio Cricket and Athletic Association, situado na vizinha cidade de Niterói, passaram a organizar encontros para disputar partidas. Somente em 21 de julho de 1902 viria à luz o primeiro clube de futebol da cidade, o Fluminense Futebol Clube, fundado pelo imigrante inglês Oscar Cox. A partir desse núcleo original, o Rio logo passou a contar com um crescente movimento de criação e implantação de novas agremiações esportivas. Quando, em 8 de junho de 1905, foi fundada a Liga Metropolitana de Futebol, já existiam cinco clubes para apoiar a proposta. Pouco depois, o Rio Cricket e o Payssandu iriam também filiar-se. Esse atraso evidencia as resistências que o futebol provocava entre as elites. Os dois clubes precisaram alterar seus estatutos originais, pois estes não incluíam o futebol como esporte adequado ao gosto das famílias que os freqüentavam.

Um aspecto fundamental deve ser destacado na composição da liga de futebol carioca. Diferentemente do que acontecia na liga paulista, integravam a organização dois times compostos majoritariamente por atletas formados nas práticas desportivas promovidas no ambiente fabril: o Bangu e o América. Seria leviano afirmar que a instituição criada no Rio apresentava características e diretrizes mais democráticas em comparação com a liga fundada anos antes em São Paulo. No entanto, ao comportar em seu interior agremiações mais heterogêneas do que os clubes paulistas, a liga carioca já anunciava a maior diversidade social que caracterizaria a expansão do futebol nos anos seguintes.

Embora mantivessem contatos esportivos desde 1901, ano em que foi disputado na capital paulista o primeiro jogo entre um combinado de atletas locais e um grupo de

jogadores vindos do Rio de Janeiro, as associações futebolísticas das duas cidades jamais desenvolveram relações de cooperação e intercâmbio mais sistemático. Na realidade, as duas entidades guardavam cautelosa distância, o que poderia ser explicado tanto pelo aparente crescimento dos times de São Paulo, quanto pelo temor dos paulistas de que a liga carioca, por se situar na capital do país e ter facilidade de contato com grupos de outras regiões, se fortalecesse politicamente. Essa postura isolacionista viria ser quebrada a partir de 1913, quando uma questão inerente ao modelo de organização da LPF redundou na articulação de um movimento de âmbito nacional.

Naquele ano, a entidade paulista entrou em choque com um de seus associados, o Paulistano, devido à escolha do campo em que a equipe enfrentaria o Americano. O Paulistano defendia seu direito de jogar no estádio do Velódromo, enquanto os dirigentes da LPF designaram o Parque Antártica como local do encontro. Na data da partida, toda a equipe do Paulistano rumou para o Velódromo, ciente de que seus adversários não estariam lá. Tal atitude provocou o cancelamento do jogo e desencadeou uma série de retaliações que levariam o tradicional clube a romper com o órgão diretor do esporte em São Paulo e a fundar, em 22 de abril de 1913, a dissidente Associação Paulista dos Esportes Atléticos (APEA).

### **O Rio em busca da hegemonia nacional**

A cisão em São Paulo, que indicava a fragilidade da estrutura organizacional e política da LPF, precipitou alguns movimentos que vinham sendo ensaiados pelos dirigentes da liga carioca. Interessados em pavimentar vias que possibilitassem a conquista da hegemonia política sobre o futebol brasileiro, eles iniciaram uma aproximação com os dirigentes da recém-fundada APEA. Para tanto, contavam com dois trunfos e uma excelente justificativa.

Chamando a atenção para a necessidade de se estabelecerem condições mínimas para que o Brasil pudesse enviar uma delegação aos Jogos Olímpicos previstos para o ano de 1916, Álvaro Zamith, dirigente da Liga Metropolitana – que a partir de 1908 deixou de ser de Futebol para ser de Esportes Atléticos (LMEA) –, procurou atrair a nova entidade paulista para o projeto de uma federação olímpica nacional. Seu primeiro trunfo era o amplo apoio de entidades esportivas das mais diferentes regiões do país.

Esses apoios podiam ser explicados pela localização da LMEA na capital do país, onde residiam deputados e senadores que, em seus estados de origem, participavam do circuito social das elites locais, quase sempre relacionado com clubes náuticos e esportivos. O segundo trunfo era a proximidade entre os princípios da APEA e a prática política da entidade carioca. O Paulistano, clube que havia liderado o movimento pela criação da nova associação em São Paulo, divergia da maioria das agremiações paulistas por defender, em lugar do espaço exclusivo de uma sociabilidade aristocrática, uma prática futebolística mais democratizada.

Tendo obtido o apoio da entidade dissidente paulista, Álvaro Zamith convocou para o dia 8 de junho de 1914 uma reunião destinada a estabelecer as bases regulamentares para a criação de uma entidade nacional que centralizasse a gestão desportiva no Brasil. Realizado na sede da Federação Brasileira das Sociedades de Remo, na cidade do Rio de Janeiro, o encontro reuniu, além dos donos da casa, os representantes da LMEA, do Automóvel Clube Brasileiro, da Comissão Central de Concursos Hípicos, do Clube Ginástico Português, do Iate Clube Brasileiro e do Aeroclube Brasileiro. Tamanha a diversidade de atividades esportivas era uma garantia de que o acordo a ser firmado, para a instalação do Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e a fundação de uma confederação nacional de entidades desportivas, era representativo de um amplo contingente de lideranças que militavam na área dos esportes. No documento produzido ao final do encontro, os presentes concordavam com a criação do COB e também da Federação Brasileira dos Esportes (FBE). Embora complementares, as atividades das duas organizações diferenciavam-se claramente. Passava a ser responsabilidade do Comitê a preparação e organização das delegações de atletas brasileiros que iriam representar o Brasil nos futuros Jogos Olímpicos. Já à Federação caberia a organização do esporte nacional, incluindo-se aí a preparação e a realização de torneios e eventos esportivos nacionais e internacionais.

Antes de ser suspensa a sessão, foi designada uma comissão encarregada da redação de uma minuta de estatuto para a nova Federação. Integravam-na Ariovisto de Almeida Rego, Bernardo de Oliveira, Mário Pollo, Octavio Ferreira de Mello e J. A. de Souza Ribeiro. Embora não estabelecesse uma data precisa para a apresentação e aprovação do estatuto e do regimento da Federação, Álvaro Zamith recomendou que

esses documentos estivessem prontos no mais breve espaço de tempo e fez constar da ata da reunião um pronunciamento emblemático:

O esporte é de fundamental importância na regeneração das raças e dos costumes (...) como também no estreitamento das relações internacionais, tornando-se hoje um auxiliar da diplomacia. O indiferentismo diante dos progressos do esporte seria um crime e foi por pensar assim que um grupo de verdadeiros abnegados, porque disso não usufruem lucro algum, pensou um dia em fazer entrar a nossa pátria no concerto das nações que mais se tem distinguido nesse assunto. Nossas relações esportivas internacionais foram iniciadas, como sabeis, pelos clubes de futebol, mas não só de futebol devemos cuidar. (...) Para que o Brasil se faça representar dignamente no mundo esportivo, é necessário, porém, que se comece unificando o seu esporte. (...) A FBE será, na nossa terra, a autoridade única no esporte. (...) A construção deste monumento grandioso (...) representará, sem dúvida, um passo a mais, para o progresso da Pátria, para a regeneração de sua raça e para os laços de amizade com as nações que lhe são vizinhas ou com as que a ela se acham ligadas por interesses políticos e comerciais.<sup>1</sup>

A preocupação política em consolidar a FBE como entidade única responsável pela organização desportiva nacional levava à formulação de um discurso no qual eram associados ao esporte alguns dos referenciais mais caros aos projetos nacionais de nossas elites. O esporte poderia ser o fator de promoção da eugenia, transformando a então questionada “raça” brasileira em um contingente étnica e fisicamente mais forte e adaptado. Além disso, a Federação passaria a servir como elemento de intercâmbio com as mais “evoluídas” nações do planeta, dotando o país de uma alavanca que poderia corrigir o “atraso” em relação às potências internacionais. A perspectiva civilizatória, transformada em estandarte de legitimação política do projeto da FBE, passaria a ser um

---

<sup>1</sup> *apud* Relatório de 1918 da Confederação Brasileira de Desportes.

dos mais recorrentes eixos retóricos dos responsáveis pela gestão da área esportiva. Desde sua gênese institucional, a preocupação com o universo esportivo se aproximava da defesa dos interesses nacionais, da promoção social do povo e da construção da identidade nacional.

Premidos pela necessidade de constituir uma delegação brasileira para a disputa dos Jogos Olímpicos de 1916, previstos para a cidade de Berlim, os signatários do documento de junho de 1914 trataram de dar rapidamente estrutura formal ao COB, relegando a regulamentação da FBE a um plano inferior na escala de prioridades. Assim, foi prontamente decidida a estrutura organizacional do COB, com áreas setoriais formais cuidando de cada uma das seguintes modalidades esportivas: hipismo, equitação, esportes atléticos, natação, remo, tiro, ginástica e halterofilismo. Curiosamente, também se estruturaram as áreas relacionadas ao automobilismo, turismo e aviação. Foi eleita ainda a primeira diretoria do Comitê, composta por Fernando Mendes de Almeida (presidente), Álvaro Zamith (primeiro vice-presidente), Ariovisto de Almeida Rego (segundo vice-presidente), Almeida Brito (secretário nacional), J. Pinheiro Barbosa (secretário de ata) e Raul de Carvalho (tesoureiro). Todo esse processo, no entanto, viria a se frustrar na medida em que o agravamento da Primeira Guerra Mundial no continente europeu veio a forçar o cancelamento das Olimpíadas.

### **Impasse e acordo: a criação da CBD**

Enquanto os grupos que se uniram em torno da proposta de Álvaro Zamith privilegiaram a montagem do COB, os dirigentes da LPF vislumbraram a possibilidade de obter uma vitória política tanto sobre seus adversários locais como também sobre os grupos que pretendiam constituir um comando único do esporte no país. Para a LPF, a manobra orquestrada pelo grupo de dirigentes cariocas tivera o propósito de consolidar a cisão em São Paulo e assim afastar os dirigentes paulistas da posição histórica de pioneirismo na organização da prática futebolística. Ao perceber que APEA se compusera com a liga carioca, os membros da liga paulista passaram a acompanhar atentamente os movimentos desta.

Diante do projeto de unificação do comando desportivo, alinhavado na reunião de 8 de junho de 1914, os paulistas da LPF avaliaram atentamente o quadro que se

delineava. Sabiam que, por conta das relações políticas de homens como Zamith e Souza Ribeiro, era muito mais fácil para o grupo que operava a partir da capital do país dialogar com um número maior e mais diversificado de associações regionais. Certamente, na organização de uma federação única dedicada a todos os ramos da atividade esportiva, a LFP estaria em posição de nítida desvantagem. Já no caso exclusivo da organização do futebol, poderia ser mais bem-sucedida. Dois fatores sustentavam essa avaliação: os contatos anteriormente estabelecidos entre a LFP e dirigentes de futebol de outros países, e o fato de o regulamento da FIFA, a Fédération Internationale de Football Association, prever o reconhecimento de entidades nacionais dedicadas exclusivamente à organização do futebol.

Pautando-se pela diretriz explícita emitida pela FIFA, Mário Cardim, presidente da LPF, aproveitou-se do *quorum* de uma reunião da Liga para propor a criação da Federação Brasileira de Futebol (FBF). Em 3 de março de 1915, os clubes que integravam a LPF, contando com o apoio de times do Paraná e Rio Grande do Sul, assinaram um documento que previa a criação dessa entidade nacional. No dia seguinte, valendo-se de seus contatos na Argentina e no Uruguai, Cardim enviou ofício à Associação Argentina de Futebol (criada em 1893) e à Associação Uruguaia de Futebol (fundada em 1900) noticiando a criação da FBF e solicitando o seu reconhecimento formal. Graças às boas relações que a LPF mantinha com os dirigentes esportivos das nações vizinhas, e evidenciando que houvera uma consulta prévia a essas entidades sobre a viabilidade de se fundar a FBF, o ofício recebeu imediatamente uma resposta positiva. Estava legitimada internacionalmente a iniciativa dos paulistas. Mário Cardim acelerou então a institucionalização da nova federação, que teve seus estatutos aprovados em 16 de agosto de 1915. A seguir foi encaminhada à FIFA a solicitação para a inscrição do Brasil como seu afiliado, sendo a FBF a entidade nacional proponente. Nos documentos da recém-fundada Federação percebe-se o claro interesse em ter o total controle sobre o futebol nacional e em ser a legítima representante brasileira nas relações esportivas internacionais, num avanço inegável sobre o território demarcado pela FBE e pelo COB:

A Liga Paulista de Futebol, a mais antiga das instituições deste gênero em todo o Brasil, tem o intuito de fundar, com sede nesta capital, a Federação Brasileira de Football Association. Esta Liga terá por objetivo congregar todas as ligas ou clubes do Brasil, a fim de fazer disputar o Campeonato Brasileiro de Futebol, tornando-se assim esta instituição a entidade representativa do país nas suas relações internacionais. Este trabalho será a base para a regulamentação geral e uniforme de todos os esportes.<sup>2</sup>

A notícia da formalização do pedido de registro junto à FIFA fez com que o grupo fundador da FBE percebesse que a FBF não podia ser considerada como uma simples retaliação do antigo núcleo dirigente paulista. Estava sendo posta em risco a primazia que a FBE havia construído no momento de sua fundação. Percebeu-se, um tanto tardiamente, que a estratégia de centrar os esforços iniciais na organização do COB, negligenciando a institucionalização da FBE, fora equivocada. Cabia agora buscar soluções políticas para o impasse criado. Nada poderia ser formalmente feito se a FBE não ganhasse seu arcabouço legal definitivo. Dessa forma, em 15 de novembro de 1915, 17 meses após sua fundação, a FBE teve seu estatuto aprovado em assembléia realizada no Rio de Janeiro. Tomaram parte na reunião as seguintes entidades: LMEA (representada por Álvaro Zamith, Souza Ribeiro e Mário Pollo); APEA (representada por Benedito Montenegro, Marcondes Romeiro e Afonso de Castro); Liga Paraense de Futebol (representada por Harold Cox e Benjamin Sodré); Liga Esportiva Paranaense (representada por Lindolpho Collor, Alberto Borgerth e Salvador Fróes); Federação Esportiva Rio-Grandense (representada por Lafayette de Carvalho e Silva); Federação Brasileira das Sociedades de Remo (representada por Oliveira Castro, Ariovisto de Almeida Rego e Aminthas Lima); Federação Paulista das Sociedades de Remo (representada por Ubaldo Lobo, Lamartine Alves e Arthur Alegria); COB (representado por Fernando Mendes de Almeida); Comissão Central de Concursos Hípicos (representada por Raul de Carvalho), e Aeroclube Brasileiro (representado por Guilherme de Almeida Brito).

---

<sup>2</sup> *apud* MAZZONI, Tomás. História do Futebol no Brasil. P.106.

Dotada de estatuto jurídico próprio e com a documentação comprobatória de sua institucionalização, a FBE encaminhou à FIFA um pedido de inscrição, desconsiderando a antecedência da FBF. A entidade internacional, com sede em Amsterdã, funcionava com dificuldades em razão do ambiente dramático do teatro de guerra europeu. No entanto, estava claro para todos que era preciso resolver a confusa proposta de filiação do Brasil à entidade, encaminhada por duas federações distintas. Diante do silêncio da FIFA, foi compreendido que não competiria à entidade o julgamento do mérito dos pedidos. As instituições litigantes deveriam resolver internamente o conflito para, então, retomar o processo de filiação. A FBE passou a buscar formas de entrar em acordo com a FBF, o que não impedia que Álvaro Zamith responsabilizasse abertamente os dirigentes de São Paulo pela complexa situação de dualidade vivenciada nos meios esportivos brasileiros:

O pedido de filiação foi enviado à FIFA, mas não obteve resposta. Havia a questão do conflito na Europa, por outro lado, era o trabalho ingente e tenaz da antiga Liga Paulista de Futebol e da Federação Brasileira de Futebol, sua criação, que nos contestava e a nossa força, por todos os meios, de modo a fazer acreditar ao estrangeiro, desprovido de elementos de controle, que a instituição de futebol brasileira mais importante era a Federação Brasileira de Futebol, com sede em São Paulo, e não a Federação Brasileira de Esportes, com sede na Capital da Republica. Ficava claro [para a FIFA] que no Brasil não havia unidade esportiva.<sup>3</sup>

Esse aberto questionamento dos propósitos da FBF pode ser melhor compreendido se atentarmos para o complexo processo de negociação que mais afastara que aproximara as duas instituições. No dia 20 de maio de 1915, Mário Cardim, assinando como representante da FBF, encaminhou ofício a diversas associações regionais, inclusive à LMEA, solicitando cooperação para a constituição da FBF. Em

---

<sup>3</sup> *apud* Relatório de 1918 da Confederação Brasileira de Desportes.

resposta, a direção da LMEA declarou que nenhum movimento nesse sentido poderia ser feito, uma vez que já se encontravam formalmente constituídos o COB e a FBE. No mesmo documento, a LMEA recomendava que os dirigentes paulistas buscassem a conciliação com a APEA. Antes de buscar estabelecer bases para a negociação com os dirigentes cariocas e com as entidades nacionais criadas no ano anterior, a FBF ensaiou um grande movimento internacional de pressão sobre seus concorrentes. Em ofício datado de 10 de julho de 1915, Cardim, dessa vez assinando como representante apenas da LPF, solicitou à Associação Argentina de Futebol ajuda para trazer a APEA e a LMEA para o convívio da FBF. Cientes da desenvoltura com que os aliados de Cardim manobravam os canais internacionais, os fundadores da FBE resolveram apressar a formalização de seus estatutos e atuar mais perto da FIFA e das federações uruguaia e argentina.

Esse processo, no entanto, teve que assumir caráter de urgência após a decisão da Associação Argentina de Futebol de promover um campeonato com selecionados sul-americanos para a comemoração do Centenário da Independência do país em julho de 1916. Cientes do contencioso existente entre as associações desportivas brasileiras, os argentinos enviaram ofícios conjuntos para a LPF e a LMEA, solicitando a presença de uma equipe montada pelas duas entidades visando à disputa do campeonato. Com isso, os argentinos não reconheciam formalmente nenhuma das duas organizações que disputavam a legitimidade para exercer a representação esportiva brasileira no cenário internacional. Coube então à Associação Uruguaia de Futebol se dirigir à LPF e à LMEA solicitando, à luz dos ofícios emitidos pela entidade argentina, que as duas associações regionais resolvessem a situação de dualidade existente no cenário brasileiro. De posse desses ofícios, a LMEA enviou a São Paulo o dirigente Joaquim de Souza Ribeiro, que, no entanto, não conseguiu chegar a um acordo com os representantes da LPF.

A posição reticente dos dirigentes paulistas seria entendida posteriormente. Mário Cardim contava, já então, com o apoio de diversos dirigentes argentinos que tinham se comprometido a reconhecer a FBF como único órgão representativo do futebol brasileiro. De fato, em assembléia realizada em 15 de junho de 1916, os dirigentes portenhos encaminharam uma moção que reconhecia a FBF como única representante do futebol brasileiro, cabendo-lhe, portanto, o direito de participar do

campeonato continental que teria lugar no mês seguinte. Um grupo de membros da diretoria da Associação Argentina de Futebol optou por seguir a diretriz de neutralidade adotada por ocasião do primeiro convite e encaminhou uma outra proposta, que anulava o convite aos brasileiros até que a situação interna de disputa fosse pacificada. Não havendo consenso entre as duas diretrizes, Adolpho Orma, presidente da entidade, deliberou pela segunda moção. Estava inviabilizada a tentativa dos aliados de Mário Cardim de obter aval internacional para pôr fim à dualidade de federações existente no Brasil.

Diante do agravamento do impasse, o problema retornou à esfera nacional, com muitos dos canais de negociação já esgotados. Para alguns líderes políticos e esportivos, estava posta em questão não somente a participação de um selecionado de atletas brasileiros no torneio de Buenos Aires, mas também a própria imagem da diplomacia brasileira. No momento em que as nações platinas, que já participavam regularmente de torneios internacionais, convidavam o Brasil para fazer parte de um campeonato e este não tinha condições de participar, toda uma gama de antigas concepções sobre o atraso político e cultural do país vinha à tona. Foi essa preocupação que levou o próprio ministro das Relações Exteriores a assumir a condução da negociação.

O grande acordo construído por Lauro Müller ainda não foi, contudo, o ponto final da disputa. Na tarde de 21 de junho de 1916, já com o grande protocolo firmado no dia 18, novamente foram reunidos os representantes da FBE (Álvaro Zamith), da FBF (Mário Cardim), da LPF (Oscar Porto), da LMEA (Joaquim de Souza Ribeiro) e da APEA (Benedito Montenegro). O documento final desse encontro estabelecia a concordância de todos com a suspensão das atividades tanto da FBE quanto da FBF, substituídas pela Confederação Brasileira de Desportos (CBD), cuja diretoria viria a ser posteriormente constituída por assembléia geral das federações associadas. Recomendava também que a LPF e a APEA se empenhassem em operar uma fusão que viesse a garantir a unidade no comando do esporte no estado de São Paulo. Se a idéia era acordo e união, uma decisão anunciava problemas: até que a diretoria da CBD fosse escolhida, o representante legal da nova entidade seria Álvaro Zamith. Era um sinal evidente de que a CBD se instituiria a partir da FBE, e de que haveria uma continuidade entre as duas organizações.

## **Os Campeonatos Sul-Americanos e o reconhecimento da CBD**

O acordo do dia 21 de junho também teve conseqüências práticas imediatas: estabeleceram-se normas para a participação do selecionado brasileiro no campeonato organizado pela Associação Argentina de Futebol, que teria início em duas semanas e se tornaria conhecido como o I Campeonato Sul-Americano. Dirigentes paulistas (FPF e APEA) e cariocas (LMEA) fariam, de comum acordo, a escolha dos jogadores que seriam enviados à capital argentina.

A organização de um selecionado composto de jogadores cariocas e paulistas não foi uma inovação introduzida naquele momento. Já em 21 de julho de 1914, para aquele que é reconhecido como o primeiro jogo da seleção brasileira de futebol, a então recém-criada FBE convidara atletas dos quadros da LPF e da APEA para, ao lado de jogadores cariocas, enfrentar o time profissional do Exeter City, em excursão pelo continente americano. O jogo, que terminou com a vitória do combinado brasileiro por 2 a 0, foi o ponto de partida para a construção da mítica superioridade do talento nacional em campo, mas sequer figura nos registros da FBE.

Dois meses depois desse primeiro jogo, novamente caberia à FBE a missão de preparar um selecionado brasileiro, agora visando ao atendimento de um compromisso oficial. Por iniciativa do ex-presidente argentino Julio Roca, então ministro das Relações Exteriores, foi programado um jogo entre as seleções de futebol dos dois países. Diferentemente do que acontecera no amistoso contra o time inglês, o caráter oficial da partida talvez tenha levado os dirigentes cariocas a adotar uma nova atitude na convocação dos jogadores de São Paulo: a LPF foi ignorada, e foram privilegiados os atletas inscritos pelas equipes dissidentes da APEA. Indicando o caráter formal e toda a praxe diplomática então envolvidos no intercâmbio desportivo entre nações amigas, acompanharam a delegação brasileira na viagem a Buenos Aires vários dirigentes de clubes, além de membros de representações comerciais de empresas brasileiras. Uma semana antes da partida oficial, foi acertado um jogo preparatório. Nesse amistoso, o time argentino derrotou a equipe brasileira pelo placar de 3 a 0. No entanto, em 27 de setembro de 1914, o selecionado brasileiro venceu os anfitriões por 1 a 0, conquistando sua primeira vitória numa partida internacional oficial e recebendo o primeiro troféu da história da seleção brasileira de futebol. A taça, que viria a ser chamada de Copa Roca,

em homenagem a seu idealizador, passou a ser objeto regular de disputa entre as duas seleções, com torneios sendo programados com regularidade nos anos seguintes.

Em 1916, com Joaquim de Souza Ribeiro, Benedito Montenegro, Mário Cardim e Nascimento Brito na chefia da delegação, os brasileiros se dividiram entre as atividades esportivas e os arranjos políticos. A estréia da seleção em um campeonato continental ocorreu no dia 8 de julho, com uma partida contra a seleção chilena que terminou em empate de 1 a 1. Essa partida foi também a primeira vez que a seleção usou o uniforme com listas verticais verdes e amarelas. Na partida seguinte, contra os donos da casa, o placar se repetiria, permitindo que o Brasil enfrentasse o selecionado uruguaio, no dia 12 de julho, com chances de conquistar o campeonato. A derrota por 2 a 1 para a *Celeste* deu aos uruguaios o título do primeiro torneio sul-americano. Se o sucesso parcial da seleção em seu primeiro campeonato foi motivo de euforia entre dirigentes e jornalistas, nos bastidores ainda era visível o embate de forças entre a recém-constituída CBD e os aliados de Mário Cardim.

Na noite de 9 de julho, durante um jantar comemorativo do centenário da nação Argentina, o uruguaio Heitor Gomes propôs a criação de uma confederação continental que reunisse as federações de futebol dos países sul-americanos. Os representantes dos quatro países participantes do torneio deliberaram então pela formação de uma comissão mista que deveria elaborar uma proposta de estatuto para a nova entidade. Valendo-se das suas boas relações com os dirigentes esportivos das nações platinas, Mário Cardim foi indicado para fazer parte da comissão. Por seu lado, prevendo uma manobra que pudesse neutralizar a legitimação da CBD, Joaquim de Souza Ribeiro solicitou sua admissão no conselho. O texto apresentado no dia 15 de julho previa a realização, ainda no ano de 1916, de um Congresso Sul-Americano de Futebol. Como Buenos Aires havia sido a anfitriã do primeiro torneio, Souza Ribeiro, com o apoio dos representantes argentinos, indicou a capital brasileira como sede do futuro congresso. Temendo um fortalecimento da corrente política com a qual se digladiava internamente, Mário Cardim apresentou a candidatura de Montevidéu, que viria a obter o apoio da maioria dos delegados presentes.

Mesmo tendo sofrido um revés com a confirmação do Congresso Sul-Americano de Futebol na capital do Uruguai, Souza Ribeiro retornou ao Rio de Janeiro motivado pelos resultados das conversas travadas com os dirigentes chilenos, argentinos e

uruguayos. Essa motivação o conduziu a enfrentar um desafio: elaborar e aprovar os estatutos da CBD até a data de abertura da reunião no Uruguai. Poucos dias antes do início do Congresso Sul-Americano, foi realizada na capital brasileira a assembléia constituinte da entidade. Em 5 de dezembro de 1916, representantes das federações de esportes terrestres do Distrito Federal, Paraná, Rio Grande do Sul, Pará, Minas Gerais e São Paulo (incluindo representantes da APEA e da LPF) e das federações de remo da Bahia, São Paulo e Distrito Federal, aprovaram os estatutos da Confederação Brasileira de Desportos. Embora não tivesse sido colocada em pauta a composição da diretoria, foi confirmado na presidência Arnaldo Guinle, que desde o mês anterior havia substituído Álvaro Zamith. Joaquim de Souza Ribeiro foi designado representante oficial da CBD no Congresso de Montevideú, o que lhe permitiria angariar apoio institucional internacional à legítima representante única do esporte brasileiro.

Em 17 de dezembro de 1916, os delegados reunidos na capital uruguaia aprovaram os estatutos e fundaram a Confederação Sul-Americana de Futebol. Uma vez estabelecido esse novo fórum de conagração das entidades representativas do esporte continental, Souza Ribeiro ingressou com o pedido formal de filiação da CBD. Certo de que obteria o tão almejado reconhecimento de um organismo internacional, o representante da CBD foi surpreendido com a notícia de que a FBF também havia encaminhado ofício reivindicando sua filiação. Com o apoio de Leon Peyrou, árbitro que atuara na partida amistosa entre Brasil e Argentina de 1914, Souza Ribeiro conseguiu apresentar toda a documentação que comprovava o acordo firmado em junho e o reconhecimento, pelas entidades presentes, do caráter unitário e soberano da CBD. Após esse último percalço, a CBD teve sua existência e legalidade reconhecidas pelas demais federações nacionais sul-americanas, o que provocou manifestações de júbilo da imprensa carioca que cobria o evento, como, por exemplo, o diário *Correio da Manhã*:

Causou a sensação que era de se esperar, nos centros esportivos do Brasil, a grata notícia de ter sido, finalmente, reconhecida a CBD como a única representação do futebol nacional. Esta sábia resolução, baseada em todos os princípios da justiça, e de acordo com as idéias do nosso esporte, foi tomada unanimemente pelo Congresso Sul-Americano

de Futebol, reunido, em sessão preliminar, no dia 16 do corrente (1916).

Está, pois, terminada a obra de unificação do futebol brasileiro, ou propriamente a obra de estabilização do futebol brasileiro, revolucionado pelas dissensões de São Paulo.<sup>4</sup>

Em seguida, foi encaminhado ofício à FIFA, no qual a CBD apontava o reconhecimento formal pela Confederação Sul-Americana de Futebol como prova da pacificação e unificação das entidades desportivas brasileiras. Dessa forma, no dia 28 de dezembro de 1916, a entidade mundial expediu o boletim de reconhecimento provisório da CBD. Vencida a etapa de formalização e reconhecimento, cabia à CBD a complexa tarefa de organizar e regulamentar as atividades esportivas no país. Para tanto, tratou-se logo da constituição da diretoria da entidade. Reunidos no dia 3 de fevereiro de 1917, os delegados mantiveram Arnaldo Guinle na presidência e indicaram Ariovisto de Almeida Rego para a primeira vice-presidência. O laborioso Joaquim de Souza Ribeiro seria escolhido para a segunda vice-presidência, cabendo a Honório Machado a terceira vice-presidência. Para as funções de secretário foram apontados Ubaldo Lobo e Heitor Luis, cabendo a Lamartine Alves a responsabilidade pela tesouraria da entidade.

Mesmo sem conseguir contornar os diversos problemas que surgiam no processo de acomodação de forças políticas em seu interior, a CBD não abria mão de suas prerrogativas de representante internacional do esporte brasileiro. De acordo com o calendário da Confederação Sul-Americana de Futebol, o II Campeonato Sul-Americano seria realizado em 1917 na capital uruguaia. Apesar das dificuldades orçamentárias e organizacionais, a CBD empenhou-se em enviar jogadores e dirigentes a Montevideú, principalmente para tentar reafirmar sua condição de centro desportivo em condições de ombrear-se com as pioneiras e influentes entidades do Uruguai e da Argentina.

Em campo, porém, o selecionado brasileiro não logrou grande êxito. Foi derrotado pela Argentina (2 x 4) e pelo Uruguai (0 x 4), vindo a vencer apenas em seu último compromisso, quando goleou o selecionado chileno por 5 a 0, em partida

---

<sup>4</sup> *apud* Relatório de 1918 da Confederação Brasileira de Desportes.

realizada no dia 12 de outubro. A campanha brasileira também foi marcada por diversos desentendimentos entre jogadores cariocas e paulistas, estes inconformados com o fato de o respeitado Silvio Lagreca ter sido preterido em favor do carioca Chico Neto para a função de capitão da equipe. Ao chegar ao Rio, Mário Pollo, dirigente da LMEA e membro da delegação brasileira, apresentaria um relatório com uma recomendação de modernização da estrutura do futebol de competição. Para ele, nenhuma equipe brasileira teria condições de ser bem-sucedida internacionalmente se não tivesse um sistema de preparação e um técnico (*trainer*) que pudesse orientar os jogadores.

Se em campo os resultados da equipe deixaram a desejar, no território da articulação política a CBD pôde dar mostras de sua força. No congresso da Confederação Sul-Americana de Futebol, que antecedeu imediatamente o torneio, o Brasil apresentou sua candidatura a sede do próximo campeonato, em 1918. Mesmo com o protesto da comitiva chilena, a cidade do Rio de Janeiro foi escolhida como palco da terceira edição do encontro esportivo, que vinha buscando manter a sua regularidade. Em seu retorno ao país, os dirigentes da CBD celebraram a indicação do Rio, legitimação suprema para uma entidade que havia enfrentado sérios problemas na sua institucionalização, mas não deixaram de apontar os grandes desafios que teriam que ser vencidos para se poder dar condições mínimas de funcionamento à Confederação e, conseqüentemente, garantir o sucesso do torneio internacional. O presidente Arnaldo Guinle faria constar dos registros da CBD sua visão híbrida, oscilante entre ceticismo e euforia, acerca da situação financeira e organizacional da entidade:

No seu passivo é justo que se considere tudo o que poderia ter feito e não fez. Ainda não estão regulamentadas as relações interestaduais e internacionais, ainda não está regulamentado o Campeonato Brasileiro de Futebol, ainda não foram unificados os códigos desportivos do país. (...) Usando de linguagem franca, diremos que muitas das medidas não se realizaram por nossa culpa, mas outras não foram possíveis pelo abandono em que nos deixaram os poderes públicos. É triste dizê-lo, mas essa é a verdade. Quando se pensa nos grandes benefícios que o desporto proporciona à mocidade, quando todos

reconhecem que é dever primordial dos responsáveis pelo futuro do país preparar os moços para as lutas e a vida de amanhã, quando todos sabem que é indispensável para a grandeza do Brasil melhorar as condições físicas e fortalecer o caráter da juventude, não se compreende como os esforços dos que já se dedicam aos desportos não sejam auxiliados e amparados, quando não orientados, pelo Governo.<sup>5</sup>

O destinatário evidente das queixas era o governo federal. Mesmo tendo contado com o apoio e a estrutura do Ministério das Relações Exteriores para a sua constituição, a CBD não recebia aporte financeiro de recursos públicos e lidava, inclusive, com a falta de uma sede própria. O documento evidencia a tentativa permanente, por parte dos dirigentes esportivos, de convencer as autoridades públicas a atentar para o setor desportivo com um maior comprometimento. Não apenas pela histórica tendência de nossas elites a buscar nas franjas do Estado um espaço de proteção para suas iniciativas, o que se constata a partir da posição assumida pelo presidente da CBD é que os empreendimentos necessários para se alcançar os objetivos da recém-criada entidade foram inicialmente subestimados. Ao lidar com entidades regionais ainda bastante incipientes em termos organizacionais e com clubes em estado de amadorismo, a CBD passava a se defrontar com a real medida das dificuldades inerentes à condução de um ambicioso planejamento de eventos desportivos (campeonatos nacionais, congressos, participação em fóruns internacionais) sem contar com uma sólida base organizacional e financeira.

Nenhum dirigente, no entanto, deixou de lado a condução de seus projetos. Para o III Campeonato Sul-Americano, preparou-se com alguma antecedência uma série de iniciativas destinadas a favorecer o sucesso do empreendimento. Algumas delas, no entanto, mostraram-se confusas e contraproducentes. Seguindo as orientações registradas por Mário Pollo, os dirigentes resolveram estabelecer, com bastante antecedência, a montagem e o treinamento do selecionado brasileiro. Como os jogos estavam previstos para o mês de maio, logo no início do ano de 1918 foi elaborada uma

---

<sup>5</sup> *apud* Relatório de 1918 da Confederação Brasileira de Desportes.

lista de jogadores escalados para o campeonato. A proposta inicial era realizar seqüências de treinamentos no Rio de Janeiro, para que os jogadores se entrosassem e se familiarizassem com as condições das canchas em que poderiam vir a ser disputados os jogos. Para facilitar o deslocamento dos jogadores paulistas e garantir hospedagem na capital federal, a CBD decidiu adiantar o pagamento de uma ajuda de custo. Ao tomar ciência dessa ação, a APEA, aliada no processo de fundação da FBE e da CBD, decidiu questionar a pertinência do pagamento. Defensora dos princípios do amadorismo no esporte, a entidade paulista entendia que os recursos financeiros, mesmo que destinados ao custeio da viagem dos atletas, deturpavam seus princípios éticos. Esse atrito iria se agravar com o passar dos meses.

A epidemia de gripe espanhola, que vitimou cerca de 20 mil habitantes do Rio de Janeiro e áreas periféricas, representou, contudo, o fim do sonho do campeonato no Brasil. Em ofício à Confederação Sul-Americana de Futebol, o presidente da CBD informou o agravamento da situação sanitária na cidade e solicitou o adiamento da competição. Os dirigentes argentinos e uruguaios sugeriram, no entanto, que o campeonato de 1918 fosse cancelado e retomado no ano seguinte. A cidade brasileira continuava a ser a futura anfitriã do certame.

A suspensão do torneio, acalentado pelos representantes da CBD como um verdadeiro marco divisor da história do esporte nacional, também trouxe problemas internos para a entidade. Ciente de que a competição não mais se realizaria, o que tornava desnecessária a formação do selecionado brasileiro, a CBD solicitou que Friedenreich, Neco e Amílcar, jogadores paulistas arrolados na lista de atletas da seleção, devolvessem a ajuda de custo paga no início do ano. Os atletas se recusaram a abrir mão dos recursos recebidos e, surpreendentemente, a APEA, de início contrária ao pagamento, resolveu apoiar a atitude de seus afiliados. Em um primeiro momento, a CBD chegou a ameaçar a APEA de desfiliação, mas esta, sabedora dos riscos que poderiam advir do rompimento com uma entidade nacional formalmente constituída e internacionalmente reconhecida, recuou e passou a responsabilizar a LMEA pelo episódio da remuneração de seus atletas. Na prática, os dirigentes questionados pertenciam aos quadros das duas instituições. Ao redirecionar seu litígio para a entidade carioca, a APEA protegia-se de qualquer punição por parte da CBD. Permaneceu, no

entanto, um saldo de desconfiança entre dirigentes das duas principais cidades desportivas do país, o que municaria novas crises em anos futuros.

O controle da epidemia de gripe espanhola, que deixou marcas trágicas na sociedade brasileira – incluindo a morte do presidente eleito Rodrigues Alves –, possibilitou a retomada do projeto de realizar no país o III Campeonato Sul-Americano. A confederação continental honrou o compromisso de manter a sede do torneio no Rio de Janeiro, e a CBD pôde avançar nos preparativos para o evento. Mesmo sem contar com aportes suficientes de recursos, a entidade conseguiu resolver alguns dos principais problemas percebidos no ano anterior. Entre eles se destacava a necessidade de um estádio em melhores condições que os disponíveis na cidade. Para atendê-la, desde o ano anterior a diretoria do Fluminense F. C. empenhara-se na reforma e ampliação das instalações da cancha das Laranjeiras. O novo estádio, com condições adequadas para o atendimento do público e dos jogadores, foi concluído a tempo. A CBD novamente empenhou-se em dar aos atletas do selecionado brasileiro condições de treinamento.

Mais uma vez, Mário Pollo se responsabilizou pela montagem da equipe técnica. Como contava exclusivamente com cariocas, a comissão designada pela CBD para treinar e assessorar os jogadores foi duramente criticada por atletas e dirigentes paulistas. Porém, para além dessas disputas políticas, a realização do torneio confirmou muitas das expectativas de seus idealizadores. Primeiro, porque o esporte reafirmou sua condição de meio de expressão das construções imaginárias acerca da identidade nacional. Intelectuais, artistas e políticos, como o escritor Coelho Neto, manifestaram-se favoravelmente à disseminação da prática desportiva como elemento de ascensão social e de realização das aspirações e projetos relacionados à construção da identidade nacional brasileira. Em segundo lugar, porque o caráter lúdico e popular do futebol foi fortalecido. A presença do público nos jogos surpreendeu os organizadores e os delegados das demais nações representadas, evidenciando a lenta, porém irreversível, tendência de popularização de um esporte elitista em seu nascedouro. E, finalmente, porque o Brasil deu provas de competência tanto fora quanto dentro do gramado.

De forma eloqüente, a equipe brasileira eliminou seus dois primeiros adversários com resultados dilatados. Diante do Chile, no jogo de abertura do torneio, aplicou uma goleada de 6 a 0, perante um público de 20 mil assistentes entre os quais se destacava o presidente da República, Delfim Moreira. No compromisso seguinte, diante da forte

seleção Argentina, nova vitória, dessa vez por 3 a 1. Insuflada pela repercussão da estréia, a população afluiu ao campo do Fluminense para ter acesso às arquibancadas, provocando uma reação que motivou os jornalistas do *Correio da Manhã*, também eufóricos, a relatar a comoção popular.

O nosso jogo ligeiro e o preparo de nossa rapaziada – preparo cuidadoso e longo – encheram de esperança os aficionados brasileiros, que, sob esta atmosfera, compareceram ao estádio da rua Guanabara. O movimento das ruas, desde a cidade até o campo, era formidável, havendo mesmo ocasião em que a rua das Laranjeiras, congestionada pelo trânsito de automóveis, bonés e auto-ônibus, ficava entupida, proporcionando à polícia um trabalho insano para restabelecer a normalidade. (...) O povo do Rio consagrou definitivamente o futebol como seu divertimento favorito. É o caso de lhe darmos os parabéns, por essa preferência que só pode trazer vantagens à mocidade patricia, estimulada com o valioso apoio em preparar para o Brasil uma raça forte, nas qualidades morais e físicas, no aperfeiçoamento da alma e do corpo.<sup>6</sup>

Com esses resultados, a partida contra o Uruguai se tornava a própria decisão do torneio. Em um jogo dramático, com os atletas ainda abalados pelo falecimento do goleiro uruguaio Roberto Cherry em consequência de um choque na partida contra os chilenos, o selecionado brasileiro conseguiu reverter uma desvantagem inicial de dois gols e obter o empate. Com tal resultado, tornou-se necessária uma nova partida para o desempate, e esta se realizou no dia 29 de maio de 1919. As duas equipes precisaram disputar o tempo regulamentar seguido de duas prorrogações até que Friedenreich assinalasse o gol da vitória. A conquista do título sul-americano de futebol causou total euforia na cidade. Arnaldo Guinle reservou o refinado restaurante do Hotel Sul America para a recepção aos atletas. As chuteiras de Friedenreich foram exibidas na vitrine de

---

<sup>6</sup> *apud* MAZZONI, Tomás. História do Futebol no Brasil. P.139.

uma das mais conhecidas lojas do centro da cidade. A bola do jogo foi levada até a sede da CBD, que provisoriamente funcionava nas instalações do Pavilhão Mourisco, na enseada de Botafogo, e foi depositada sob uma redoma de cristal.

### **1920: uma década de crises**

Em contraste com a expectativa criada em 1919, a abertura da nova década não pareceu promissora ao futebol brasileiro. A mobilização popular e a afirmação do talento desportivo no campo de jogo não foram suficientes para redefinir o papel e a ação da CBD, nem tampouco para garantir que a participação de atletas brasileiros em competições internacionais resultasse em novas conquistas.

Assim, no IV Campeonato Sul-Americano, disputado em setembro de 1920 no Chile, o selecionado brasileiro não conseguiu se aproximar das boas exibições que lhe haviam garantido o título no ano anterior. Goleada pelo Uruguai (6 a 0) e derrotada pelos argentinos (2 a 0), a equipe assegurou o terceiro lugar graças à vitória pelo placar mínimo sobre os anfitriões na abertura do certame. No ano seguinte, no tumultuado torneio realizado na capital argentina, a equipe brasileira novamente seria derrotada por argentinos (1 a 0) e uruguaios (2 a 1), e deixaria o torneio com uma única vitória sobre os estreantes paraguaios (3 a 0), que substituíram o time chileno que se recusara a participar do evento.

Em termos de política institucional, um novo período de crise se iniciou já em janeiro de 1920, com a substituição de Arnaldo Guinle na presidência da CBD. Na verdade, a sucessão de Guinle transcorreu dentro da mais plena normalidade institucional. Mas as gestões que se sucederam experimentariam períodos de grande tensão, provocados por denúncias de malversação de recursos e pela constante disputa entre cariocas e paulistas.

Em sessão realizada no dia 8 de janeiro de 1920, Ariovisto de Almeida Rego foi indicado pelos associados da CBD para a presidência da Confederação no biênio subsequente. Militar que se destacara pela capacidade de intermediar conflitos e encontrar soluções conciliatórias, Almeida Rego era o substituto consensual de Guinle, principalmente porque já exercia a vice-presidência no mandato anterior. Seu currículo e sua familiaridade com os meandros da entidade não impediriam, porém, que sua

gestão fosse marcada pela sistemática oposição de uma corrente de dissidentes, apoiada por dirigentes paulistas. Para os demais cargos de direção, foram escolhidos Oswaldo Gomes (primeiro vice), Aníbal Peixoto (segundo vice), Honório Neto Machado (terceiro vice), Roberto Trompowsky Junior (primeiro secretário), Aristides de Almeida Rego (segundo secretário) e Lamartine Pinheiro Alves (tesoureiro).

Logo no primeiro bimestre do ano de 1920, a nova diretoria da CBD deparou-se com os problemas decorrentes de um convite formal para o envio de atletas aos Jogos Olímpicos que teriam lugar na Bélgica. Desde a fundação da FBE, em 1914, os dirigentes acenavam para a representação olímpica como o grande objetivo a ser alcançado na difusão desportiva no Brasil – tanto é assim que os primeiros movimentos do grupo político de Álvaro Zamith tinham se voltado para a institucionalização do COB. Contudo, o cancelamento dos jogos de 1916 implicara a paralisação quase total do movimento olímpico no Brasil. Por isso mesmo, quando o convite oficial chegou, em 1920, não havia um planejamento prévio para que o compromisso diplomático e esportivo fosse honrado. Na realidade, o convite resultara do esforço diplomático de um filho do Barão do Rio Branco, Raul Paranhos, que servia no corpo consular brasileiro na Suíça. Com fortes vínculos com alguns dos delegados do COI, o Comitê Olímpico Internacional, o diplomata brasileiro conseguiu que o Brasil fosse convidado para o evento. Desconhecia o quase completo despreparo dos dirigentes desportivos brasileiros para a missão.

Sem recursos e sem ter organizado seletivas, a CBD indicou um grupo de 29 atletas das modalidades de tiro, remo e esportes aquáticos que, após muitas negociações com as autoridades federais, conseguiram embarcar no navio *Curvello* para empreender a travessia oceânica. A viagem, no entanto, se mostrou mais lenta que o esperado. Ao fazer escala na ilha da Madeira, o chefe da delegação olímpica brasileira, Roberto Trompowsky, telegrafou ao corpo diplomático em Lisboa, comunicando que navio só chegaria ao porto de Antuérpia no encerramento dos jogos. Com recursos da embaixada brasileira em Portugal, de Lisboa em diante a delegação pôde seguir viagem de trem e participar de todas as competições. Mesmo em condições tão adversas, coube ao atirador Guilherme Paraense a conquista da primeira medalha olímpica de ouro para o país, além da medalha de bronze no tiro de pistola por equipe.

O mandato de Ariovisto Almeida Rego na CBD se iniciou com diversos problemas pendentes que indicavam o agravamento da crise entre a APEA e a LMEA. Com as duas entidades em estado de mútua desconfiança desde o episódio da remuneração dos atletas paulistas que participariam do Campeonato Sul-Americano de futebol de 1918, afinal cancelado, o ano de 1919 veria acentuarem-se as desavenças. Num primeiro momento, o frágil equilíbrio seria abalado pela transferência do zagueiro Palamonte do Mackenzie para o Botafogo. Os dirigentes paulistas questionavam a forma como se tinham processado os contatos entre o time carioca e o jogador, alegando, inclusive, que teria havido a oferta de uma grande quantia para convencer o atleta. Negando-se a dialogar com os dirigentes da LMEA, a APEA recorreu à CBD. Esta, por sua vez, adotando uma postura pouco conciliatória, eximiu-se de toda responsabilidade e permitiu a filiação do jogador à liga carioca. Esse confuso ambiente ficaria ainda mais perturbado com a recusa do Paulistano em disputar com o Fluminense a Taça Iorudan, troféu que, desde 1917, era concedido ao vencedor da disputa entre os campeões das cidades do Rio e de São Paulo. Em consequência desses atritos, a APEA negou-se a ceder atletas para a seleção brasileira que compareceu ao IV Campeonato Sul-Americano em 1920.

O clima conflituoso entre os dirigentes gerou um desgaste na estrutura administrativa da CBD, provocando a renúncia e o afastamento de alguns dos membros da diretoria eleita em janeiro de 1920. Em abril de 1921 buscou-se uma solução política para o impasse que estava colocando em risco a própria manutenção da estrutura desportiva no país. Assumiu então a presidência o deputado José Eduardo de Macedo Soares, que chamou para si a responsabilidade de buscar respostas para os múltiplos problemas que enfrentava a CBD. Homem público polêmico, capaz de construir sólidas alianças, mas também de provocar as piores rusgas, Macedo Soares tinha em sua agenda três grandes objetivos: criar soluções políticas para o conflito Rio-São Paulo, viabilizar financeiramente a instituição (possivelmente com aporte de recursos públicos) e, finalmente, atender à demanda do governo federal, que propusera a realização de um grande evento esportivo internacional em 1922, ano em que se celebraria o Centenário da Independência do Brasil.

Duas semanas após sua posse na presidência, Macedo Soares convocou dirigentes cariocas e paulistas para discutirem os rumos das relações desportivas no

país. No topo da pauta encontrava-se o problema específico da taça cuja posse era disputada pelos clubes Fluminense e Paulistano. A intenção do novo presidente era determinar a realização de um novo jogo, indicando aos grupos em conflito que, diante do conjunto de problemas que deveriam ser enfrentados pela CBD, uma solução conciliatória fortaleceria a posição da Confederação. Ainda não inteiramente familiarizado com o intrincado jogo de interesses que opunha alguns dos representantes dos dois maiores centros esportivos brasileiros, Macedo Soares viu sua proposta ser desqualificada pelos membros da APEA. No entanto, para a consolidação de sua posição na direção da entidade desportiva nacional, era fundamental estabelecer uma trégua entre os grupos litigantes, nem que esta fosse apenas momentânea. Com o apoio da LMEA, que decidira recuar para favorecer as negociações em curso com o governo federal, Macedo Soares acertou então com os representantes do Paulistano e da LPF que a posse da Taça Iorudan não seria dada a nenhum dos dois clubes que a reclamavam. A opção pelo arquivamento do troféu significou uma clara concessão aos interesses paulistas, principalmente por ter sido acatada a sugestão de que a taça passasse a integrar o acervo do Museu do Ipiranga. Macedo Soares sabia que com esse movimento não estava resolvendo em definitivo as tensões entre cariocas e paulistas, mas estava deixando claro o seu desejo de criar condições para o bom funcionamento da entidade nacional.

O novo presidente defendia a posição de que o fortalecimento institucional da CBD era a forma mais segura de garantir condições de financiamento para o funcionamento da entidade. Para os dirigentes, a viabilização financeira da Confederação dependia da obtenção de subvenções anuais do governo federal, que lhe permitissem cobrir os custos administrativos e fomentar as atividades desportivas (o que incluía a participação de delegações brasileiras em campeonatos e torneios). A própria escolha de Macedo Soares para a presidência da CBD revelava um consenso quanto à necessidade de vincular a instituição aos mecanismos financiadores do poder público. Com grande influência entre senadores e deputados federais, e com um bom diálogo com alguns membros do governo federal, Macedo Soares era o personagem-síntese dessa interpretação do papel e do perfil mais adequado para a CBD. O próprio presidente da República, Epitácio Pessoa, o reconhecia como um homem dotado de capacidade política e gerencial para levar adiante seu projeto de promover um grande

evento desportivo na comemoração do Centenário da Independência. Diante do interesse do governo federal em acionar a CBD para participar da grande comemoração planejada para 1922, os dirigentes desportivos perceberam uma boa oportunidade de obter o apoio desejado para a estabilidade operacional da entidade.

Na primeira reunião realizada entre representantes da CBD e o presidente da República, ficou acertado que seria aberto um crédito de 300 contos de réis (que seriam liberados em duas parcelas consecutivas de igual valor), em nome da Confederação, de forma que esta pudesse pôr-se em condições de dirigir e organizar os preparativos para os Jogos do Centenário. Também com o aval de Epitácio Pessoa, Macedo Soares se empenhou para que o relator do orçamento da União, o senador José Euzébio, incluísse uma emenda que previa uma dotação anual de 100 contos para a CBD. Mostrava-se, assim, acertada a estratégia de obtenção de subsídios para a manutenção da entidade, e evidenciava-se a quase total dependência dos então dirigentes desportivos em relação aos recursos públicos. Um dos primeiros movimentos da presidência da CBD após a confirmação do repasse dos recursos foi buscar uma nova sede. Instalada provisoriamente na enseada de Botafogo, em salas do Pavilhão Mourisco anteriormente ocupadas por equipamentos das equipes de remo, a diretoria da Confederação considerava essencial a sua transferência para um imóvel próprio, situado em área central da cidade. Porém, a necessidade de aplicar os recursos na preparação do evento considerado prioritário pelo governo federal fez com que os dirigentes mudassem de planos. Em lugar de efetuar a compra de um imóvel, passaram a requerer do governo a cessão, mesmo que temporária, de um espaço compatível para a instalação dos escritórios.

Em janeiro de 1922, oito meses após sua eleição, Macedo Soares deixou a presidência da CBD. Mesmo tendo conseguido grandes avanços na consolidação de um modelo de funcionamento, as tensões entre as entidades estaduais e, principalmente, a ainda frágil estrutura orçamentária da Confederação contribuíram para sua decisão de afastar-se. O legado de Macedo Soares, evidente no fortalecimento da relação com o governo federal, não se estendeu à estabilização política da entidade. Contrariamente ao que ele próprio havia aventado em suas relações com a APEA, seu sucessor não veio da entidade paulista. A hegemonia carioca na CBD se manifestaria com a escolha, em 26 de janeiro de 1922, de Oswaldo Gomes para a presidência.

Ex-atleta do Fluminense, com atuação destacada nos campos de futebol, Gomes viria a ser o responsável pela realização dos Jogos do Centenário, pela organização do VI Campeonato Sul-Americano de Futebol e pela implantação do Campeonato Nacional de Futebol. Mostrando seu empenho em garantir condições políticas de estabilidade para o exercício do cargo, propôs também a criação do conselho superior da Confederação, composto de modo a refletir um equilíbrio entre as diferentes entidades representadas. Em 26 de agosto de 1922 foi definida a composição do primeiro conselho. Integravam-no Ariovisto Almeida Rego, Alair Accioly Antunes, A. M. Oliveira Castro, Antônio Pinto dos Santos, Edgard Leite Ribeiro, Eugênio Mergulhão, Flávio Vieira, Joaquim Guimarães, João Noronha Santos, Luís Jordão, Mário Pollo, Oldemar Murinho, Rafael Aflalo e Rodolfo Macedo.

O saneamento das contas da Confederação se mostraria uma iniciativa tão complicada quanto a busca da estabilidade política. Embora tenha sido beneficiada com uma dotação especial do governo federal para os preparativos dos torneios do Centenário da Independência, a diretoria da CBD logo foi informada de que o crédito deveria ser devolvido aos cofres públicos assim que fossem apuradas as rendas auferidas nas competições. Também a Federação Chilena de Futebol fez a cobrança de uma dívida antiga. Segundo os dirigentes chilenos, o cancelamento do Sul-Americano de 1918 havia gerado despesas que eram julgadas passíveis de ressarcimento. Finalmente, a CBD havia desistido de um processo contra o Banco Mercantil, motivado pelo fato de este ter sido o canal através do qual um ex-funcionário da tesouraria, Luís Meirelles, havia desviado indevidamente recursos da entidade. Diante desses problemas de caixa, a presidência desistiu de fechar o contrato de locação que possibilitaria a instalação da sede da entidade em um imóvel da avenida Rio Branco, no centro do Rio de Janeiro. Para economizar, a Confederação mudou-se para um escritório mais modesto, situado na rua Sachet, atual travessa do Ouvidor, de onde sairia depois para a rua Uruguaiana. Finalmente, Gomes encaminhou uma proposta ao conselho que garantiria o custeio constante e estável das atividades. Aprovada em reunião da diretoria realizada no dia 23 de março de 1922, a portaria previa a destinação aos cofres da CBD de 10% do valor de todas as rendas dos torneios organizados pela Confederação.

A iniciativa da CBD na promoção de eventos desportivos durante o ano de 1922 não se limitou aos Jogos do Centenário. A realização do VI Campeonato Sul-Americano

no Rio de Janeiro, obedecendo ao sistema de rodízio de sedes estabelecido pela Confederação Sul-Americana de Futebol, veio somar-se aos festejos promovidos pelo governo federal. Ao lado da competição oficial, a CBD aproveitou a vinda dos selecionados ao país para organizar a disputa de mais uma Copa Roca (contra o selecionado argentino), da Taça Rio Branco (contra os uruguaios) e da Taça Rodrigues Alves (contra a seleção paraguaia). Na programação dos confrontos, teve o cuidado de destinar a São Paulo os jogos referentes às disputas das chamadas taças diplomáticas, distribuindo assim entre os dois grandes centros as apresentações do selecionado nacional de futebol.

O campeonato continental, mais uma vez disputado no estádio do Fluminense, teve início no dia 17 de setembro com a partida entre Brasil e Chile. Contrariando as expectativas, o selecionado local teve um desempenho insatisfatório, obtendo o empate (1 x 1) no final da partida. Além do resultado decepcionante, as contusões do goleiro Marcos Carneiro de Mendonça e do atacante Friedenreich lançaram sérias dúvidas sobre o futuro da equipe na competição. Nos jogos seguintes, novos empates com o Paraguai (por placar idêntico ao do jogo de estreia) e o Uruguai (0 x 0) forçaram o selecionado a enfrentar a Argentina com a obrigação de vencer. A vitória na rodada final não assegurava o título, uma vez que o Uruguai, que vencera os chilenos, precisaria de um empate com os paraguaios para se sagrar campeão. No entanto, esse confronto decisivo entre paraguaios e uruguaios tomara uma direção inesperada. Oficiado pelo árbitro brasileiro Afonso de Castro, o jogo terminou com a vitória paraguaia. O resultado forçava a realização de um triangular entre brasileiros, paraguaios e uruguaios, que encerraram o certame empatados em pontos. Os uruguaios, no entanto, acusaram o juiz brasileiro de ter facilitado a vitória paraguaia em benefício dos interesses brasileiros. Emitindo veementes acusações, a delegação retornou a Montevideu sem tomar parte no turno decisivo. Com a desistência do Uruguai, o Brasil se sagrou mais uma vez campeão continental ao derrotar os paraguaios por 3 a 0 no jogo final do campeonato, realizado em 22 de outubro.

A atitude dos dirigentes uruguaios levou a CBD a suspender suas relações com o país vizinho, iniciando um litígio que se estenderia por longo período. Em consequência, foi suspensa a disputa da Taça Rio Branco, que teria lugar São Paulo. Na capital paulista foram disputados os jogos contra argentinos e paraguaios, relativos às

taças Roca e Rodrigues Alves. Uma semana após a partida decisiva disputada no Rio, o Brasil voltou a derrotar o Paraguai (3 x 1) e ficou com a posse do troféu. O dado curioso foi o fato de a seleção brasileira ter se sagrado campeã em dois torneios no mesmo dia. Por não haver previsto a necessidade de um turno de desempate ao final do campeonato continental, os dirigentes brasileiros marcaram o jogo final da Copa Roca para a mesma data na qual foi agendada a partida decisiva do torneio disputado no Rio de Janeiro. Como os argentinos não tinham disponibilidade de data para um remanejamento da partida, foi preciso convocar um novo grupo de jogadores. A vitória por 2 a 1 assegurou novamente a posse do troféu para a equipe brasileira.

Ainda no ano de 1922, a CBD concretizou aquela que era tida como uma das missões institucionais de sua diretoria: a organização do Campeonato Brasileiro de Futebol. Em ofício datado do dia 2 de junho, estabeleceu-se a disputa de um torneio de selecionados estaduais naquele mesmo ano, em caráter experimental, com a previsão de que fosse oficializado no ano seguinte. O torneio, do qual participaram sete selecionados, escolhidos pelas entidades locais, teve início na segunda quinzena de julho. A esperada supremacia de paulistas e cariocas se confirmou nas fases eliminatórias da disputa, conduzindo as duas equipes para a grande final. Realizada no dia 13 de agosto no campo do Palestra Itália, a partida foi facilmente vencida pelos paulistas (4 x 1) com destacada atuação de Friedenreich. No ano seguinte, conforme programado, pôde-se realizar o primeiro campeonato oficial de futebol. Com nove seleções estaduais inscritas, optou-se pelo modelo de divisão por chaves regionais, fórmula que reduzia significativamente os custos operacionais envolvidos na organização do torneio. Na chamada Zona Norte, enfrentaram-se Pernambuco, Bahia e Pará, com os baianos se classificando para a fase decisiva. Na Zona Sul, os paulistas saíram vencedores após derrotarem paranaenses e gaúchos. Finalmente, na Zona Centro, integrada pelas equipes do Estado do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e do Distrito Federal, classificaram-se os cariocas. A equipe da APEA confirmou neste ano o título não-oficial obtido anteriormente, derrotando, mais uma vez, os cariocas.

Se houve nítidos avanços no tratamento de assuntos internos, em termos de relações internacionais o ano de 1923 foi marcado por contrastes extremos. Rompidas desde o final do campeonato continental no ano anterior, as relações entre as entidades desportivas brasileira e uruguaia não haviam sido retomadas às vésperas da abertura da

sétima edição do Campeonato Sul-Americano que seria disputada, justamente, em Montevideu. Inicialmente, Oswaldo Gomes, em nome da entidade que presidia, havia informado à Confederação Sul-Americana a desistência de enviar uma delegação para o torneio. Mesmo ciente da possibilidade de uma punição, a CBD manteve essa posição como forma de pressionar a entidade continental a manifestar-se formalmente sobre a atitude assumida pelos uruguaios no ano anterior. Devido à intermediação de uma representação argentina, a CBD decidiu-se afinal pelo envio de uma equipe para o torneio. No entanto, montou o selecionado com jogadores de pouco destaque e, na grande maioria, ainda inexperientes em partidas internacionais. O resultado foi o esperado. A seleção brasileira teve seu pior desempenho em torneios de futebol, sofrendo derrotas em todas as partidas que disputou.

O recuo brasileiro em relação aos uruguaios provocou reações extremadas em certos segmentos da imprensa e chegou a suscitar debates no plenário da Câmara dos Deputados. O que os críticos não levavam em conta foram as razões políticas que levaram ao abrandamento do litígio em relação à entidade platina. Naquele mesmo ano, a FIFA havia colocado em processo de avaliação os pedidos de filiação (em caráter definitivo) de algumas entidades nacionais, entre elas as do Brasil e do Uruguai. Argentinos e paraguaios, que já eram membros oficiais, ponderavam que a formalização do litígio, com a recusa em tomar parte num torneio organizado no Uruguai, prejudicaria o pleito das duas instituições. A notícia da filiação definitiva à FIFA, aprovada no dia 20 de maio, confirmou o acerto das medidas diplomáticas tomadas pelos dirigentes da CBD que, no mesmo ano, também obtiveram a filiação junto à Federação Internacional de Atletismo.

Se o ano de 1923 marcou uma fase de avanços e de consolidação para a CBD, o ano seguinte traria uma fase de crise nas relações internas, com associados e com outras representações do continente. Na direção da CBD a crise ganhou contornos nítidos com a renúncia do novo presidente eleito, Wladimir Bernardes, que abriu um longo período de interinidade no comando desportivo brasileiro. Ariovisto de Almeida Rego e Renato Pacheco exerceram temporariamente a presidência até a definição do novo pacto de comando em torno de Oscar Rodrigues da Costa. A instabilidade na direção superior da CBD estava associada às crises políticas pelas quais passavam a APEA e a LMEA.

No caso carioca, o conflito político mostrou-se muito mais complexo em decorrência da duplicidade institucional instaurada. A filiação do Vasco da Gama à LMEA deu início a um complicado jogo de interesses entre os clubes pioneiros do futebol no Rio de Janeiro e as novas associações. O título metropolitano conquistado pelo time da colônia portuguesa em 1923 fortaleceu a percepção de que os rumos do comando do futebol na capital necessitavam ser redirecionados. Visando a preservar a antiga estrutura política, os representantes do Fluminense, Botafogo, América, Flamengo e Bangu abandonaram a LMEA e criaram, no mês de março, a Associação Metropolitana de Esportes Atléticos (AMEA). Graças à influência dos dirigentes dessas equipes cariocas na estrutura decisória da CBD, a entidade nacional decidiu-se pelo desligamento da LMEA e pela filiação da AMEA.

À crise política se associaria o crônico problema de financiamento. Por não dispor de recursos suficientes, a CBD se declarou incapaz de organizar uma delegação de atletas para os Jogos Olímpicos de 1924, em Paris. Algumas federações, no entanto, manifestaram sua preocupação em rejeitar o convite do COI e com isso dificultar a consolidação da legitimidade internacional das representações do Brasil. Para viabilizar a participação brasileira, recorreu-se a doações e subvenções privadas, que permitiram a ida de 11 atletas para a capital francesa. Nesta edição das Olimpíadas, a representação brasileira competiu apenas nas modalidades de remo, atletismo e tiro, e obteve como melhor resultado a quarta colocação na categoria *double* do remo. A participação internacional dos esportes brasileiros também seria prejudicada pela crise política que impediria a ida de um selecionado para a disputa do VIII Campeonato Sul-Americano de Futebol. Ainda em consequência dos problemas ocorridos na rodada final do torneio de 1922, as relações entre as entidades brasileira e uruguaia se mantinham estremecidas. Por outro lado, a vitória da seleção do Uruguai na disputa pelo ouro nos Jogos Olímpicos de Paris fez com que seus dirigentes passassem a pleitear certas regalias nas deliberações da Confederação Sul-Americana sobre os rumos do torneio continental, organizado naquele ano pelos próprios campeões olímpicos. Diante do complexo quadro político sul-americano, a CBD optou por não disputar o torneio, decisão esta que se mostraria altamente contraproducente.

Mesmo em face desse panorama de crise, a CBD encerraria o ano de 1924 com duas notícias auspiciosas. O II Campeonato Brasileiro de seleções estaduais de futebol,

vencido pela equipe do Distrito Federal, gerou receitas que representaram um significativo lastro para os cofres da entidade. Por outro lado, o antigo sonho de uma sede própria pareceu prestes a se realizar com a cessão, pelo ministro Miguel Calmon, do Pavilhão Matarazzo, situado na Avenida das Nações. Parte do orçamento destinado a cobrir o aluguel da antiga sede foi então destinada à reforma do prédio, aliviando o orçamento anual da CBD.

A CBD voltaria a enviar uma delegação para a disputa do IX Campeonato Sul-Americano de Futebol em 1925. Mesmo não sendo consensual a decisão de participar, a presidência da entidade considerou a ida ao torneio uma excelente oportunidade para encaminhar os termos de um acordo de pacificação com os uruguaios e reafirmar seu compromisso com o fortalecimento da confederação continental. Embora coubesse de direito aos dirigentes paraguaios a organização do torneio, as partidas tiveram que ser realizadas na Argentina, devido às precárias condições dos estádios guaranis. A delegação brasileira seguiu para Buenos Aires, sob a chefia de Renato Pacheco, mas encontrou problemas muito mais graves que o esperado. Após convincente vitória sobre o selecionado paraguaio (5 x 2), os brasileiros foram goleados pelos anfitriões (1 x 4) e passaram a depender de nova vitória sobre os paraguaios para permanecerem com chances de disputar o título. O ambiente, entre atletas e dirigentes, não se mostrava muito tranqüilo. Os jogadores preferiam passar horas nos clubes e cassinos portenhos a se submeter ao rigor das normas baixadas por Pacheco. Desta forma, mesmo embalados pela segunda vitória sobre a seleção do Paraguai (3 x 1), foram a campo enfrentar os argentinos com visíveis sinais de desconforto. As rugas verificadas no convívio entre os membros da delegação terminaram por fazer com que os jogadores não resistissem às provocações de jogadores e torcedores adversários. Hostilizados, os brasileiros envolveram-se em uma grande briga coletiva com jogadores, torcedores e jornalistas argentinos. O resultado final da partida (2 x 2), desfavorável às pretensões brasileiras no torneio, evidenciou a instabilidade da delegação e abriu espaço para uma série de pesadas críticas da imprensa carioca e fluminense à participação nos torneios internacionais.

Pela segunda vez no intervalo de três anos, o campeonato de futebol terminava com um saldo negativo para relações entre as entidades desportivas que constituíam a Confederação Sul-Americana. Na imprensa brasileira, alguns jornais chegaram a

defender o afastamento definitivo do Brasil da disputa de torneios internacionais. A CBD, que, em sua criação, havia se sustentado sobre uma argumentação que levava em conta o caráter diplomático das relações desportivas, tinha que conviver com um legado de beligerância no contato com seus vizinhos mais próximos no continente. Mesmo que ainda sob o impacto dos acontecimentos no transcurso do IX Campeonato Sul-Americano, a delegação de representantes da CBD participou do congresso da confederação continental, no qual se discutiu a adoção de um novo calendário para a disputa do torneio. Cientes das dificuldades advindas da realização de um grande torneio a cada ano, os representantes sul-americanos mostraram-se favoráveis a uma periodicidade quadrienal para a competição. Nesta mesma reunião, fixou-se a data de 1927 para a realização da competição seguinte e acertou-se, após desistência dos delegados chilenos, que a capital brasileira voltaria a ser a cidade-sede do campeonato. Contrariamente ao que se havia deliberado, os dirigentes chilenos voltaram atrás e argüiram a legitimidade da reunião que designara a entidade brasileira como organizadora do próximo certame. Em reunião extraordinária, a Confederação Sul-Americana cancelou a indicação brasileira e concedeu aos chilenos o direito de serem os anfitriões do torneio continental de futebol.

Diante do quadro político montado, a direção da CBD decidiu não recuar em sua posição e colocou-se contrária ao que fora decidido pelos seus pares. O desfecho levaria ao rompimento entre a entidade brasileira e a Confederação Sul-Americana. Conforme ofício assinado por Oscar Rodrigues da Costa e Renato Pacheco, a direção desportiva brasileira considerava que:

Se não houve direito postergado ou interesse ferido – aparentemente, pelo menos – houve, o que parece pior, o desrespeito flagrante a leis, o fracasso, portanto, da instituição. Nesses termos, portanto, fica a questão exposta e colocada. A Confederação Brasileira de Desportos no dilema de calar-se, concordando tacitamente com o atual estado de coisas, traíndo, assim, os seus primeiros e reiterados ímpetos de justa revolta contra o que se tramava realizar, ou, o que parece estar mais de acordo com as normas de

nosso caráter e sentimento, adotar a única medida compatível com a sinceridade e justiça do nosso entender: o desligamento.

Mas, também, é do conhecimento de todos que as relações desportivas são contraproducentes entre nacionalidades que não hajam ainda alcançado o desejado grau de educação nesse terreno, o que tem sido, aliás, fartamente constatado no nosso continente.<sup>7</sup>

Com o desligamento da Confederação Sul-Americana de Futebol, a CBD assumiu momentaneamente uma postura isolacionista em suas relações internacionais e passou a privilegiar a solução de seus problemas internos. Na pauta das preocupações, uma vez mais, encontrava-se a histórica disputa política entre dirigentes do Rio e de São Paulo. No entanto, o campo de disputas estava alargado por novas fontes de tensão. Tanto a APEA quanto a AMEA passavam a lidar, em seu quadro de clubes associados, com o crescimento do debate em torno da legalidade da profissionalização das atividades desportivas, em especial, dos atletas de futebol. A tendência majoritária entre os dirigentes das associações mais tradicionais era manter o caráter amador entre seus atletas e associados. Porém, seguindo uma clara tendência observada nos principais centros esportivos mundiais, alguns dirigentes passaram a remunerar os atletas, contribuindo para um desequilíbrio na correlação de forças entre as equipes e, conseqüentemente, entre as agremiações.

Dos grandes projetos abraçados pela CBD, o mais importante continuava a ser a realização anual do Campeonato Brasileiro de Futebol. Tanto em termos de visibilidade quanto em termos de arrecadação, o campeonato constituía o objeto de maior interesse dos dirigentes da confederação. Na segunda edição do torneio, o balanço da tesouraria da CBD indicou um saldo líquido de 101 contos de réis, valor que passou a integrar a receita da instituição. Na edição seguinte, realizada em 1925, a popularização da disputa e a incorporação de novos selecionados fez com que o saldo atingisse a casa de 328 contos. No terceiro campeonato, passaram a tomar parte no torneio as equipes do Amazonas, Paraíba e Espírito Santo. Os jogos foram novamente organizados por zonas nas quais se disputavam as fases eliminatórias, e a final colocou mais uma vez face à face os selecionados paulista e carioca. Na decisão, após empate no tempo normal e nos

---

<sup>7</sup> *apud* Relatório de 1925/1926 da Confederação Brasileira de Desportes..

acrécimos, foi necessária a realização de um jogo extra que conferiu ao time do Rio o segundo título nacional.

Diante dos bons resultados associados à realização do torneio de futebol, o presidente da CBD afirmaria:

O futebol é, dentre todos os desportos superintendidos pela CBD, o mais difundido pelas entidades regionais e é o único que, praticado por quase todas as sociedades terrestres reúne, por isso mesmo, maior número de desportistas e entusiastas, exercendo, *pour cause*, decisiva influência vital nos meios desportivos. Desporto essencialmente popular, aclimatou-se de forma tal em nosso meio que constitui hoje, para a maioria de nossos desportistas, o verdadeiro desporto nacional. Da influência do futebol tem a CBD tirado os elementos precisos à propaganda, organização e difusão dos demais desportos.<sup>8</sup>

Nos anos seguintes, a CBD experimentaria um estranho paradoxo. Apesar da crescente participação das entidades estaduais no Campeonato Brasileiro de Futebol e do aumento do interesse do público, a lucratividade do torneio passaria a decair. Por um lado, os custos elevados, motivados pela complexa logística relacionada a uma competição com mais de 15 equipes envolvidas, realizando jogos em diversas unidades da federação, e a sombra da crise fiscal do Estado brasileiro traziam para os cofres da CBD receitas minguentes. Essa fragilidade financeira forçou os dirigentes a declinar do convite para participar nos Jogos Olímpicos de 1928, realizados em Amsterdã. Na tentativa de se criar um fundo específico para as futuras participações nas Olimpíadas, foi estabelecida a chamada Caixa Olímpica, que seria subsidiada pelas contribuições das associações estaduais filiadas à Confederação, a qual deveria realizar um torneio anual de futebol com parte dos rendimentos destinados ao financiamento das atividades olímpicas. Mesmo diante desses constrangimentos orçamentários, Oscar Rodrigues da Costa terminou seu mandato, tendo em vista compromissos particulares assumidos no exterior, com as contas da entidade equilibradas e a previsão da transferência para uma

---

<sup>8</sup> *apud* Relatório de 1925/1926 da Confederação Brasileira de Desportes.

nova sede, situada no quinto andar do edifício situado na rua Sete de Setembro, 209. Em 13 de outubro de 1927 Renato Pacheco seria eleito para o cargo deixado por Costa. Antigo colaborador da CBD, com diversas passagens pela diretoria (incluindo o exercício interino da presidência), Pacheco enfrentaria, logo no início de seu mandato, uma série de percalços.

No jogo final do Campeonato Brasileiro de 1927, um incidente envolvendo o árbitro e os jogadores paulistas viria a conturbar o relacionamento entre os dirigentes da APEA e da AMEA. Novamente, cariocas e paulistas decidiam o título. Ao assinalar uma penalidade máxima contra o selecionado de São Paulo, o árbitro viu os jogadores escalados pela APEA se recusarem a dar prosseguimento ao jogo. Após alguns deles deixarem o campo em protesto, o selecionado carioca converteu a penalidade no gol decisivo da partida. Mais uma vez, dirigentes e desportistas paulistas passaram a denunciar o favorecimento dos interesses das equipes da capital da República. A repercussão do episódio talvez tenha sido ainda maior devido à presença do presidente Washington Luiz no estádio. A tensão se agravou às vésperas do torneio de 1928, quando, baseados na negativa da diretoria da CBD em rever o modelo da disputa, os dirigentes da APEA anunciaram que não participariam da competição. Devido à intermediação direta de Renato Pacheco, os dirigentes paulistas concordaram com as regras do torneio nacional de 1929, e o time de São Paulo sagrou-se vencedor ao final de uma competição em que cariocas e paulistas disputaram uma série de quatro jogos decisivos.

O aparente bom encaminhamento das relações com as entidades carioca e paulista mascarava o nível de problemas que necessitavam ser tratados pela direção máxima da CBD. Os dois maiores centros desportivos do país encontravam-se agitados por inúmeras crises e cisões políticas internas. Sem a pacificação de suas entidades, era praticamente impossível operar o convívio entre os muitos grupos que se faziam representar na confederação nacional. Também em sua relação com as entidades internacionais, a CBD encontrava sérios obstáculos. A decisão da FIFA de promover o I Campeonato Mundial de Futebol no Uruguai (país que conquistara o bicampeonato olímpico na modalidade) levava os dirigentes brasileiros a ponderar acerca de sua relação com os vizinhos e com a própria Confederação Sul-Americana, da qual haviam sido desligados. Se não bastassem tais questões, os rumos da profissionalização no

universo esportivo e o novo direcionamento da política nacional, com a chegada de Getúlio Vargas ao Catete, definiriam a grande pauta de ações institucionais da CBD na década que se avizinhava.

## Capítulo 2

### A OFICIALIZAÇÃO DO FUTEBOL

As tensões observadas nas relações políticas e econômicas brasileiras ao longo dos anos 1920 ganhavam contornos drásticos na virada da década. O enfraquecimento do pacto entre as oligarquias estaduais, as sucessivas revoltas tenentistas e a queda acentuada dos preços internacionais do café, principal produto de exportação do país, eram os sinais mais evidentes de que as estruturas da Primeira República estavam fragilizadas. Por tudo isso, a eleição presidencial marcada para 1º de março de 1930 tendia a ser a mais radicalmente disputada de toda a história republicana. Nela iriam enfrentar-se dois candidatos e dois projetos para o país: de um lado, Júlio Prestes, o candidato oficial, cuja vitória significaria a manutenção da hegemonia política da oligarquia paulista, e de outro Getúlio Vargas, o candidato da oposição, representada por mineiros, gaúchos e paraibanos reunidos na Aliança Liberal. Embora não pretendessem alterar a posição do café como principal eixo de sustentação da economia nacional, os aliancistas contestavam a forma como o grupo paulista conduzia a gestão dos assuntos públicos. Por trás das críticas imediatas a Júlio Prestes e aos grandes cafeicultores paulistas, a Aliança Liberal propunha assim um novo modelo de organização da esfera pública no Brasil.

Como era previsto, o candidato oficial venceu a eleição, por uma diferença superior a 300 mil votos. Diferentemente de outras ocasiões, porém, os derrotados contavam com sólidas bases políticas para tentar estender a disputa ao período pós-eleitoral. Imediatamente após a promulgação dos resultados, os líderes da Aliança Liberal levantaram a acusação de fraude. Com isso, a instabilidade política agravou-se. Paralelamente, crescia a dificuldade para encontrar mercado externo para os produtos brasileiros, em face da crise econômica mundial acelerada pela quebra da Bolsa de Nova York no ano anterior. Afinal, no dia 3 de outubro, movimentos armados eclodiram simultaneamente no Rio Grande do Sul, em Minas e no Nordeste. Era o início da

Revolução de 30, que em um mês depôs o presidente Washington Luís e conduziu Getúlio Vargas ao poder. Não só a agitação que sacudiu o ano de 1930, mas a política do governo que então se iniciava, teriam reflexos na gestão do esporte no país, em especial do futebol.

### **Em torno do I Campeonato Mundial de Futebol**

Para a CBD, o ano de 1930 se abriu com perspectiva de duas competições importantes: o Campeonato Brasileiro e o I Campeonato Mundial de Futebol. A necessidade de definir uma posição em relação ao torneio mundial, mas também o debate sobre a profissionalização dos esportistas, aumentavam o desconforto entre os dirigentes das associações paulistas de futebol e a diretoria da Confederação. Por iniciativa da APEA, uma primeira decisão foi tomada: o campeonato nacional não seria realizado naquele ano. O motivo alegado era a tensão política que se agravava em muitos estados, mas ao lado disso havia também a intenção de promover uma trégua entre as lideranças desportivas, principalmente no estado de São Paulo, onde a APEA e a Liga Atlético de Futebol (LAF) viviam em permanente disputa. O ônus de tal iniciativa não pode ser desconsiderado: em face dos escassos recursos públicos com que a CBD contava, o Campeonato Brasileiro de Futebol representava a mais significativa fonte de receita para os cofres da Confederação. Com seu cancelamento, as dificuldades orçamentárias da CBD se agravariam. Esse prognóstico não era nada bom, sobretudo diante dos possíveis gastos com a preparação e o envio de uma delegação ao torneio mundial que estava sendo organizado pela FIFA no Uruguai.

A idéia do Campeonato Mundial surgira logo após o encerramento dos Jogos Olímpicos de 1928, realizados na cidade-sede da FIFA, Amsterdã, quando os delegados questionaram a conveniência de se manter o torneio internacional de seleções de futebol no âmbito das Olimpíadas. O antigo projeto do presidente da FIFA, Jules Rimet, de realizar um torneio autônomo, passou a ser seriamente cogitado quando os representantes uruguayos, estimulados pela segunda conquista consecutiva do ouro olímpico, ofereceram-se para arcar integralmente com as despesas de organização da Copa FIFA. Pouco depois, no Congresso Internacional da FIFA, em Barcelona, decidiu-se formalmente que o torneio seria realizado em 1930 na capital uruguaia. A escolha da

data do torneio, que coincidiria com a celebração do Centenário da Independência do Uruguai, refletia a intenção da FIFA de atender à pretensão dos delegados uruguaios de fazer da sua seleção, detentora de dois títulos olímpicos, um símbolo da nacionalidade. Mesmo com o histórico pouco favorável das relações entre as entidades representativas do futebol no Brasil e no Uruguai, o enviado da CBD ao congresso, o diplomata Lafayette de Carvalho e Silva, manifestou apoio à candidatura uruguaia e assegurou a participação do Brasil na competição.

Cabia portanto à direção da CBD tomar uma decisão política: deveria manter o afastamento em relação à Confederação Sul-Americana, motivado pela problemática definição da sede do torneio continental de 1927, ou buscar uma reaproximação, tendo em vista a interlocução com a FIFA? A princípio, o presidente da CBD pareceu tender para a segunda hipótese. Buscando consolidar sua posição na comunidade da FIFA, na qual havia ingressado poucos anos antes, Renato Pacheco não só instruiu o representante brasileiro em Barcelona a hipotecar apoio à pretensão uruguaia, como ofereceu um almoço aos jogadores uruguaios, campeões em Amsterdã, na elegante sede do Jockey Clube Brasileiro, por ocasião de sua escala no porto do Rio de Janeiro. No entanto, a posição oficial da CBD apresentou uma nuance importante: seria feita a aproximação, sim, mas com a indicação clara dos limites do gesto. Era preciso deixar explícito que a retomada de um bom relacionamento com a Federação Uruguaia não significava a aceitação total das medidas tomadas pela Confederação Sul-Americana. Também era fundamental salientar que, embora não desejassem transferir para a FIFA sua disputa com a entidade continental, os representantes brasileiros só aceitariam a retomada do diálogo com a Confederação Sul-Americana se houvesse um grande acordo político e, principalmente, se fosse aceita a reivindicação dos delegados brasileiros no Congresso de Buenos Aires – a mudança do modelo de competição do Campeonato Sul-Americano de Futebol.

Ainda há pouco, tivemos um convite, resultante do que foi resolvido no último Congresso do Chile, onde se nos pedia ingressarmos, desde logo, na Confederação Sul-Americana de Futebol, para então serem novamente estudados os pontos de vista por nós defendidos no Congresso Ordinário de Buenos Aires, aceitos e depois relegados,

arbitrariamente, no Congresso Extraordinário de Montevideú. Como se vê não constituía essa fórmula a que seria de se desejar para um tão relevante assunto, visto que existem nas atuais leis da dirigente do sul disposições com que não podemos concordar, como a da realização anual dos campeonatos continentais de futebol, além de outras conhecidas.

Nosso próximo comparecimento a Montevideú, até onde nos levarão os compromissos com a Fédération Internationale de Football Association e o sincero desejo de homenagearmos os amigos do Uruguai, na grande data de sua independência, é a prova cabal de que nosso afastamento da entidade referida (a Confederação Sul-Americana) não afeta nossos propósitos alevantados de um sincero espírito americanista a nortear os atos de sadia e fecunda política desportiva.<sup>1</sup>

Se, no plano internacional, a CBD conseguiu costurar suas relações diplomáticas dando apoio à realização do Campeonato Mundial no Uruguai, no plano interno, a preparação para a disputa do torneio agravou as fissuras entre a entidade nacional e os dirigentes paulistas. Com o anúncio do envio de um selecionado brasileiro a Montevideú, os dirigentes da APEA passaram a questionar a forma como a Confederação lidava com a preparação do time nacional. Fortalecidos depois que a trégua urdida por Casper Líbero possibilitou o ingresso dos clubes dissidentes da LAF na APEA, alguns dirigentes do estado solicitaram à CBD que o processo de escolha dos responsáveis pela convocação e treinamento do selecionado fosse revisto. Especificamente, a APEA solicitou a incorporação de Jorge Caldeira, um dos membros da comissão de esportes da entidade, ao grupo de delegados da CBD que acompanharia o trabalho de preparação da seleção. Inicialmente a direção da CBD procurou adiar a resposta, mas diante da insistência dos comunicados enviados pela APEA decidiu indeferir o pedido, alegando que seus estatutos fixavam um número máximo de três delegados, os quais já haviam sido formalmente designados.

Sem consultar os dirigentes de São Paulo, a CBD enviou em seguida ao presidente da APEA, Elpídio de Paiva Azevedo, a lista de 15 jogadores da própria APEA selecionados para compor o time brasileiro no Campeonato Mundial. Em

---

<sup>1</sup> *apud* Relatório de 1929 da Confederação Brasileira de Desportes.

correspondência datada de 7 de junho de 1930, portanto a menos de um mês do embarque dos jogadores para o Uruguai, os dirigentes paulistas alertaram para a decisão unilateral de Renato Pacheco, que havia ampliado para cinco o número de membros da comissão encarregada do selecionado (além de Píndaro de Carvalho Rodrigues, Egas de Mendonça e Gilberto de Almeida Rego, foram indicados como suplentes João Paulo Vineli de Moraes e Fabio de Oliveira), demonstrando indignação diante da condução do processo pela CBD. Finalmente, no dia 12 de junho, Elpídio Azevedo assinou carta comunicando que a APEA se negava a ceder seus jogadores.

Ao adotar uma posição extrema, a entidade paulista procurava forçar a capitulação dos dirigentes da CBD. Afinal, com a retirada dos 15 jogadores paulistas, apenas oito dos 23 selecionados permaneceriam na equipe que seguiria para Montevideú. Por seu lado, a CBD, preocupada em manter seu poder, temia que um recuo àquela altura pudesse ser interpretado como uma fraqueza de sua direção e viesse a fortalecer as aspirações paulistas de controlar o futebol brasileiro. Nessa intrincada pauta política, certamente também entrava a delicada questão do reconhecimento do profissionalismo, a que a CBD, favorável ao amadorismo, fazia férrea oposição. Assim, utilizando-se de métodos questionáveis, a entidade nacional firmou sua posição, mas teve, em contrapartida, que seguir para o primeiro torneio da FIFA com uma equipe improvisada, que incluía um único atleta paulista: tratava-se de Araken Patuska, que naquele momento estava sem vínculo oficial com o Santos. Com o planejamento esboçado pela comissão esportiva preparatória arruinado, alguns jogadores tiveram que ser testados fisicamente no convés do navio que seguiu para o Uruguai, sob a supervisão do chefe da delegação, Afrânio da Costa.

O preço dessas indefinições e da fragilidade do elenco tornou-se evidente logo na estréia da Copa da FIFA. Contra os iugoslavos, no dia 14 de julho 1930, o Brasil conheceu sua primeira derrota, por 2 a 1. O gol de honra, marcado no segundo tempo da partida, foi assinalado por Preguinho, jogador do Fluminense e filho do escritor Coelho Neto, entusiasta da prática do futebol no Brasil. Mesmo derrotando os bolivianos na segunda partida, realizada em 22 de julho, os brasileiros foram eliminados da competição ainda em sua primeira fase.

No Brasil, a imprensa se dividiu entre os que acusavam a CBD de ter agido de forma intransigente em relação aos paulistas e os que culpavam a APEA por não ter

sabido superar suas pretensões particulares em nome do interesse do desporto nacional. Sem possibilidade de manter um diálogo cooperativo com as lideranças paulistas, Renato Pacheco aguardou o retorno da delegação para convocar, em 1º de agosto de 1930, a reunião da diretoria da CBD que decidiria a suspensão da APEA das atividades promovidas pela Confederação. A suspensão foi aprovada, mas seria revogada oito meses depois, no dia 7 de abril de 1931, após alguns sinais de aproximação entre as duas entidades. Com isso, a APEA pôde se fazer representar no Campeonato Brasileiro de 1931. Esse torneio, além do caráter simbólico de apaziguamento de um conflito que havia chegado ao extremo do rompimento no ano anterior, tornou-se célebre porque foi o cenário da troca de guarda entre duas brilhantes gerações de craques. Foi o último Campeonato Brasileiro a contar com a participação dos craques paulistas Friedenreich (que já estava com 39 anos ao final da competição) e Feitiço, e o primeiro em que se destacaram os jovens talentos cariocas de Leônidas da Silva e Domingos da Guia. O selecionado da capital federal reconquistou o título após a série final, disputada em três partidas, derrotando o time paulista.

Enquanto as tensões políticas internas eram contornadas, também no plano internacional a crise com a Confederação Sul-Americana foi superada após o congresso continental de 1931. Diante da decisão dos delegados de rever as posições firmadas no biênio 1925-1926, a CBD julgou que suas reivindicações haviam sido atendidas e que estava aberto o caminho para seu reingresso na entidade. No relatório anual de 1931, o presidente Renato Pacheco faria constar a seguinte nota explicativa sobre a resolução da questão com as demais entidades da América do Sul:

Nessas condições, não existem mais aquelas razões fundamentais de nosso afastamento, medida tomada em defesa de nossas prerrogativas ao tempo de meu digno e operoso antecessor, Oscar da Costa, nome que sempre se enuncia com as melhores e mais justificadas mostras de apreço e consideração. Ademais, esse congresso de 1931, desejando dar uma demonstração de quanto desejavam nossa presença em seu seio, votou, mesmo antes de nossa volta, que seja esta metrópole a sede do certame

deste ano, bastando para a efetivação desse propósito que nos reincorporemos à entidade sul-americana.<sup>2</sup>

Apesar da disposição manifestada pelos dirigentes sul-americanos, o Campeonato Sul-Americano não pôde ser realizado em 1931, em grande parte devido à falta de disponibilidade na agenda das diferentes entidades nacionais. No entanto, a CBD conseguiu estabelecer com a Associação Uruguaia de Futebol a realização de uma partida válida pela Taça Rio Branco. O torneio, proposto desde os anos iniciais de funcionamento da CBD, fora cancelado após os atritos decorrentes do final do Sul-Americano de 1922. Na nova versão da disputa internacional, realizada no dia 6 de setembro de 1931, o selecionado uruguaio veio ao Rio de Janeiro e foi derrotado pelo placar de 2 a 0. Em dezembro do ano seguinte, conforme o rodízio acertado entre as duas federações, a seleção brasileira seguiu para Montevideu e lá conquistou pela segunda vez a taça com a vitória de 2 a 1 sobre os anfitriões em pleno estádio Centenário.

### **Amadores ou profissionais?**

A gradativa normalização das relações da CBD com seus parceiros continentais encontraria um obstáculo na regulamentação do profissionalismo que começava a ocorrer em países da América do Sul. Internamente, a discussão sobre o estatuto profissional dos atletas já havia provocado atritos entre a CBD e as entidades estaduais. Apesar de a APEA e de alguns clubes congregados à AMEA já terem encaminhado à CBD requisições para a formalização de contratos que previam a remuneração regular dos jogadores, a entidade nacional se mantinha firme em sua posição de conceber o esporte como uma atividade eminentemente amadora, não passível de qualquer forma de remuneração que viesse a caracterizar o exercício esportivo como uma espécie de trabalho formal. Essa situação poderia perdurar por longo tempo se não estivessem ocorrendo, naquele início da década de 1930, dois processos autônomos que acelerariam uma tomada de decisão: o interesse manifesto de clubes estrangeiros em contratar atletas brasileiros e a política de valorização do trabalhador do governo Vargas.

---

<sup>2</sup>*apud* Relatório de 1931 da Confederação Brasileira de Desportes.

Já no início da década, emissários de clubes italianos, favorecidos por contatos com a grande colônia de imigrantes que residia na capital paulista, passaram a freqüentar os clubes de futebol e a sondar os atletas sobre a possibilidade de transferência para agremiações européias. Esse tipo de ação era facilitado por uma ambigüidade que atingia o futebol brasileiro. Embora a CBD e os tribunais de justiça não reconhecessem qualquer vínculo empregatício formal entre clubes e atletas, a FIFA, ao preconizar que todo jogador que não estivesse sob contrato com uma associação esportiva poderia transferir-se livremente para outra, criava condições de negociação. Dessa forma, a defesa de uma postura pró-amadorismo resultava na abertura de um grande mercado para clubes estrangeiros contratantes.

O caso de maior repercussão foi o da visita de um representante do clube romano da Lazio aos atletas do Corinthians em 1931. Sem poder alegar que houvesse um vínculo entre os jogadores e o clube, a agremiação tricampeã paulista viu alguns de seus principais expoentes (tais como Filó, Rato, Del Debbio) serem contratados pelo emissário italiano. No Rio de Janeiro, Jaguaré e Fausto, que haviam excursionado com o Vasco da Gama na Europa, decidiram aceitar a oferta de um contrato remunerado no velho continente. As ofertas de contratos profissionais não vinham apenas da Europa. Em 1931, com a mudança da legislação esportiva na Argentina, os clubes foram autorizados a estabelecer vínculos empregatícios com os seus atletas. Poucos dias após a promulgação da nova legislação no país vizinho, os dirigentes do Clube San Lorenzo de Almagro estiveram na capital paulista e contrataram cinco jogadores do São Paulo Futebol Clube. No ano seguinte, com o advento do profissionalismo no futebol uruguaio, Montevidéu passou a ser um novo pólo de atração para os jogadores brasileiros.

Embora o governo federal não tivesse ainda estabelecido um referencial legal para a regulação da atividade profissional desportiva, a gradual formulação de uma legislação trabalhista no país não deixava muitas dúvidas sobre o caminho que o mundo esportivo brasileiro deveria trilhar. Ainda assim, alguns dirigentes, e especialmente a entidade máxima do esporte no país, resistiam obstinadamente à idéia da remuneração e da formalização contratual da relação entre atleta e clube, vista como algo que conspurcava o ideal do esporte amador que seduzira as elites nacionais no início do século XX. Em São Paulo, contudo, os clubes associados à APEA foram

gradativamente assumindo uma postura favorável à profissionalização do futebol. Essa tendência, que resultou na suspensão completa dessa modalidade de esporte no Clube Paulistano (pelo fato de sua diretoria ser radicalmente contrária à remuneração de atletas), fez da APEA uma referência para o movimento político favorável à adoção de formas modernas de relacionamento entre clubes e jogadores. No Rio, esse processo foi um pouco mais complexo, em grande medida devido à proximidade entre os dirigentes dos clubes e a alta direção da CBD, que manifestava frontal oposição ao profissionalismo. No entanto, no segundo semestre de 1932, um grupo de dirigentes cariocas, alguns deles representantes de agremiações tradicionais, passou a discutir a viabilidade da implantação da profissionalização entre seus atletas. Mesmo diante da resistência explícita da CBD, a percepção dos sinais nacionais e internacionais levavam a um movimento favorável ao novo formato de vínculo atlético.

Na disputa do campeonato metropolitano do Rio de Janeiro de 1932, vencido pelo Botafogo, alguns clubes denunciaram o pagamento de gratificações, o chamado “bicho”, a atletas que mantinham o estatuto de amadores. Percebendo os limites desse “amadorismo remunerado”, os representantes do Fluminense e do Vasco da Gama, liderados respectivamente por Oscar da Costa e Raul Campos, passaram a articular a adoção de critérios formais de remuneração dos atletas, aventando assim a efetiva profissionalização da prática futebolística na capital brasileira. Embora contasse com o apoio inicial do América, Bangu e Botafogo, o grupo temia que o não reconhecimento de suas decisões pela CBD abrisse uma longa crise política e, até mesmo, implicasse sua desfiliação. Por conta disso, passou a ser considerada a alternativa de fundar uma liga profissional paralela à AMEA. Foi então convocada para o final do mês de agosto uma reunião, à qual compareceram representantes do América, Bangu, São Cristóvão, Vasco da Gama, Botafogo, Flamengo e Fluminense, e também o presidente da CBD, Renato Pacheco, que acompanhava atentamente a mobilização dos dirigentes cariocas. Mesmo não tendo havido consenso na definição precisa de um novo estatuto legal para a AMEA, os dirigentes presentes indicaram uma comissão que ficaria encarregada de analisar um regulamento para a implantação da nova liga profissional.

No dia 12 de janeiro de 1933, nova reunião seria realizada, já tendo por base uma proposta de estatuto para a futura liga. O presidente da AMEA, Rivadávia Meyer, presente à reunião, condenou a adoção do profissionalismo e ameaçou encaminhar à

CBD o pedido de suspensão das atividades da nova associação. Mesmo diante dessa feroz oposição, nova reunião foi agendada para a semana seguinte. No intervalo, um fato inusitado viria a complicar o processo de formalização dos estatutos propostos. Na eleição realizada para a composição da nova diretoria do Vasco da Gama, saiu vitorioso o grupo político que defendia a manutenção do amadorismo no futebol. Dessa forma, o clube que servira de pilar para a proposta de profissionalização mudava radicalmente de posição e passava a se opor à criação da liga profissional. Motivados pela defecção vascaína, dirigentes do Flamengo, Botafogo e São Cristóvão reuniram-se com representantes da AMEA e da CBD e tentaram demover os demais clubes cariocas da idéia da profissionalização. Na noite de 18 de janeiro, elaboraram um documento, endereçado ao ex-presidente da CBD, Oscar da Costa, que então se batia pela criação da liga alternativa, formalizando sua oposição aos princípios do esporte remunerado:

Desde aquela primeira reunião preparatória para a fundação de uma empresa ou federação para exploração do futebol profissional, que cada um de nós, sensíveis a todas as manifestações das coletividades de que éramos mandatários, se capacitou mais da extrema delicadeza do problema, em cujo estudo mais e mais se aprofundou. A identidade do ponto de vista sobre o assunto nos reuniu naturalmente, com o único intuito de procurar uma fórmula capaz de, harmoniosamente, se chegar a uma solução que não seja contrária aos interesses vitais de nossos clubes. Todos estamos convencidos de que nenhuma das nossas diretorias seria capaz de se manter na direção de nossos grêmios se definissem pela adoção do profissionalismo. Depois de uma longa meditação, chegamos à conclusão de que a implantação desse regime nos levaria à mais completa ruína.<sup>3</sup>

A despeito dos prognósticos catastróficos dos opositores do profissionalismo e do desequilíbrio provocado pela mudança de posição dos dirigentes do Vasco, a comissão responsável pela regulamentação da liga profissional decidiu manter a data de 23 de janeiro para a reunião plenária em que se votariam os estatutos da nova entidade.

---

<sup>3</sup> *apud* MAZZONI, Tomás. História do Futebol no Brasil. P.237.

Nesse pequeno intervalo de tempo, o conselho deliberativo do Vasco pressionou a nova diretoria e obteve a renúncia coletiva de seus membros, com exceção do presidente, Manoel Pereira Ramos, que se comprometeu com a defesa da profissionalização do futebol. Alterada uma vez mais a posição do clube carioca, alcançou-se a maioria necessária estipulada na convocação da reunião plenária. No encontro realizado na sede do Fluminense, foi assim criada, com a aprovação dos representantes do Vasco, América, Bangu e Fluminense, a Liga Carioca de Futebol (LCF). Por não concordarem com o estatuto do profissionalismo, os representantes do Botafogo, Flamengo e São Cristóvão optaram por permanecer na AMEA, que se mantinha fiel ao amadorismo. Deve ser destacado que, na sessão que aprovou a fundação da nova entidade, diversos dirigentes da APEA estiveram presentes, demonstrando a proximidade política dos dois grupos na luta que seria travada pela institucionalização nacional do futebol profissional.

A aproximação entre a entidade paulista e a recém-fundada liga carioca veio a ganhar contornos formais em uma carta conjunta firmada logo após a recusa da CBD em reconhecer a LCF como entidade responsável pela organização do futebol profissional no Distrito Federal. Mesmo não sendo um instrumento legal, o protocolo estabelecia o compromisso das duas entidades de organizar um campeonato interestadual de jogadores profissionais. Sem que fosse feita qualquer menção à entidade máxima desportiva no país, as duas associações pareciam afirmar implicitamente que não dependiam da anuência da CBD para a implementação de suas propostas, constituindo, dessa forma, um modelo paralelo de gestão dos assuntos relacionados ao futebol. Em um texto curto, pouco elucidativo em seus detalhes, os signatários buscavam também definir os marcos reguladores do esporte profissional no Brasil. Com cláusulas que vedavam a contratação de um atleta sob compromisso remunerado com outro clube e que definiam os prazos de vigência dos contratos a serem estabelecidos entre jogadores e clubes, o documento estabelecia um padrão mínimo de funcionamento para os clubes associados ao projeto de profissionalização.

No decorrer de 1933, a adoção do profissionalismo se verificou também nos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná, tornando evidente que se estava diante de um novo marco da prática desportiva. A CBD, contudo, alheia a todas as transformações que vinham ocorrendo nos estados brasileiros e à aprovação, pela FIFA,

das entidades nacionais que haviam adotado a remuneração dos atletas, resistia tenazmente à idéia de oficializar as relações profissionais no esporte. Essa postura, indicativa do tradicionalismo de alguns segmentos das elites nacionais, revelava uma avaliação equivocada da gradativa adesão dos clubes e associações à profissionalização. A recusa em admitir novos referenciais para o cenário esportivo também pode ser entendida à luz das antigas disputas entre os grupos carioca e paulista pelo controle da entidade nacional. Para alguns dos dirigentes da CBD, a campanha pela adoção do regime profissional no esporte camuflava um plano dos dirigentes paulistas, que tentavam, havia décadas, desestabilizar o grupo que controlava politicamente a Confederação. Ao lado dessa leitura política do problema, havia ainda uma questão operacional, uma vez que o reconhecimento da validade do profissionalismo no futebol pela CBD poderia acarretar uma pressão semelhante de outras modalidades esportivas, o que iria gerar uma complexa redefinição de atribuições e competências na gestão dos desportos. Da mesma forma como havia agido em outras situações extremas, a direção da CBD optou pelo silêncio e pelo imobilismo, não aceitando rediscutir a questão com as entidades regionais.

Os claros indícios de que a posição da CBD em relação ao profissionalismo não seria alterada fizeram com que os dirigentes da APEA e da LCF resolvessem se empenhar na criação de uma entidade nacional que avalizasse o futebol profissional. Tendo por base o protocolo de cooperação firmado entre as duas associações, foram elaborados os estatutos de uma entidade paralela, dissidente, que buscava angariar o maior contingente de afiliados comprometidos com a institucionalização e a disseminação do futebol profissional. Assim, no dia 26 de agosto de 1933, na sede do Palestra Itália, os presidentes da APEA, Jorge Caldeira, e da LCF, Raul Campos, firmaram o documento que fundava a nova Federação Brasileira de Futebol (FBF).

### **Dualidade de comando: a CBD e a FBF**

A escolha do nome da nova entidade vinculada ao futebol profissional denotava, por um lado, o objetivo de pleitear junto à FIFA o reconhecimento como entidade nacional exclusivamente voltada para o futebol. Por outro lado, indicava que os embates contra o modelo de organização política da CBD seriam uma reedição daqueles

capitaneados na década de 1910 pela antiga FBF paulista contra a antiga FBE carioca. A presença de dois ex-presidentes da CBD, Arnaldo Guinle e Oscar da Costa, no conjunto de delegados que deliberaram criar a nova entidade revelava inequivocamente o tamanho da cisão que se havia instalado nos meios futebolísticos. Por sugestão de Guinle, a nova FBF passou a ter sua sede na capital da República. Dessa forma, tanto a entidade se desvinculava da idéia de que seria uma mera dissidência paulista, como se colocava no centro das articulações políticas, podendo atuar em constante contraponto à CBD. Atendendo aos antigos interesses dos dirigentes paulistas, o médico Sérgio Meira, associado ao São Paulo Futebol Clube, foi escolhido para a presidência da FBF. Com esse movimento, buscava-se formar bases políticas para um grande acordo nacional, iniciativa que a CBD não havia até então conseguido concretizar.

Uma das primeiras iniciativas da primeira diretoria da FBF teve por objetivo afirmar o caráter interestadual da nova entidade. Uma vez que a CBD organizava o Campeonato Brasileiro de seleções estaduais de futebol, a nova federação propôs o campeonato brasileiro de clubes de futebol profissional. No entanto, como só as associações de São Paulo e do Distrito Federal estavam formalmente filiadas à FBF, o torneio de 1933 contou apenas com os times dos dois grandes centros futebolísticos, sendo, portanto a gênese do Rio-São Paulo, disputa que se consolidaria como uma das mais tradicionais do esporte brasileiro. Nessa primeira edição, a supremacia dos clubes paulistas nos campos se evidenciou com a vitória do Palestra, seguido pelo São Paulo como vice-campeão. O time carioca mais bem classificado foi o Bangu, que terminou na quarta posição, reafirmando sua condição de força emergente no esporte e consagrando o esquadrão que havia vencido o torneio da LCF no mesmo ano.

A velocidade com que a FBF se lançou à organização de um campeonato envolvendo times paulistas e cariocas evidenciou para os dirigentes da CBD o sentido da ruptura ocorrida. Com a disseminação do profissionalismo, a FBF demonstrava reais condições de se afirmar no cenário esportivo nacional. A adesão gradativa de mais e mais agremiações à formalização do vínculo profissional dos atletas colocava a CBD em posição de clara desvantagem. O potencial de crescimento da nova entidade, aliado à capacidade de apresentar soluções eficazes para o esporte profissional, fez com que a CBD decidisse partir para o confronto aberto. Enquanto, internacionalmente, seus

representantes tentariam impedir o reconhecimento da FBF pela FIFA, internamente o objetivo seria desestabilizar as lideranças que davam sustentação à entidade rival.

Para a direção da CBD, o caso do Distrito Federal não exigia uma solução complexa. Os antigos vínculos entre os clubes que se profissionalizavam e o grupo diretor da Confederação faziam supor que com o tempo um acordo poderia ser alcançado. Mas para que isso acontecesse, era preciso remover a influência daquela que era identificada como a mais séria defecção da CBD: a APEA. Percebendo que a tendência pró-profissionalização não se havia ainda afirmado em todas os clubes a ela filiados, a direção da CBD resolveu enfraquecê-la através da fundação de uma entidade concorrente na capital paulista. Dessa forma, foi criada a Federação Paulista de Futebol (FPF), defensora dos princípios amadores, a qual, sob a presidência de José da Silva Freire, obteve o apoio inicial do Juventus (que viria a adotar o nome de Florentino), do Paulista e do S.P.R.

Mesmo buscando formas de manter sua hegemonia no campo desportivo, a CBD enfrentava uma crise que assumia contornos inéditos. Diante do confuso quadro nacional, sem alternativas imediatas para a questão da profissionalização e premido pela dificuldade de equacionar o confronto com a FBF, o presidente Renato Pacheco deixou o cargo em setembro de 1933, sendo substituído por Álvaro Catão. Antes de se afastar, Renato Pacheco fez consignar no relatório anual de 1933 que, a despeito da crise vivida pelo futebol, sua gestão havia conseguido empreender um grande feito: o envio de uma delegação brasileira aos Jogos Olímpicos de Los Angeles, em 1932.

Na realidade, a decisão política de fazer representar o Brasil nas Olimpíadas de 1932 sobrepôs-se à escassez de recursos disponíveis na Caixa Olímpica, constituída com receitas oriundas do Campeonato Brasileiro de Futebol. Para Pacheco, sua presidência não poderia ser maculada pela incapacidade de enviar atletas brasileiros para duas Olimpíadas consecutivas. Assim, mesmo com um balanço pouco favorável das finanças da entidade, sua direção estabeleceu como prioridade a busca de uma solução que permitisse a viagem do grupo de desportistas. Inicialmente, foram buscados recursos públicos, mas tanto o ministro da Viação, José Américo de Almeida, como o próprio presidente Getúlio Vargas asseguraram não haver receita no orçamento para financiar tal deslocamento. Como sinal do empenho do governo federal na promoção do esporte, o ministro José Américo tentou intermediar a negociação com empresas de

navegação que pudessem se incumbir da viagem. Diante da recusa do Lloyd Brasileiro, a CBD recebeu uma singular proposta da Companhia Nacional de Navegação Costeira: o fretamento do cargueiro *Itaquicê* a baixo custo, desde que a CBD se comprometesse a encontrar empresas interessadas em carregar a embarcação com seus produtos. A Associação Nacional de Exportadores de Café aceitou as condições e fez o transporte dos grãos juntamente com os atletas. Muitos percalços marcariam a viagem, entre eles o mau funcionamento dos compartimentos refrigerados de carga. Há inclusive relatos de atletas que colaboraram com o trabalho braçal no navio. De toda forma, a direção da CBD conseguiu manter seu compromisso com o COI, mesmo que para isso fossem esgotados inteiramente os recursos do fundo criado para o financiamento da atividade olímpica.

Embora fosse considerada pela direção da CBD um grande avanço para as relações institucionais com os organismos desportivos internacionais, a presença do Brasil nos Jogos Olímpicos de 1932 não contribuiu para a resolução dos grandes problemas que Álvaro Catão teria que enfrentar. A instabilidade provocada pela criação da FBF pôde ser constatada na não realização do Campeonato Brasileiro de seleções de futebol no ano de 1933. A adoção de vínculos profissionais por muitos clubes causou desestabilização nas entidades estaduais que permaneciam filiadas à CBD. Por outro lado, a presença dos grandes clubes nos quadros da recém-fundada FBF possibilitou-lhe afinal realizar, após o torneio de que participaram apenas Rio e São Paulo, o primeiro campeonato de seleções profissionais. A disputa contou com selecionados de São Paulo, Distrito Federal, Minas Gerais, Estado do Rio de Janeiro e Paraná. As partidas, iniciadas em dezembro 1933, foram encerradas em janeiro de 1934, com a vitória do selecionado da APEA. Ao analisar os resultados desse campeonato, Raul Campos, presidente da LCF, exaltaria a consolidação do projeto de profissionalização do futebol:

Muito se tem falado dos primeiros campeonatos de profissionais. Os amadoristas consideram as rendas produzidas pelo torneio como um fracasso. Alguns chegaram a dizer que a renda dos tempos do amadorismo era melhor. As cifras não dizem isso. O movimento da LCF foi superior a mil contos de réis, enquanto o da AMEA, em 1932, apenas alcançava a metade. Como se vê, não há fracasso. Pelo contrário, quando

se implantou o profissionalismo, os mais ferrenhos otimistas defensores do novo regime prognosticavam o dobro da renda da temporada anterior.

E se foi alcançada a cifra prevista, como se pode falar em fracasso? É preciso saber que a mudança de um regime para outro provoca um abalo. Vasco, Fluminense e América precisaram reorganizar seus quadros. Por outro lado, apesar das performances de Vasco e Fluminense terem sido irregulares, Vasco e Fluminense foram os clubes que deram mais renda (...)

Está em seu término o primeiro ano de profissionalismo. Ano de excepcionais experiências. Em 1934, poderá ver-se o novo regime em plena pujança, como aconteceu na Argentina – e o profissionalismo foi um fracasso? Só se os amadoristas confiavam mais no seu sucesso do que os próprios profissionais e fizeram cálculos mirabolantes e astronômicos. Se assim for, por que ainda insistem na insinceridade?<sup>4</sup>

A CBD, aparentemente, não dispunha de argumentos efetivos que pudessem se contrapor ao bem-sucedido início da profissionalização. Buscando estabelecer condições para o funcionamento das entidades e amadoras, promoveu, no início de 1934, o campeonato de seleções não disputado no ano anterior. Sinal inquestionável do enfraquecimento dos clubes amadores causado pelo advento do profissionalismo foi a vitória do selecionado baiano, até então um mero figurante em torneios dominados por paulistas e cariocas. Por mais que a CBD se preocupasse em encontrar soluções para a manutenção do futebol amador, a legitimidade conquistada pela FBF possibilitava que os times profissionais dominassem o cenário futebolístico.

A dualidade trazida pela coexistência das duas entidades, símbolos evidentes de dois universos esportivos não-complementares, que postulavam cada um por seu lado a hegemonia institucional, estabelecia um ambiente de completa desregulamentação das relações desportivas. Os efeitos desse impasse influenciaram a preparação do selecionado nacional que disputaria a segunda edição da Copa do Mundo da FIFA, a ser realizada na Itália. Embora a AMEA tivesse proposto, em março de 1934, que a CBD acenasse para a FBF com a adoção de um regime misto no futebol caso a APEA e a

---

<sup>4</sup> *apud* MAZZONI, Tomás. História do Futebol no Brasil. P.246.

LCF contribuísem com seus jogadores para a seleção, a entidade responsável pelo futebol profissional descartou qualquer possibilidade de diálogo. Sem a cooperação das duas entidades estaduais que contavam com o maior número de jogadores de expressão, a CBD incumbiu Carlito Rocha, dirigente do Botafogo e filiado à AMEA, da direção do selecionado. Embora fosse um radical defensor do amadorismo, Rocha sabia, com base nos resultados dos campeonatos promovidos pela CBD e pela FBF, que a ausência dos jogadores dos times profissionais resultaria num selecionado nacional de baixo nível técnico. Mesmo contrariando seus princípios desportivos, passou assim a convocar esses jogadores, a despeito da negativa de seus dirigentes. O mais contraditório nessa postura foi o fato de a CBD ter autorizado o pagamento de 30 contos de réis para cada jogador profissional convocado, com “ajudas de custo” mensais de mais um conto de réis. Com esse incentivo, alguns jogadores do São Paulo e do Vasco da Gama aceitaram deixar seus times, com os quais mantinham contrato, para servir à CBD.

Todo esse impasse que precedeu a montagem do elenco, bem como a situação de quase clandestinidade dos atletas profissionais no selecionado, praticamente impediram que houvesse um período preparatório antes do torneio. Os jogadores foram obrigados a realizar treinos durante a longa viagem de navio à Itália, no convés da embarcação. Antes de chegar a seu destino, o navio fez escala em Barcelona e aí os jogadores puderam realizar um breve treinamento coletivo sob a direção do técnico Luis Vinhais. Foi também em Barcelona que embarcaram os jogadores espanhóis, adversários do Brasil em sua estréia na competição. Não foi grande surpresa a derrota da seleção nessa estréia (1 x 3), o que impediu que a equipe prosseguisse na competição. Com a eliminação, o time comandado por Carlito Rocha e treinado por Vinhais fez uma longa excursão pela Europa durante a qual enfrentou o selecionado iugoslavo (que aplicou nos brasileiros uma goleada de 8 a 4) e diversos combinados e times da Europa Oriental, Espanha e Portugal. Embora os amistosos tivessem resultado em um bom aporte de recursos para a CBD, atenuando as despesas com a remuneração dos atletas que se apresentaram para servir à seleção, o balanço da participação na Copa e nos amistosos foi pouco alvissareiro. Uma vez mais, as dificuldades enfrentadas pela CBD comprometiam o desenvolvimento do esporte no país.

O equilíbrio instável da CBD não afetou apenas o meio futebolístico. Em 1935, diante da proximidade dos Jogos Olímpicos de Berlim, alguns dirigentes desportivos,

em especial das federações estaduais de esportes terrestres (atletismo) e de remo, passaram a pressionar a CBD para que ela assumisse o planejamento de uma representação nacional condigna. A ausência em Amsterdã e a jornada improvisada em Los Angeles haviam deixado sérias seqüelas entre as lideranças dos esportes olímpicos. A avaliação geral era de que a CBD, por privilegiar o futebol, e por enfrentar um ambiente permanentemente tenso nessa área desportiva, não dedicava às outras modalidades a atenção devida. O chamado “movimento olímpico”, evocado no ato de fundação da antiga FBE, não passara assim de um instrumento de mobilização cujo único fruto fora a criação de uma entidade voltada para o futebol.

Ao analisar a situação legal do COB, fundado em 1914 mas jamais implementado formalmente, alguns dirigentes dissidentes perceberam que a inexistência institucional desse comitê na estrutura da CBD autorizava a interpretação de que ele não havia sido efetivamente constituído. Assim, em 1935, foi novamente criado um Comitê Olímpico Brasileiro, que solicitou reconhecimento ao COI. Mesmo sem ter seu estatuto oficializado pelo organismo internacional, o novo COB informou que estaria enviando uma delegação aos Jogos de Berlim, confrontando-se assim com a CBD, que alegava ser a única entidade capacitada a fazê-lo. Sem uma clara definição sobre quem deveria assumir a incumbência de selecionar os atletas e enviá-los à Alemanha, as duas entidades passaram a constituir suas próprias delegações, gerando uma nova e desgastante dualidade. Somente às vésperas do embarque, diante de uma clara notificação do COI sobre a impossibilidade de um país enviar duas delegações distintas aos Jogos, a CBD e o COB decidiram constituir uma única equipe, conduzindo a Berlim um grupo de 95 atletas. Entre eles destacavam-se as nadadoras Piedade Coutinho e Maria Lenk e o atleta Silvio Magalhães Padilha, que competiu nas provas de pista de corrida com barreiras e, posteriormente, viria a se tornar um dos mais influentes dirigentes esportivos do país.

As defecções representadas pela FBF e pela recriação do COB deram margem a um movimento de descentralização que passaria a ser chamado de “campanha pela especialização”. No retorno dos Jogos Olímpicos, os diretores de algumas federações esportivas do estado de São Paulo se reuniram para redigir um documento que, caso fosse homologado pela presidência da CBD, representaria a completa pulverização da gestão desportiva no país. Os signatários, representantes das federações de remo, tênis,

natação, atletismo e basquete do estado de São Paulo, propunham a revisão dos estatutos da CBD, fazendo constar que:

A Confederação Brasileira de Desportos continuará a superintender todos os esportes na parte relativa à centralização dos mesmos, para efeito das relações internacionais.

Cada ramo de esporte, que terá vida própria, será dirigido, técnica e administrativamente, por uma federação nacional especializada, que se regerá por leis adequadas a serem elaboradas e estudadas oportunamente, a qual será constituída pelas federações ou ligas estaduais.<sup>5</sup>

A proposta de criação das federações especializadas reduzia a CBD a uma mera entidade burocrática e administrativa, sem qualquer gestão direta sobre as atividades desportivas. Obviamente, a direção da CBD refutou a proposta. No entanto, era indisfarçável a perda de controle da entidade sobre a área que lhe competia. A presidência de Álvaro Catão não havia conseguido corrigir os problemas experimentados nos meses finais da gestão de Renato Pacheco. Em vez de recompor a hegemonia da Confederação, Catão presenciou a ampliação da crise de dualidade no futebol e passou a conviver com movimentos favoráveis à descentralização completa das atribuições assumidas institucionalmente pela CBD.

### **Intervenção do Estado: a criação do CND**

Esse ambiente tumultuado não passava despercebido das autoridades do governo federal. Mesmo se tratando de uma entidade privada, o enfraquecimento da CBD e a descentralização de seu comando opunham-se radicalmente ao tom geral do processo de construção do Estado nacional que o governo Vargas vinha empreendendo. Nesse processo, o esporte se tornava-se cada vez mais uma prioridade na agenda de interesses dos gestores públicos. Vários aspectos podem ser apontados para explicar essa postura oficial. Em primeiro lugar, o esporte estava relacionado à expressão das massas urbanas. O futebol era fator de mobilização dos brasileiros, principalmente das camadas

---

<sup>5</sup> *apud* MAZZONI, Tomás. História do Futebol no Brasil. P.264.

populares que residiam nos grandes centros urbanos, e por isso se tornava um elemento a ser considerado no complexo sistema de propaganda do governo junto aos cidadãos. Coincidentemente, essa mobilização das massas começava a corresponder a um eficaz discurso de aproximação entre expressão esportiva e identidade nacional. Assim, a construção da legitimidade de um modelo de representação nacional poderia encontrar no campo desportivo um espaço privilegiado para a veiculação de um imaginário sobre o ideal de brasilidade.

Essa tendência assumia contornos ainda mais definidos em um momento político no qual a centralidade do Estado como elemento formador da nacionalidade ganhava maior nitidez na postura dos dirigentes políticos. A confluência da concepção acerca do Estado com os ideais de raça e nacionalidade também implicava uma compreensão do esporte como ferramenta para a construção de uma raça forte, adaptada à vida nos trópicos e apta a desenvolver o chamado “destino histórico” do povo brasileiro. Disseminar a prática esportiva correspondia a um modelo getulista de eugenia, de fabricação do tipo ideal do homem nacional. Por outro lado, na esfera exclusivamente política, era interessante para o governo Vargas que o comando do esporte permanecesse centralizado, submetido a uma supervisão governamental. Embora não se pensasse numa intervenção imediata nos assuntos estritamente desportivos, estava muito claro para todos os observadores que a CBD incorria na possibilidade de se tornar um alvo prioritário da ação governamental, na medida em que conflitava diretamente com uma diretriz básica da política varguista: a regulação das atividades profissionais. Não se pode afirmar que esse tenha sido o fator que mais contribuiu para a cristalização da tendência à interferência do governo federal na gestão da CBD, mas a irremovível recusa desta em aceitar o estabelecimento de vínculos profissionais no esporte fazia com que seus dirigentes operassem em um registro muito distante daquele que garantia a legitimidade do governo Vargas em meio à massa de trabalhadores. A questão da implantação do profissionalismo transcendia a esfera meramente desportiva.

O principal indício de que o governo Vargas iria se dedicar à organização do cenário esportivo foi a eleição de Luis Aranha para a presidência da CBD. Embora a presença de políticos na direção da Confederação fosse usual, chama a atenção, no processo eleitoral de 1936, a forma como um elemento sem experiência prévia nos quadros dirigentes da CBD ou das associações estaduais chegou à direção máxima da

entidade. Se observarmos a sua trajetória, iremos perceber que Aranha representou o consentimento dos dirigentes a uma intervenção do governo federal.

Nascido na cidade gaúcha de Itaqui, Luis era irmão mais novo de Oswaldo Aranha, expoente da política rio-grandense e um dos principais articuladores civis da Revolução de 30. Advogado com aguerrida militância política, foi nomeado secretário do Ministério da Justiça pelo irmão, feito ministro por Vargas, e dedicou-se à criação do Clube 3 de Outubro, associação política que tinha por objetivo ampliar a participação dos chamados tenentes no governo revolucionário. O prestígio de que gozava entre líderes políticos e empresariais da capital transformariam “Lulu” Aranha em peça-chave de muitas das articulações que definiram a vida política da cidade do Rio de Janeiro nos anos 1930. Fundador do Partido Autonomista, aliado do prefeito Pedro Ernesto, tornou-se uma das primeiras lideranças tenentistas a apoiar o endurecimento e a extrema centralização que marcariam o governo Vargas a partir do final do ano de 1935. Não há, portanto, como dissociar sua chegada à presidência da CBD de uma ação dirigida pelo governo federal. Sua presença viabilizaria as ações governativas que iriam redesenhar a gestão do desporto nacional.

O primeiro grande problema a ser tratado dizia respeito à dissolução da legitimidade institucional da CBD. Embora se manifestasse favoravelmente sobre o mérito da chamada especialização das entidades desportivas, Aranha não considerava que esse projeto devesse ser conduzido ao preço do completo esfacelamento da CBD. Para ele, quanto mais forte fosse a Confederação, quanto mais centralizada a sua administração, maior seria a possibilidade de uma gestão adequada das diferentes modalidades esportivas. Portanto, especializar não significava descentralizar. Por outro lado, com a definição precisa dos modelos de gerenciamento de cada área desportiva, poder-se-ia estabelecer um parâmetro nacional e comum para a questão da profissionalização do futebol. A CBD deveria assumir o futebol profissional como padrão, reconhecendo as agremiações que haviam passado a operar sob seu registro, mas deveria também deixar claro, através das distinções de gestão especializada, que o caso do futebol não deveria ser tomado como marco regulador para todos os esportes. Algumas modalidades permaneceriam amadoras, enquanto o futebol, devido à constituição efetiva de um mercado internacional reconhecido pela FIFA, passaria a ser essencialmente uma modalidade desportiva profissional.

Tal como a FBF se viabilizara a partir da constituição de uma entidade voltada para o futebol profissional no Distrito Federal, a resolução do conflito entre os adeptos do amadorismo e do profissionalismo se iniciou a partir de um movimento ocorrido na capital da República. Em 1937, diante da interrupção dos campeonatos concorrentes da LCF e da Federação Metropolitana (que sucedera à AMEA) devido à viagem dos times do Fluminense e do São Cristóvão, que haviam sido convidados para amistosos, alguns dirigentes cariocas começaram a estudar a possibilidade de unir as duas entidades. Com o aval da presidência da CBD, os presidentes do América, Pedro Magalhães Correa, e do Vasco, Pedro Novaes, propuseram aos dirigentes da liga amadora que os times cariocas passassem a integrar uma única associação. O acordo, na verdade, era mais amplo: passava por uma completa reformulação das relações entre as entidades futebolísticas em nível estadual e nacional.

Assim, no Rio de Janeiro, as duas entidades existentes seriam extintas e todas as equipes da cidade se filiariam a uma nova entidade que admitiria o profissionalismo. Essa entidade se filiaria à FBF, que, por sua vez, seria reconhecida e filiada à CBD. Com esse grande redesenho, competiria à CBD a representação internacional do desporto brasileiro e à FBF a direção do futebol dentro do país. No caso paulista, a fusão das associações concorrentes parecia ser simples, principalmente porque as antigas equipes da APEA e da LAF estavam convergindo para a FPF. No dia 29 de julho de 1937, com a criação da Liga de Futebol do Rio de Janeiro, teve início o processo de pacificação entre as correntes conflitantes no futebol brasileiro.

Ao observarmos o desenho institucional da CBD após o grande acordo de 1937, percebemos que o que estava sendo posto em prática era o receituário que Luis Aranha preconizara para a gestão desportiva no país: a aliança entre a especialização e a centralização. Na prática, a filiação da FBF à CBD representava, para além da solução de antigos problemas políticos, o reconhecimento de uma gestão especializada para uma modalidade desportiva em particular. No entanto, ao se submeter a FBF à estrutura institucional da CBD, assegurava-se o respeito às decisões soberanas da diretoria desta última, que se tornava um organismo central. Muitos problemas ocorreriam no processo de absorção da FBF pela CBD, mas não há dúvida de que o planejamento estabelecido por Luis Aranha, com nítido aval do governo federal, estava sendo cumprido em todos os seus aspectos: reconhecimento legal do profissionalismo no futebol, pacificação

através da submissão de todos a uma entidade central e especialização do gerenciamento de certas modalidades como meio de obter melhorias operacionais.

Embora a completa formalização desse modelo só fosse ocorrer dois anos após o acordo de pacificação no futebol, seu encaminhamento já permitiu à CBD fazer um melhor planejamento da participação da seleção brasileira na III Copa do Mundo, a ser realizada em 1938. Credenciado pelo excelente desempenho do selecionado nacional no Campeonato Sul-Americano de 1937, no qual o Brasil ficou na segunda posição, o técnico Ademar Pimenta foi convidado a preparar do time que seguiria para o torneio na França. Dessa vez, a CBD acenou para o treinador com recursos, tempo e disponibilidade dos atletas profissionais, indicando o empenho da nova presidência na constituição de uma equipe competitiva que pudesse efetivamente se colocar entre os postulantes ao título. Um mês antes do embarque para a Europa, a delegação seguiu para uma temporada de treinamento na estação de águas de Caxambu, onde começou a ganhar forma o time titular que estrearia contra a Polônia. Dessa vez o selecionado não precisou se acomodar de maneira improvisada em um cargueiro e foi confortavelmente embarcado no transatlântico *Arlanza*. Na despedida, chamou a atenção a presença da filha do presidente da República, Alzira Vargas, que havia sido honrada com o título de madrinha do selecionado. Menos notado foi o embarque de Leonardo Gagliano Neto, locutor da Rádio Cruzeiro do Sul, que, sob a orientação da estrutura de propaganda estadonovista, seria responsável pela transmissão integral das partidas. Era nítida a importância que o governo federal atribuía ao evento esportivo. Com sua difusão pelo rádio, o governo Vargas procurava solidificar a identificação entre a seleção de futebol e a nacionalidade.

Na partida de estréia, realizada no dia 5 de junho de 1938 na cidade de Estrasburgo, Pimenta escalou uma das mais habilidosas linhas de ataque que o futebol brasileiro conheceu: Lopes, Romeu, Leônidas, Perácio e Hércules. Além desse ataque eficiente, a defesa foi organizada em torno de Domingos da Guia, talento que havia despertado interesse de clubes europeus e platinos. Em um dramático confronto, mais uma vez com características eliminatórias, o Brasil derrotou os poloneses pelo placar de 6 a 5, conquistando pela primeira vez o direito de avançar em uma Copa do Mundo. No jogo seguinte, disputado em Bordeaux, a seleção empatou com a Tchecoslováquia por 1 a 1. Tendo persistido o empate após uma prorrogação de 30 minutos, nova partida foi

marcada. Dois dias depois, o selecionado brasileiro, desfalcado de diversos atletas contundidos, derrotou os tchecos (2 x 1), credenciando-se para enfrentar a Itália, campeã do mundo, nas semifinais.

Em 16 de junho, completando o terceiro jogo disputado em um intervalo de cinco dias, os brasileiros foram a campo contra o poderoso esquadrão treinado por Vitério Pozzo e capitaneado por Giuseppe Meazza. A melhor esquematização tática dos europeus, aliada a um marcante preparo físico, se impôs sobre o talento da equipe brasileira. Aos dez minutos do segundo tempo, Colaussi abriu o marcador, desestabilizando completamente o time nacional. Cinco minutos depois, ocorreria o lance que marcaria toda uma geração de jogadores e ajudaria a formatar um dos mais veementes discursos acerca do futebol brasileiro. Domingos da Guia, exaltado como o melhor zagueiro do torneio, não resistiu às provocações dos atacantes italianos e desferiu um pontapé, sem bola, em Piola. Mesmo com o lance ocorrendo a grande distância de onde se encontrava o árbitro, foi marcado o pênalti que ampliaria a vantagem italiana no marcador. Nos minutos finais, Romeu assinalou o gol de honra, mas não impediu a vitória e a classificação da Itália para a grande final do campeonato. Com uma vitória sobre a Suécia (4 x 2), o time brasileiro terminou o campeonato na terceira posição.

O legado dessa competição teria um teor ambíguo no imaginário sobre o futebol brasileiro. Na euforia da recepção os jogadores, empresários, políticos e populares disputaram a chance de conviver, mesmo que por breves instantes, com os heróis da nacionalidade. Leônidas, artilheiro do torneio, tornou-se garoto-propaganda de produtos como cigarros e chocolates. Porém, a marca do desequilíbrio emocional, sintetizada na falta infantil de Domingos da Guia, se ergueria como a grande sombra a embaçar o ideal do atleta nacional. De nada valia o talento, se a raça brasileira apequenava-se diante da força e da organização das nações européias. Mesmo assim, a euforia causada pelo bom desempenho na Copa do Mundo de 1938 consolidou a associação simbólica entre o selecionado e a representação da nação. Gilberto Freyre, então cronista do *Diário de Pernambuco*, reagiria assim às primeiras vitórias brasileiras na França:

O nosso estilo de jogar futebol me parece contrastar com o dos europeus, por um conjunto de qualidades de surpresa, de manha, de

astúcia, de ligeireza e, ao mesmo tempo, de brilho e de espontaneidade individual em que se exprime o mesmo mulatismo de que Nilo Peçanha foi até hoje a melhor afirmação na arte política. Os nossos passes, os nossos pitus, os nossos despistamentos, os nossos floreios com a bola, alguma coisa de dança e de capoeiragem que marca o estilo brasileiro de jogar futebol, que arredonda e, às vezes, adoça o jogo inventado pelos ingleses e por eles, e por outros europeus, jogado tão angulosamente, tudo isso parece exprimir de modo interessantíssimo para os psicólogos e os sociólogos o mulatismo *flamboyant* e, ao mesmo tempo, malandro que está hoje em tudo que é afirmação verdadeira do Brasil.<sup>6</sup>

Dias após o fim da competição, Freyre faria uma síntese das suas observações sobre o caráter nacional expresso nos campo de futebol:

Nosso futebol mulato, com seus floreios artísticos cuja eficiência – menos na defesa que no ataque – ficou demonstrada brilhantemente nos encontros deste ano com os poloneses e os tcheco-eslovacos, é uma expressão de nossa formação social, democrática como nenhuma e rebelde a excessos de ordenação interna e externa; a excessos de uniformização, de geometrização, de estandardização; a totalitarismos que façam desaparecer a variação individual ou espontaneidade pessoal. No futebol, como na política, o mulatismo brasileiro se faz marcar por um gosto de flexão, de surpresa, de floreio, que lembra passos de dança. (...)

Dança dionisíaca. Dança que permita o improvisado, a diversidade, a espontaneidade individual. Dança lírica. Enquanto o futebol europeu é uma expressão apolínea de método científico e de esporte socialista em que a ação pessoal resulta mecanizada e subordinada à do todo – o brasileiro é uma forma de dança, em que a pessoa se destaca e brilha.<sup>7</sup>

Na dicotomia ciência x arte, Freyre estabeleceu os pólos de um debate que perseguiria o selecionado. A expressão da nacionalidade mestiça se manifestaria através

---

<sup>6</sup> Freyre, Gilberto. *Sociologia*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1967. Vol 2. p. 432.

<sup>7</sup> Freyre, Gilberto. *Sociologia*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1967. Vol 2. p. 433.

da criatividade, da arte, e seria incompatível com a norma, o esquema, a tática e a racionalidade. Restava a questão: o que era superior? O talento ou a organização, a arte ou a ciência? Se a finta mulata era uma expressão a ser valorizada, como avaliar o confronto desta com a cultura apolínea européia? O chute de Domingos em Piola evidenciava uma fragilidade. Podíamos ser mestres na dança, mas a ciência era um estamento superior que parecia inalcançável aos brasileiros. No cultivo e exaltação de uma nacionalidade metaforicamente representada nos campos de futebol, permanecia constantemente presente o limite imposto por um certo modelo civilizatório europeu.

A excelente receptividade da imagem da seleção pela sociedade brasileira contribuiu para que o projeto do Estado Novo, a ditadura instaurada pelo próprio presidente Vargas com o golpe de 10 de novembro de 1937, para a área desportiva passasse a ser efetivamente implementado. Comprovavam-se as impressões iniciais que haviam alertado o governo Vargas para a importância do esporte na construção de um discurso nacionalista e autoritário. Havia sido consolidado o vínculo simbólico entre o conceito de nação e o desempenho da seleção nacional de futebol. A mestiçagem, o “mulatismo”, o vigor malemolente estavam casados tanto à noção de um ideal de povo brasileiro quanto à sua expressão através de um singular jeito de jogar futebol. Os principais ideólogos do regime do Estado Novo percebiam a importância de se amplificar a repercussão desse discurso e, para garantir que o esporte pudesse ser palco de expressões do espírito nacional, consideravam necessário que o Estado tivesse condições de dirigi-lo. Assim como acontecera com agências e instituições-modelo constituídas no regime varguista, a gestão estatal do esporte implantaria um modelo centralizado, hierarquizado e oficial, que dirigiria as ações desportivas em consonância com os interesses do Estado.

Num regime autoritário como o do Estado Novo, bastou a emissão de um decreto-lei para que o outrora confuso e fragmentado ambiente esportivo brasileiro se sujeitasse ao dirigismo estatal. Assim, em 19 de janeiro de 1939, pelo Decreto-Lei 1.056, foi constituída a Comissão Nacional dos Esportes (CNE), composta por cinco membros nomeados pelo presidente da República, responsáveis pela elaboração de um plano geral para a regulamentação da gestão das atividades esportivas. A clara disposição do regime de estender seu modelo de comando centralizado e disciplinador para o esporte seria saudada com entusiasmo pelo respeitado jornalista Tomás Mazzoni,

da *Gazeta Esportiva*. Mesmo se analisarmos seu texto como produto de uma época em a imprensa experimentava o severo controle da censura, é evidente que a intervenção do Estado era entendida como a melhor maneira de promover a estabilização e a regulação das atividades esportivas:

Desiludidos com a politicagem e a má orientação dos clubes e dos homens, convencemo-nos, pois, em plena cisão passada, de que somente sob um pulso de ferro, e com diretrizes muito diferentes, endireitaríamos o nosso futebol. Por isso, da *Gazeta* partiu inicialmente a campanha da oficialização do esporte nacional. E essa campanha começou a ser levada a sério quando o Brasil entrou em novo regime, criado pelo 10 de novembro. Se ainda não vingou de todo o esporte oficializado é fato, todavia, que não demorará, tendo sido dado o primeiro passo nesse sentido com a criação da CNE. De modo que, quando surgir a regulamentação federal, muito mais facilitada será a missão de colocar o esporte brasileiro no bom caminho, no regime da disciplina e do progresso.<sup>8</sup>

Em outro texto, Mazzoni exaltava a extensão das marcas distintivas do regime do Estado Novo a toda e qualquer atividade desportiva:

Facções, clubismo, pessoalismo, liberalismo, anarquias, tudo isso é lixo que a oficialização federal deve queimar para o bem do esporte brasileiro. Necessitamos do império da obediência, da disciplina e de um só comando, de um único objetivo para atingir e, portanto, todos devemos marchar por um único sentido, ouvindo e respeitando a voz do comando. O esporte ao serviço do Brasil requer disciplina idônea, e o esportista deve ser educado e orientado, portanto, dentro da doutrina do Estado Novo. Fora dos princípios do regime não se pode compreender o esporte como força viva da Nação. Façamos, pois, do esporte o grande

---

<sup>8</sup> MAZZONI, Tomás. *Problemas e aspectos do nosso futebol*. São Paulo, A Gazeta, 1939. p.10.

ideal que é, e atinjamos com o mesmo o único objetivo que justifica a sua prática, a sua difusão.<sup>9</sup>

Os anseios de Tomás Mazzoni, de plena instauração do “império da obediência”, se concretizariam com a edição do Decreto-Lei 3.199, de 14 de abril de 1941. Considerado o verdadeiro marco da regulação governamental sobre a área desportiva, esse instrumento legal apenas deu forma acabada ao movimento que se iniciara com a chegada de Luis Aranha à presidência da CBD e a articulação do grande acordo de pacificação nos meios futebolísticos. A gradativa interferência do Estado na resolução de conflitos e na definição de padrões para o funcionamento das entidades dirigentes evidenciava a tendência a uma maior sujeição aos ditames políticos. A centralização e oficialismo, que haviam sido enunciados no decreto de 1939, assumiam sua feição clara, organizada e hierarquizada no decreto que passou a reger a gestão desportiva no país.

A grande inovação consistiu na criação do Conselho Nacional de Desportos (CND), entidade que se tornava o organismo máximo da gestão desportiva e cujos objetivos seriam “assegurar uma conveniente e constante disciplina à organização e à administração das associações e demais entidades desportivas do país, bem como tornar os desportos, cada vez mais, um eficiente processo de educação física e espiritual da juventude e uma alta expressão da cultura e da energia nacionais”. Documento característico do regime do Estado Novo, o decreto de criação do CND esboçava um desenho institucional altamente centralizado e apresentava uma incontestável interpretação de que os esportes constituíam importante ferramenta de controle da sociedade e de promoção dos ideais de nacionalidade.

## **O futebol oficial**

A partir de sua criação, o CND passou a ser o organismo de controle central sobre as diferentes confederações desportivas que se organizavam no país. Percebe-se assim que o chamado discurso da especialização da gestão desportiva, que ganhara contornos nítidos a partir da refundação do COI em 1935, havia implicado o esfacelamento da linha abrangente e eclética que norteara a trajetória inicial da CBD.

---

<sup>9</sup> MAZZONI, Tomás. *Problemas e aspectos do nosso futebol*. São Paulo, A Gazeta, 1939. p.41.

No artigo 15 do decreto de 1941, ficava estabelecido que o novo organismo reconhecia a existência de seis confederações desportivas, a ele submetidas: além da CBD, as confederações brasileiras de Basquete, de Pugilismo, de Esgrima, de Vela e Motor e de Xadrez. À CBD manter-se-iam submetidas as atividades desportivas de atletismo, tênis, remo, natação, saltos ornamentais, *water-polo*, voleibol e *handbol*, além do futebol, que era qualificado de “desporto básico e essencial” da entidade. Cada confederação deveria submeter sua direção aos desígnios superiores do CND e colaborar para que se constituíssem federações estaduais. Com isso, as antigas ligas e associações estaduais de futebol passaram a ser renomeadas, não sendo toleradas as duplicidades.

No organograma do governo federal, o CND estava vinculado ao Ministério da Educação e Saúde, então chefiado por Gustavo Capanema, e tinha sua direção constituída por cinco membros indicados, sem fixação de mandatos, diretamente pelo presidente da República. A um dos cinco membros era conferido o *status* de presidente, e coube a Luis Aranha a honra de se tornar o representante máximo do Conselho recém-fundado. Aranha passaria acumular a nova função com a presidência da CBD, evidenciando assim ser a figura referencial do regime para a área desportiva. Segundo a orientação do Decreto 3.199, deixou de existir a sobreposição entre CBD e FBF. Os dirigentes da FBF, com a dissolução da entidade, foram assimilados aos quadros da CBD, formalizando aquilo que vinha se constituindo como prática. Uma importante deliberação constante do ato fundador do CND era o reconhecimento do profissionalismo que, pelo artigo terceiro, deveria ser mantido sob “rigorosa vigilância”, “dentro de princípios de estrita moralidade”. Coerente com os dispositivos que valorizavam a figura do trabalhador nacional, o decreto assinalava, no artigo 32, o limite de jogadores estrangeiros que cada equipe esportiva poderia ter (no máximo três atletas não-nacionais). Essa afinidade entre os termos da regulamentação desportiva e o estatuto legal do trabalhador nacional corporificou-se no incentivo à criação das associações de atletas profissionais.

Empossado na entidade estatal de gestão desportiva, Luis Aranha tratou de conduzir uma reforma na diretoria da CBD. Mantendo-se na presidência, influenciou para que Antonio Teixeira de Lemos ficasse com a vice-presidência. Integravam ainda a direção superior da Confederação Célio de Barros (secretário), Alberto Borgerth (negócios externos) e Joaquim Pizarro Filho (tesoureiro). Na mesma ocasião foi criada a

Comissão de Legislação e Consulta, presidida por Rivadávia Corrêa Meyer, ex-dirigente da AMEA. Essa nova direção procurou dotar a CBD de instrumentos para responder a dois compromissos esportivos: a retomada do Campeonato Brasileiro de seleções e a participação no Campeonato Sul-Americano de Futebol. A disputa entre seleções estaduais ainda carecia de condições estruturais para seu aprimoramento. Além disso, o período de indefinição institucional iniciado com a criação da FBF trouxera uma fragmentação entre as entidades estaduais. Por tudo isso, o torneio nacional de 1942 deve ser entendido como um esforço para a definição de uma estrutura nova de comando e institucionalização.

Mesmo com os inúmeros problemas que se previam (lenta fusão das entidades profissionais e amadoras em alguns estados, escassez de recursos, frenética migração de jogadores entre as agremiações), o Campeonato Brasileiro de 1942 foi realizado como forma de estimular a compreensão de que existia um novo parâmetro a organizar a prática do futebol em todo o país. Apesar dos contratemplos, o torneio seguiu até a final, com vitória do selecionado paulista. No ano seguinte, evidenciando que o modelo oficial e centralizado de gestão, bem como a adequação do novo sistema de federações estaduais, haviam tido êxito, o Campeonato Brasileiro apresentou resultados altamente positivos. Pela primeira vez, 20 selecionados estaduais se fizeram representar<sup>10</sup> em um longo e dispendioso torneio organizado em quatro chaves regionais. Ao final, sagrou-se campeã a seleção carioca, dirigida pelo técnico rubro-negro Flavio Costa.

Após permanecer cinco anos sem participar do Campeonato Sul-Americano de Futebol, a CBD resolveu apresentar a nova face da organização desportiva do país no torneio organizado pelos uruguaiois. Novamente, Ademar Pimenta foi convidado para a direção técnica da equipe que pôde contar com os principais jogadores profissionais do país, com destaque para Domingos, Patesko e o novato Zizinho. Repercutindo ainda os efeitos da consagração do selecionado de 1938, o time foi preparado para representar o ideal de nacionalidade que a política do Estado Novo se esforçava para consolidar. Antes da partida para Montevideú, os jogadores foram conclamados a assumir em campo o papel que politicamente lhes era destinado. Tal qual soldados partindo para a guerra, os jogadores deveriam compreender que em seus pés repousavam os anseios e

---

<sup>10</sup> Participaram do campeonato brasileiro de futebol as seleções do Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Goiás.

os sonhos de todo um povo. A seleção brasileira deveria estar ciente do papel de elemento-síntese da Nação que lhe seria destinado em cada competição.

Representar o Brasil é uma honra. Fazê-lo com dignidade é um dever. Urge que todos se compenetrem destas noções, para compreenderem, também, que lhes cumpre manter elevado o nome da pátria, por meio de procedimento exemplar, demonstrado em todos os instantes. Assim foi em todos os tempos; e agora mais do que nunca, quando o governo da República decidiu oficializar e proteger os desportos, essa conduta, sendo a consequência natural de sentimentos patrióticos normais, constitui ainda um imperativo legal, que a ninguém é lícito desrespeitar.<sup>11</sup>

Na capital uruguaia, o desempenho do selecionado brasileiro não correspondeu às expectativas. Apesar de uma estréia arrasadora diante dos chilenos (6 x 1), o Brasil foi facilmente dominado pelos argentinos no segundo jogo, o resultou na derrota por 2 a 1. O resultado pareceu abalar a equipe que saíra do país convencida de que era favorita na disputa do título. Uma magra vitória frente aos peruanos (2 x 1) e a derrota para os anfitriões (0 x 1) tirou do selecionado a possibilidade de luta pelo título. Nos dois jogos restantes, o Brasil goleou a fraca equipe do Equador pelo placar de 5 a 1 e não passou de um empate (1 x 1) com os paraguaios. A terceira colocação no campeonato esteve muito aquém das expectativas e fez aflorar, novamente, o temor da incapacidade de a seleção dar conta do importante papel simbólico que lhe fora destinado.

No início de 1943, em decorrência de algumas alterações que vinham sendo feitas no núcleo de poder varguista, Luis Aranha decidiu afastar-se da presidência da CBD e do CND. Essa mudança no alto comando das duas instituições não representou uma descontinuidade. A estrutura centralizada, que havia sido consolidada durante a gestão de Aranha, permitiu-lhe organizar com antecedência o encaminhamento do processo sucessório. No CND, seu substituto foi João Lyra Filho, figura de destaque na representação desportiva desde a década anterior. Na CBD, ascendeu à presidência Rivadávia Correa Meyer, oriundo dos quadros da extinta AMEA, a quem Aranha havia

---

<sup>11</sup> *Gazeta Esportiva*, 05/01/42. p.2.

conduzido para a direção da Comissão de Legislação e Consulta da Confederação. Em reunião realizada no dia 28 de janeiro de 1943, foi formalizada a composição da nova diretoria da CBD, com Meyer na presidência e Luis Gallotti na vice-presidência. João Coelho Branco foi empossado como encarregado de negócios externos, Domingos Vassalo Caruso assumiu a tesouraria, e o jornalista e escritor José Lins do Rego, um torcedor apaixonado do Flamengo, assumiu a secretaria da Confederação.

Entre as grandes questões tratadas pela nova diretoria da CBD podemos citar a regulamentação das transferências de jogadores e a adoção de posturas contra agremiações que alegadamente feriam o interesse nacional. No primeiro caso, houve um grande esforço do conselho técnico de futebol da CBD para estabelecer, em conformidade com as instruções do CND, um aparato legal que viesse a regular os contratos e os processos de transferência dos jogadores profissionais de futebol. Coube também à CBD a formalização das notificações de possíveis punições às agremiações esportivas cujas atividades fossem compreendidas como lesivas ao sentido patriótico do esporte. Embutido nesse argumento estava a inclemente perseguição que o Estado Novo passou a mover contra entidades representativas dos imigrantes, em especial dos chamados “súditos do Eixo”. Com isso, clubes como o Germânia de São Paulo e o Hespanha de Santos passaram a ser rigorosamente fiscalizados pela entidade. Nesse processo, o Palestra Itália de São Paulo e seu homônimo mineiro terminaram por concordar com a mudança de nome, livrando-se das suspeitas de antinacionalismo. Surgiam então o Palmeiras e o Cruzeiro.

Uma questão merecia atenção especial dos dirigentes: a postulação do Brasil a ser o anfitrião da Copa do Mundo tão logo se encerrasse a Segunda Guerra Mundial. Com o objetivo de consolidar apoio continental à candidatura brasileira a sede do torneio da FIFA, Rivadávia Meyer empenhava-se em manter em bom nível as relações diplomáticas com as entidades esportivas internacionais. Essa tendência pode explicar a iniciativa de João Lyra Filho de realizar uma série de amistosos com o selecionado uruguaio, com o sentido anunciado de homenagear as famílias dos expedicionários brasileiros que partiam para combater na Itália. Nos dois jogos, realizados no mês de maio de 1944, o selecionado brasileiro impôs derrotas aos visitantes (6 x 1 e 4 x 0). O saldo positivo, muito maior que o assinalado no placar, foi a concordância dos dirigentes uruguaios em solidarizar-se com a causa brasileira. Nesse mesmo ano, a

CBD, apesar do balanço deficitário de seu caixa, comprometeu-se em enviar um selecionado para o Campeonato Sul-Americano de Futebol que teria lugar na capital chilena em janeiro de 1945. Meyer não hesitava em esclarecer as razões que o levaram a aceitar participar do campeonato, conforme consta de documentação oficial da entidade que presidia:

De todos, também, já são conhecidos os motivos por que a diretoria entendeu de aceitar o convite e entre eles devem ser ressaltados o propósito de não nos alhearmos no continente das demais nações com as quais mantemos intercâmbio desportivo e, também, o desejo que temos de pleitear o reconhecimento ao nosso direito de realizarmos o primeiro campeonato mundial a ser efetuado depois da guerra, na América do Sul.<sup>12</sup>

A importância da participação do selecionado da CBD no campeonato continental foi reconhecida pelo governo federal, que abriu linhas especiais de financiamento para a entidade. Com tais recursos, a Confederação teve condições de empreender a preparação adequada do elenco que, sob o comando do técnico Flávio Costa, obteve a segunda colocação, superado apenas pelo time argentino. Ao final de 1945, a seleção brasileira voltaria ser organizada, e mais uma vez com o intuito de obter o apoio da Associação de Futebol Argentino (AFA) para a realização da Copa do Mundo no Brasil. A reedição da Copa Roca, que representava um significativo ingresso de recursos no orçamento tanto da CBD quanto da AFA, teve lugar em Buenos Aires e no Rio de Janeiro, com o time brasileiro conseguindo surpreendentemente derrotar os argentinos ao final de três partidas. Esse resultado, que reforçaria a confiança na capacidade do selecionado nacional de se organizar devidamente para a conquista de importantes títulos internacionais, deixou também um saldo negativo. Em decorrência de um suposto favorecimento dos brasileiros nas partidas disputadas no Rio de Janeiro, e das acusações de deslealdade feitas ao atacante Ademir em um lance que resultara em grave contusão do jogador Battagliero, os argentinos passaram a fomentar um ambiente de rivalidade com o selecionado brasileiro.

---

<sup>12</sup> *apud* Relatório de 1944 da Confederação Brasileira de Desportes.

Duas semanas após o jogo final da Copa Roca, o Brasil estreava no Campeonato Sul-Americano de 1946, realizado na capital argentina. O excelente desempenho do selecionado brasileiro nessa competição o conduziu a uma partida decisiva com os donos da casa. Antes do jogo, dirigentes argentinos instigaram a torcida lembrando o infortúnio do jogador Battagliero ferido na partida do ano anterior. O clima de hostilidade se agravou depois que o argentino Salomon sofreu fratura num embate contra o brasileiro Jair. Os torcedores invadiram o campo e agrediram os brasileiros, que terminaram a partida em péssimas condições físicas e psicológicas. A perda do título sul-americano para a Argentina implicaria um dano ainda maior. Em consequência dos graves acontecimentos ocorridos em Buenos Aires, a CBD rompeu com a AFA, estabelecendo um grave desequilíbrio nas suas relações institucionais, justamente num momento em que o apoio internacional era fundamental para a satisfação das grandes pretensões do esporte brasileiro. De toda forma, a CBD havia definido sua escala de prioridades e procuraria formas de viabilizar um projeto que fora esboçado antes mesmo do início do conflito mundial: organizar uma edição da Copa do Mundo da FIFA.

### Capítulo 3

#### DO INFERNO À REDENÇÃO

Em junho de 1946, a diretoria da CBD encontrava-se totalmente envolvida com uma questão que parecia crucial para os destinos da entidade. Tratava-se de sua participação no congresso da FIFA, a ser realizado no mês seguinte em Luxemburgo. Empenhada na volta à normalidade das relações esportivas após o fim da guerra, a FIFA pretendia obter nesse encontro um consenso acerca da realização da Copa do Mundo, suspensa desde o início do conflito na Europa. Era preciso chegar a uma decisão sobre a retomada das competições e, principalmente, sobre a data e o local da primeira Copa após a pacificação. A CBD mantinha grande expectativa em relação à decisão do congresso, confiando nos movimentos que iniciara em 1938.

Em 3 de julho daquele ano, representando a CBD na sessão plenária da FIFA em Paris, Célio de Barros apresentara oficialmente a candidatura brasileira a sede do Campeonato Mundial de seleções, mas não obtivera resposta, já que a Alemanha também manifestava interesse em organizar o torneio. A derrocada da Alemanha nazista na guerra sepultou qualquer possibilidade de este país manter a sua candidatura. O parecer favorável de Jules Rimet, que visitara o Brasil a convite de Luis Aranha em 1939, fazia da candidatura brasileira a favorita. Ainda assim, a direção da CBD não se sentia tranqüila. Logo após os acontecimentos da Copa Roca e do Sul-Americano, a AFA passou a se apresentar como concorrente ao privilégio de organizar o torneio mundial. A candidatura argentina frustrou os planos de João Lyra Filho, que percorreu os países sul-americanos filiados à FIFA buscando fazer da candidatura brasileira a opção consensual das federações continentais.

Afinal, em 1º de julho de 1946, os representantes das nações filiadas à FIFA reunidos em Luxemburgo aprovaram por unanimidade a designação do Brasil como anfitrião da IV Copa do Mundo, e fixaram o ano de 1949 para a sua realização. Foi também estabelecido um cronograma de eventos que precederiam a Copa. Em 1947, em

Paris, os representantes brasileiros deveriam expor os planos para a organização do torneio, que incluíam a construção de um novo estádio no Rio de Janeiro. No ano seguinte, por ocasião dos primeiros Jogos Olímpicos após o conflito mundial, seria realizado um novo congresso da FIFA, no qual se definiriam os detalhes finais. Estava lançado o grande desafio que a partir de então iria mobilizar dirigentes, jogadores e amantes do futebol brasileiro.

### **Preparativos para a Copa do pós-guerra**

Encerrado o congresso da FIFA, o presidente do CND, João Lyra Filho, em reunião realizada na sede da CBD, apresentou aos dirigentes da Confederação sua proposta de alteração do modelo de disputa do torneio mundial. Ao analisar o baixo comparecimento de países europeus à Copa de 1930, no Uruguai, o relatório de Lyra Filho apontava como fator de desestímulo à participação num torneio realizado em país distante a fórmula eliminatória da competição. Diante disso, o Brasil levou a Paris uma proposta de regulamento pela qual o torneio assumia a feição de um campeonato com 16 equipes distribuídas em quatro grupos classificatórios. Dessa forma, cada selecionado teria garantido o direito de disputar, no mínimo, três partidas. A proposta causou estranheza entre os delegados e teve sua discussão adiada para o congresso que se realizaria em 1948. Nessa ocasião também seria apreciado o adiamento da competição para o ano de 1950, de forma a se estabelecer uma distância temporal equilibrada em relação às datas das Olimpíadas.

Enquanto a adoção do novo formato da competição aguardava a aprovação do fórum internacional, a necessidade de construir um estádio no Rio de Janeiro suscitava discussões internas. A proposta de descentralização do torneio, que atendia aos interesses das federações estaduais, não descartava a edificação de um estádio-monumento na capital do país, um projeto que, aliás, não era novo. Se inicialmente o estádio imaginado se associava à idéia de mobilização das massas pelo líder, característica da Era Vargas, na fase de redemocratização a associação principal passou a ser com um discurso de valorização da nacionalidade brasileira. Qualquer que fosse a vertente interpretativa, o conteúdo simbólico da iniciativa estava ligado ao ideal de

construção de uma identidade nacional calcada em valores manifestos na arena desportiva.

Na verdade, a proposta de construção de um estádio-símbolo no coração da malha urbana do Rio de Janeiro remontava a 1938, quando a direção da CBD iniciou gestões para a realização da Copa do Mundo no Brasil. Além de servir de palco para o evento, considerava-se na época que o estádio deveria ser um monumento ao Estado Novo varguista. Assim, o secretário-geral do Interior e Segurança da Prefeitura do Distrito Federal, Átila Soares, enviou a Vargas um memorando em que propunha “uma nova praça de esportes” que evidenciasse as qualidades do regime:

Todos os países modernos possuem, hoje, estádios grandiosos onde não só fazem realizar suas competições desportivas como também suas realizações cívicas de caráter imponente. O Brasil não conta ainda com essa organização, tão necessária à sua formação cívica e física. São essas razões fundadas, aliás, nas linhas-mestras da estrutura do Estado Novo que me impelem sugerir a V.Ex. a construção pela Prefeitura de um estádio monumental onde esse e outros certames internacionais e nacionais possam ser realizados condignamente.<sup>1</sup>

É interessante comparar este discurso ao de Mário Pollo, que em 1950 assumiu interinamente a presidência da CBD:

A construção do Estádio Municipal, além de representar a concretização de um velho sonho carioca e brasileiro, constitui um incomparável monumento à tenacidade, à dedicação, ao espírito de sacrifício, à força de vontade invencível não só daqueles que o planejaram, que lutaram por sua realização, que dirigiram, como também do mais humilde trabalhador que ali tem lutado, compenetrado de sua parcela na imensa responsabilidade a todos atribuída.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> *Correio da Manhã*. 08/06/38. p.6.

<sup>2</sup> *Jornal dos Sports*. 08/06/50. p.2.

Separados por 12 anos e por atmosferas políticas distintas, os dois discursos convergem em alguns pontos. Parece clara a aproximação entre a realização do campeonato mundial e a concretização de aspirações da sociedade brasileira. A expressão da nacionalidade não se faria apenas nas atividades desportivas que teriam lugar no novo estádio, mas estaria evidenciada no trabalho incansável de todos aqueles que contribuísem para a realização do ideal. O fato de governos distintos e diferentes direções da CBD atribuírem à Copa e ao seu estádio-símbolo o mesmo grau de importância revela o vigor da interpretação que identificava a expressão desportiva com a manifestação de ideais nacionais. A disputa da Copa no Brasil significaria, na verdade, a realização de uma aspiração coletiva: a da consolidação da sociedade brasileira em uma posição superior no cenário internacional.

Diante da força desse imaginário, a CBD percebeu a importância que o torneio mundial teria para o seu próprio futuro. Poder realizá-lo já indicava o reconhecimento da capacidade organizativa da instituição. Realizá-lo com êxito, angariando o reconhecimento mundial, poderia situar os dirigentes brasileiros em um novo patamar de importância, nacional e internacional. Por esse motivo, a agenda de prioridades da diretoria da CBD passou a ser integralmente orientada pelo esforço de organização da Copa do Mundo.

A participação nos torneios sul-americanos de 1945 e 1946 e a reativação das copas Roca e Rio Branco haviam sido estimuladas para que as boas relações continentais fortalecessem a posição da CBD em sua aspiração de organizar o certame da FIFA. No entanto, para organizar e treinar os selecionados que participaram dessas disputas, a CBD precisou dispor de um grande volume de recursos financeiros e alterar o calendário das competições nacionais. Em 1945, o Campeonato Brasileiro foi suspenso. No ano seguinte, o torneio teve diversas partidas adiadas e só foi concluído em março de 1947, com a vitória da equipe da Federação Metropolitana do Distrito Federal (Metro). Enquanto os campeonatos brasileiros eram atropelados pela necessidade de atender aos compromissos internacionais, o CND instituiu o torneio Paulo Goulart de Oliveira, que passou a ser disputado pelas equipes de juniores, com jogadores entre 16 e 18 anos.

Essa situação, favorável às federações estaduais (que mantiveram seus campeonatos locais) e à preparação do selecionado brasileiro, colocou a CBD diante de

um inesperado problema: a política adotada pela diretoria era adequada aos compromissos internacionais da entidade, altamente ambiciosos, mas causava um forte desequilíbrio em suas contas. No relatório de 1948, ao analisar o déficit de quase um milhão de cruzeiros naquele ano, o presidente Rivadávia Meyer diagnosticava a razão da crise financeira da instituição:

Não é possível, decididamente, ao orçamento da CBD obedecer à mais importante lei orçamentária – a do equilíbrio entre receita e despesa – sem o campeonato brasileiro de futebol. Ele é o sangue que alimenta todo o enorme mecanismo de auxílio aos desportos amadores. A ausência de sua realização sistemática importará numa política de compressão fatal. Até hoje nunca a CBD se esquivou de enfrentar os seus compromissos. Mas não poderá enfrentar sempre um orçamento deficitário. A compressão se imporá e o esporte amador pode perder o último de seus abrigos: a CBD. Essa é a perspectiva com que o presente nos alerta. Por tudo deduzimos que a ausência da realização anual do campeonato brasileiro de futebol age em sentido maléfico sobre a vida financeira da CBD, o que mais cedo ou mais tarde virá refletir-se de maneira danosa sobre os desportos amadores no Brasil. Assim sendo, o Conselho Fiscal propõe a fórmula antiga de disputa do campeonato brasileiro de futebol.<sup>3</sup>

Apesar do desequilíbrio financeiro, a presidência da CBD conseguiu, no ano de 1948, adquirir uma sede própria para a entidade. Por 2,5 milhões de cruzeiros, foi comprado e equipado o segundo pavimento do edifício Ângelo Marcelo, situado no número 3 da rua da Quitanda, esquina com rua São José, no centro do Rio de Janeiro. Dessa forma, a Confederação pôde deixar o folclórico escritório no edifício do Cineac Trianon para ocupar um espaço mais condizente com suas atividades. Nesse período, a CBD também passou a dar apoio funcional e operacional ao Superior Tribunal de Justiça Desportiva. Criado em 1946, mas homologado no ano seguinte, o tribunal desportivo mostrava-se perfeitamente coerente com ambiente político que se seguiu à

---

<sup>3</sup> *apud* Relatório de 1948 da Confederação Brasileira de Desportes.

queda de Vargas, no qual o Poder Judiciário era visto como instrumento de construção do regime democrático.

Mil novecentos e quarenta e oito foi também o ano em que foram dados dois passos importantes relacionados à Copa do Mundo: no dia 20 de janeiro, o prefeito do Distrito Federal, Ângelo Mendes de Moraes, lançou a pedra fundamental do estádio do Maracanã, e em meados do ano realizou-se novo congresso da FIFA, concomitantemente aos Jogos Olímpicos de Londres. Os 117 delegados presentes ratificaram a realização do torneio mundial no Brasil e concordaram com a mudança da data de 1949 para 1950.

As preocupações financeiras da CBD não impediram que o Campeonato Brasileiro de 1949 fosse novamente preterido em favor da organização do Campeonato Sul-Americano. Ainda em 1948, logo após o congresso da FIFA, a direção da CBD começou a movimentar-se para que a Confederação Sul-Americana confirmasse a realização do torneio continental do ano seguinte no Rio de Janeiro. Mesmo que até lá não desse tempo para concluir as obras do novo estádio e inaugurá-lo, a idéia era fazer do torneio um grande evento preparatório e demonstrar aos demais países filiados à FIFA que o Brasil tinha condições de organizar a Copa do Mundo. Os dirigentes brasileiros tinham ainda outro objetivo, mesmo que não explicitado: não bastava ser um exemplo de sede para a Copa, era fundamental conquistar o título. Com um triunfo no Sul-Americano, o Brasil se credenciaria ao título mundial e passaria a atrair ainda mais atenção do público, do governo federal e dos empresários dispostos a contribuir para o sucesso do selecionado.

Antes do início do campeonato, porém, uma grave questão política se apresentou aos dirigentes brasileiros. Todos os países filiados à Confederação Sul-Americana responderam prontamente ao convite da CBD para o torneio no Brasil, com exceção da AFA. Diante do mutismo dos dirigentes argentinos, o presidente da CBD procurou a intermediação dos uruguaios. Não tardou para que circulassem informações de que a AFA estaria convidando equipes européias para um torneio internacional de clubes campeões, previsto para a mesma época em que seria realizado o Campeonato Sul-Americano. Além disso, alguns jornais argentinos argumentavam que os estádios brasileiros não ofereciam condições de segurança para os jogos. Os dirigentes da CBD decidiram ignorar os rumores e continuaram a tentar contato com os dirigentes

argentinos. A resposta afinal veio, mas não correspondeu às expectativas. Os jogadores profissionais argentinos, assim como os uruguaios, haviam iniciado uma greve geral e se recusavam a jogar.

Buscando fórmulas conciliatórias, a direção da CBD propôs à Confederação Sul-Americana o adiamento do torneio por alguns meses. O remanejamento de datas permitiu que a questão dos jogadores uruguaios fosse contornada com a promessa de envio de uma equipe de juniores, mas, no caso argentino, nenhuma confirmação de presença foi emitida. Os argentinos só fizeram contato com a presidência da CBD para solicitar autorização para que o Botafogo disputasse em Buenos Aires o torneio internacional de times campeões. A negativa dos brasileiros levou a AFA a notificar a FIFA de que, em consequência da falta de colaboração da CBD, a Argentina se recusava a disputar a Copa do Mundo no Brasil.

O Sul-Americano, realizado sem a presença dos argentinos, teve suas partidas realizadas nos estádios de São Januário, no Rio, e do Pacaembu, em São Paulo, para evidenciar as condições dos estádios das principais cidades brasileiras. Após estreiar no Rio com vitória sobre o Equador pelo placar de 9 a 1, o selecionado brasileiro viajou para São Paulo para enfrentar a Bolívia. O técnico Flávio Costa, buscando satisfazer a torcida local, fez muitas mudanças na escalação e levou a campo uma equipe com maioria de atletas paulistas. Nova goleada (10 x 1) encheu de confiança a equipe, que em seqüência venceria chilenos, colombianos, peruanos e o time de amadores que representava o Uruguai. No dia 8 de maio, o selecionado adentrou a cancha de São Januário necessitando de um simples empate contra os paraguaios para se tornar campeão. Para espanto geral, após um fácil início de jogo em que o Brasil abriu vantagem de 1 a 0, o selecionado paraguaio conseguiu virar a partida e derrotar os favoritos ao título. Esse resultado forçou um jogo de desempate, realizado em 11 de maio, que terminou com uma convincente vitória brasileira pelo placar de 7 a 0. Após 27 anos, a seleção brasileira erguia novamente a taça sul-americana, confirmando as expectativas quanto ao potencial do time e reafirmando as condições operacionais para a realização da Copa do Mundo no país.

### **Sonho e frustração: as Copas de 1950 e 1954**

Com a aproximação da abertura da Copa, a CBD procurou criar condições internas para o bom desempenho da missão a que se lançara. Em reunião geral da diretoria, foi assim montada uma estrutura organizacional voltada para a realização do torneio, baseada em comissões administrativas. As nove comissões, subordinadas diretamente à presidência, foram incumbidas de funções específicas e tiveram seus responsáveis designados: Assuntos Internacionais (Célio de Barros), Recepção e Assistência Social (Roberto Peixoto), Propaganda (Herbert Moses), Serviço Médico (Alberto Ison Ponte), Finanças (Aníbal Peixoto), Técnica de Futebol (J. M. Castelo Branco), Recepção e Atendimento (Coronel Silvio Santa Rosa) e Transportes (Capitão Joaquim do Couto). Criou-se também uma secretaria geral para o evento, posta sob a responsabilidade de José Lins do Rego, Manoel de Castro Filho e Manoel Furtado de Oliveira.

Confirmadas as equipes que participariam do campeonato, verificou-se que, em lugar das 16 representações previstas, apenas 13 se apresentaram: além da seleção anfitriã, as da Bolívia, Chile, Espanha, Estados Unidos, Inglaterra, Itália, Iugoslávia, México, Paraguai, Suécia, Suíça e Uruguai. Diante disso, o modelo de disputa da fase classificatória teve de ser alterado. A estrutura de organização parecia enfim estar pronta para ser posta em funcionamento em uma série de partidas preparatórias. Por uma grande fatalidade, o presidente da CBD, Rivadávia Meyer, não poderia acompanhar a Copa pela qual batalhara. Doente, teve que ser internado para receber tratamento médico intensivo, e em 17 de maio de 1950 licenciou-se do cargo, que passou a ser exercido por Mário Pollo.

Com objetivo de aprimorar os jogadores brasileiros, testar as equipes de apoio e as instalações que serviriam à Copa, e também obter arrecadação, a CBD promoveu no mês de maio os torneios Rio Branco e Oswaldo Cruz. Em apenas 11 dias, o selecionado disputou cinco partidas contra as equipes do Uruguai e do Paraguai. Nesses jogos, o técnico Flávio Costa pôde experimentar diferentes formações, mas também expôs seus comandados a extenuantes partidas, como a do empate por 3 gols frente ao Paraguai e a da preocupante derrota para o Uruguai no Pacaembu, pelo placar de 4 a 3. Ao final dessa série de jogos, a seleção conquistaria os dois troféus, mas estaria cansada.

No dia 16 de junho foi inaugurado o Estádio Municipal do Maracanã, e no dia 24 teve início a Copa do Mundo de 1950. No jogo de estréia, o selecionado brasileiro

enfrentou a fraca equipe mexicana e facilmente aplicou 4 a 0 no time do goleiro Carbajal. Os mais de 80 mil pagantes que acorreram ao Maracanã tiveram suas expectativas de vitória confirmadas, mesmo com o desempenho confuso do time na primeira etapa da partida. Na partida seguinte, para atender aos interesses políticos dos dirigentes, a seleção jogou no Pacaembu contra a fraca seleção Suíça. Mais uma vez, Flávio Costa utilizou seu sistema de privilegiar jogadores paulistas em jogos disputados em São Paulo e fez quatro alterações na escalação inicial. Em uma partida extremamente difícil, os brasileiros não passaram de um empate (2 x 2) e, pela primeira vez, se acendeu a chama da dúvida entre os entusiasmados torcedores. No retorno ao Maracanã, diante de um público muito superior ao que assistira à estréia, o Brasil conseguiu arrancar sua classificação para as finais do campeonato, após derrotar os iugoslavos por 2 a 0.

A euforia que novamente se instalou entre jogadores e torcedores não colocava em questão a possibilidade de o Brasil ser campeão mundial. As consagradoras vitórias sobre a Suécia (7 x 1) e a Espanha (6 x 1) pareciam indicar que os uruguaios, adversários na partida final de 16 de julho, iriam ser mais uma equipe trucidada pelo ímpeto dos jogadores brasileiros. O ambiente de conquista antecipada fez muitos jornais e rádios saudarem o selecionado brasileiro como campeão antes mesmo do início do jogo decisivo. Ninguém parecia considerar que o Uruguai, que tinha vencido o Brasil no primeiro jogo da Copa Rio Branco, havia percorrido uma trajetória bem mais tranqüila na competição. Em razão das desistências de Turquia e Escócia de tomar parte na Copa, o time uruguaio só havia disputado uma única partida na fase classificatória, derrotando a inconsistente seleção da Bolívia por 8 a 0. Nos jogos finais, o Uruguai encontrou maiores dificuldades que o time brasileiro, mas chegava à decisão com um time muito bem entrosado e em melhores condições físicas que o adversário.

Muito se escreveu sobre o luto nacional desencadeado após o gol fatídico de Gigghia, que decidiu o torneio aos 32 minutos da etapa final. Jornalistas, cronistas, poetas e ensaístas não se cansaram de buscar explicação para o fracasso brasileiro na cancha de bola. A perda da Jules Rimet causou um impacto emocional tão profundo, que o próprio relatório oficial da CBD não conseguiu evitar o tom dramático:

Quinze minutos antes de concluir a partida entre uruguaios e brasileiros, conforme estava previsto, tivemos que descer as escadarias do Estádio Municipal, que conduzem aos vestiários, em companhia de Mr. Jules Rimet, presidente da FIFA. Cumpria-se o programa para a entrega dos troféus aos que fossem campeões do mundo. Pouco antes de descermos, os uruguaios haviam consignado o tento de empate. Aquela descida entre a tribuna e o piso térreo, onde se encontrava a passagem para o campo, tornou-se trajeto emocionante, pois o temor de que os uruguaios tirassem partido da desorientação momentânea, que invadiu o espírito de combatividade dos jogadores brasileiros, perturbava os nervos do vice-presidente da Confederação. A certa altura, Mr. Jules Rimet lhe fala – “Meu caro presidente, quando eu for distribuir as medalhas, não deixe de me dizer o nome de cada jogador, pois desejo conhecê-los individualmente.”– Eis a resposta prudente – “Se forem os uruguaios, não me será possível, pois não os conheço todos.” (...) Ao chegarmos ao fim de nosso trajeto, cheio de sensações, eis que nos depara o Tenente Hélio de Araújo Vieira, membro da Comissão Fiscalizadora do Estádio, que, no resto de voz que lhe sobrava ao acabrunhamento, nos transmite a observação fatal: “Uruguaios, dois a um”. Não é mister dizer o choque que recebemos, Mr. Rimet olhou-nos surpreendido. Recordamos o que lhe havéramos dito sobre os nomes dos campeões. Ouvindo as manifestações populares na arena da luta, torcíamos para que ao menos a salvação do empate chegasse para a conquista do Brasil. Silêncio dramático, onde estávamos. Estímulo e incitamento da massa, no campo. Mas os brasileiros não recuperaram a vantagem perdida. E o vice-presidente da Confederação só se convenceu da realidade, de que não havia esperança para as cores nacionais, quando viu regressarem da liça o juiz acompanhado dos seus dois auxiliares. Estava tudo consumado. Compareceu então ao gramado e cumpriu o seu dever. Representou o futebol brasileiro na cerimônia de sagrar e consagrar o Uruguai triunfador.<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> *apud* Relatório de 1950 da Confederação Brasileira de Desportes.

O *consumatum est* bíblico, lembrado nas linhas finais do registro oficial da CBD, embutia, no entanto, a perspectiva da fé na ressurreição. A derrota de 1950 evidenciava a permanência do discurso sobre a dicotomia talento x competitividade, que teve em Gilberto Freyre um de seus principais formuladores. Se, por um lado, o gol de Gigghia fez com que o futebol brasileiro mergulhasse em um abismo de autodepreciação, instaurando a “síndrome de vira-latas” que Nelson Rodrigues diagnosticou, por outro, estabeleceu também a conquista do título mundial como uma aspiração nacional, uma verdadeira missão que passaria a nortear a ação dos dirigentes esportivos brasileiros. A massificação do futebol e o estabelecimento de uma estrutura centralizada de gestão, sob a égide do poder federal, haviam criado condições políticas e operacionais para que a CBD desenvolvesse um programa de ação e investimentos compatíveis com o desejo de conduzir o futebol nacional à condição de força de primeira grandeza no cenário mundial. A partir de então os dirigentes passaram a perseguir esse objetivo não somente como forma de resolver um dilema simbólico relacionado à identidade étnica e cultural do povo brasileiro, mas, principalmente, como coroamento do modelo de estabilidade política da direção desportiva nacional.

Superada a fase de perplexidade após o “Dia da Derrota”, os dirigentes esportivos puderam perceber que a aposta na realização da Copa do Mundo no Brasil havia deixado resultados amplamente favoráveis. O congresso da FIFA realizado em Petrópolis indicou Luis Aranha como um dos vice-presidentes da entidade. A confirmação da representatividade brasileira veio com a designação de Célio de Barros, Sotero Cosme e J. M. Castelo Branco como delegados do quadro permanente da federação internacional. Outro legado positivo do torneio foi constatado no balanço orçamentário da CBD relativo ao ano de 1950. Ao final do ano, a entidade havia quitado todas as suas dívidas e obrigações contábeis, num total de 4,4 milhões de cruzeiros. A origem dos recursos estava diretamente relacionada ao resultado financeiro do torneio, que havia levado aos cofres da CBD 11,7 milhões de cruzeiros. Sustentada por essa folgada margem de recursos, a CBD realizou ainda em 1950 a vigésima edição do Campeonato Brasileiro de Futebol (com vitória da seleção carioca) e deu continuidade ao torneio juvenil de futebol, a Taça Paulo Goulart de Oliveira (vencida pelo time da Federação Paulista).

A nova situação dos dirigentes brasileiros no cenário da política desportiva mundial contribuiu para o estabelecimento de uma nova correlação de forças no continente. A hegemonia de uruguaios e argentinos na discussão das diretrizes e iniciativas da Confederação Sul-Americana de Futebol passou a ser gradualmente matizada pela maior influência dos representantes brasileiros. Um dos indícios desse novo estatuto internacional foi a forma como se contornou o rompimento de relações entre a AFA e a CBD. Logo após o encerramento do congresso da FIFA no Brasil, Luis Aranha recebeu mensagem do embaixador brasileiro em Buenos Aires, João Batista Luzardo, informando que os representantes da AFA desejavam retomar o contato com a entidade brasileira. Por intermediação do então vice-presidente da FIFA, o presidente da AFA, Valentin Suarez, veio ao Brasil e formalizou a intenção de manter relações cordiais com seu parceiro continental. Também se atribui a Aranha o esforço conciliatório que permitiu que a CBD pagasse às entidades participantes do campeonato mundial um valor percentualmente inferior ao previsto. Graças aos entendimentos mantidos com o prefeito carioca, João Carlos Vital, e com a Câmara de Vereadores, o desembolso da entidade foi praticamente nulo, já que verbas devidas pela Prefeitura foram repassadas às associações estrangeiras.

Embora destinasse parte das rendas oriundas do futebol profissional para o incremento das atividades desportivas amadoras, a CBD era constantemente criticada por não fomentar devidamente as demais modalidades que se encontravam sob sua direção. Em 1951, a realização dos Jogos Pan-Americanos em Buenos Aires colocou a CBD diante de um impasse. Por entender que o financiamento da viagem da delegação de atletas para o evento deveria correr por conta do governo federal, a CBD travou uma disputa com os dirigentes do CND, que não tinham previsto nenhuma dotação para o cumprimento dessa agenda. Após ameaças de não se fazer representar na festividade esportiva, a direção da CBD tomou a decisão de custear as despesas, enviando uma pequena delegação de atletas das modalidades de remo, natação, ginástica de aparelhos e solo, e pentatlo moderno.

Na realidade, o interesse prioritário da CBD naquele ano de 1951 era realizar um torneio mundial interclubes, nos moldes do que havia sido promovido pelos argentinos. Contando com a participação de times da Itália (Juventus), Uruguai (Nacional), Portugal (Sporting), França (Nice), Iugoslávia (Estrela Vermelha) e Áustria (Osterreich), além do

Vasco da Gama e do Palmeiras, o torneio consagrou a equipe paulista com o título de campeã da Copa dos Clubes Campeões, mas apresentou resultados financeiros bastante desapontadores. Ficava claro que o projeto de reviver o êxito comercial da Copa do Mundo com outros torneios estava muito distante de se realizar. O excepcional resultado do balanço contábil referente ao ano de 1950, que permitira ambicionar a montagem de uma grande estrutura de apoio às modalidades amadoras, encontrava-se solapado pelas inúmeras despesas que eram realizadas sem a correspondente entrada de recursos. Por esse motivo, no texto do relatório anual de 1952, a presidência da CBD fazia consignar um grave alerta acerca da situação financeira da entidade.

O movimento financeiro desta entidade é fora do comum, pois os encargos com os desportos amadoristas são elevados. Tendo em vista esse volume de sacrifícios para os cofres da entidade foi que, por mais de uma vez, fizemos sentir a esta ilustre assembléia a necessidade da realização anual do campeonato brasileiro de futebol. Por motivos óbvios tal providência não pôde ser adotada. Entretanto, a diretoria da Confederação Brasileira de Desportos, demonstrando invulgar capacidade administrativa, conseguiu manter o equilíbrio financeiro, organizando torneios internacionais de futebol. O apoio decisivo aos desportos amadores, como a Confederação o faz, exige um consumo grande e perene de capital. As despesas são imensas e por uma questão de lógica econômica é vitalmente necessário que a receita acompanhe na mesma proporção. Seria uma lástima de conseqüências imprevisíveis para o esporte brasileiro se tal não se verificasse.<sup>5</sup>

A situação em 1952 tornara-se ainda mais grave em conseqüência dos Jogos Olímpicos na Finlândia e do empenho do COB em promover uma excelente participação dos atletas brasileiros no evento. Após muita negociação, Rivadávia Meyer – já de volta à presidência da CBD – conseguiu que o presidente do CND, Manoel Vargas Neto – ou “Maneco” Vargas, filho de Getúlio, então em seu segundo governo –, intermediasse a dotação de recursos federais para o custeio da viagem e da estadia dos

---

<sup>5</sup> *apud* Relatório de 1952 da Confederação Brasileira de Desportos.

atletas selecionados. Nessa decisão, pesou favoravelmente a presença do atleta Ademar Ferreira da Silva na delegação brasileira. Ademar, que havia superado o recorde mundial no salto triplo, constituía uma aposta certa de conquista de medalha na competição máxima do esporte mundial. De fato, em Helsinque o atleta superou as mais entusiásticas expectativas com um novo recorde mundial e a consagração no alto do pódio olímpico. Além do ouro olímpico, o Brasil conheceu um até então inédito bronze na natação, na prova dos 1.500 metros livres, com Tetsuo Okamoto. No conjunto de 107 atletas, também chamou atenção a primeira representação do país no futebol olímpico. Em conformidade com as diretrizes fixadas pela FIFA, só atletas amadores puderam participar do torneio, razão pela qual os resultados estiveram aquém das expectativas. Após vencer os selecionados da Holanda e Luxemburgo, o time brasileiro, que contava com os jovens Zózimo e Vavá, foi eliminado pelos alemães. A eliminação antecipada impediu que os amadores brasileiros conhecessem o time húngaro, grande sensação do futebol europeu, que seria premiado com a medalha de ouro no torneio.

Enquanto a seleção olímpica de futebol fazia uma estréia mediana em Helsinque, a equipe principal voltou a participar de um torneio internacional. Para a direção da CBD, o primeiro Pan-Americano de Futebol, disputado em Santiago do Chile, representou uma oportunidade de renovação do selecionado. A primeira novidade da seleção foi a escolha do técnico do Fluminense, Alfredo “Zezé” Moreira, para a direção da equipe. Amparado pelos dirigentes, Moreira fez uma grande reformulação no elenco, incorporando jovens talentos que haviam se destacado nos clubes cariocas e paulistas. Na estréia do novo selecionado, em partida disputada no Estádio Nacional de Santiago, o Brasil voltou a enfrentar e a derrotar o México. O time, no entanto, se mostrou muito inseguro e teve grandes dificuldades no jogo seguinte, frente aos peruanos, não conseguindo passar de um empate sem gols. Uma fácil vitória na terceira partida, contra os panamenhos (5 x 0), levou o Brasil a enfrentar novamente seus algozes da “tragédia do Maracanã”. O time uruguaio, assim como o brasileiro, havia sofrido uma grande alteração em seu grupo de atletas, mantendo poucas semelhanças com o elenco bicampeão mundial. Gigghia, o implacável carrasco, estava no entanto na linha de ataque da *Celeste*. O fantasma da final de 1950 voltou a se manifestar quando Miguez abriu o placar. Mas o time brasileiro conseguiu se impor e terminou a partida com uma vitória moralmente importante (4 x 2). Na final, a seleção não encontrou dificuldades

para superar os anfitriões (3 x 0) e conquistar o primeiro título internacional de futebol após o fracasso na Copa.

O sinal positivo emitido pelos jogadores que disputaram o Pan-Americano não deixou de ser percebido pela direção da CBD. Com uma boa preparação, os jogadores brasileiros poderiam se livrar do estigma de perdedores e marchar para a conquista da Jules Rimet. Com essa agenda em mente, a Confederação precisava apenas organizar-se de modo a criar condições ideais para o fomento de seu principal valor esportivo. A grande fonte de financiamento da entidade continuava a ser os torneios de futebol profissional. Mesmo diante da dificuldade de estabelecer um calendário que não conflitasse com os interesses dos clubes e das federações estaduais, a CBD insistiu no tradicional Campeonato Brasileiro de seleções. Além dessa competição, foi mantido o torneio de juvenis (cujo nome seria alterado de Paulo Goulart de Oliveira para João Lyra Filho) e foi reformulada a Copa dos Clubes Campeões. Devido à dificuldade de convidar os principais campeões nacionais da Europa e da América do Sul, esse torneio foi reduzido a um octogonal no qual cinco times brasileiros enfrentavam três clubes internacionais escolhidos pela CBD. A nova fórmula de disputa do torneio, que passou a se chamar Rivadávia Meyer, atraiu um público superior ao da primeira edição, revertendo em um significativo lucro para os organizadores.

Motivada pelo resultado obtido no Pan-Americano, a seleção brasileira seguiu para o Campeonato Sul-Americano de Futebol do ano de 1953 com grandes expectativas. Chefiados por José Lins do Rego, os jogadores, antes mesmo de sair do país, tiveram alguns problemas de convivência. Alguns dos atletas que haviam estado presentes na jornada vitoriosa do ano anterior estranharam a decisão de substituir Zezé Moreira por seu irmão, Aymoré. Havia, na base desse descontentamento, a suspeita de que o chefe da delegação, apaixonado flamenguista, não quisesse contar com um técnico consagrado por uma equipe rival no cenário carioca. O ambiente passou a se degradar após uma imprevista derrota frente aos peruanos, pela contagem mínima. As desavenças entre jogadores, técnico e dirigentes explodiu após nova derrota, dessa vez contra os paraguaios (1 x 2). Ao final da partida, o meia-armador Zizinho, destaque da equipe do Bangu, se desligou da seleção e não se apresentou para o jogo de desempate contra o mesmo Paraguai. Nova derrota implicou algo muito maior que a perda de um título continental para um adversário considerado de menor importância. Representou a

desestabilização do projeto de hegemonia mundial que a diretoria da CBD vinha acalentando havia alguns anos.

Em 1954, diante da necessidade de uma criteriosa preparação, principalmente por conta da disputa de um torneio preliminar classificatório para a Copa do Mundo que seria realizada na Suíça, a estrutura da seleção brasileira foi radicalmente alterada. João Lyra Filho, antigo membro do CND, assumiu a chefia da delegação e escolheu pessoalmente os integrantes da comissão técnica e médica. De volta à direção do time, o campeão pan-americano Zezé Moreira levou a equipe, entre os meses de fevereiro e março, a quatro vitórias consecutivas contra chilenos e paraguaios, o que credenciou o Brasil à disputa da Copa. Lyra Filho também esteve à frente do movimento que resultou na mudança das cores oficiais do uniforme da seleção. Embora a motivação supersticiosa jamais tenha sido assumida, a proposta de um uniforme que valorizasse as cores da bandeira nacional (e do pavilhão da CBD) levou à organização de um concurso público para a escolha da nova camisa do selecionado. Coube ao jovem gaúcho Aldyr Garcia Schlee a invenção da simbologia canarinho no uniforme brasileiro. Valorizando o amarelo, com ligeiras inserções de azul e verde nos punhos, golas e calções, o novo cromatismo proposto por Schlee geraria uma nova identidade para a seleção, distante do branco associado à inesquecível derrota para os uruguaios no Maracanã.

Graças à influência de Lyra Filho e de Manoel Vargas Neto, a CBD obteve recursos para enfrentar o custo da preparação do selecionado que seguiria para a Europa. Com o ingresso de uma verba federal de oito milhões de cruzeiros – sendo que três milhões teriam que ser destinados à organização de competições de atletismo –, a equipe pôde ser convocada e preparada com antecedência. O time esteve concentrado em Caxambu e Nova Friburgo, buscando condições climáticas próximas das que iria encontrar no continente europeu. Diferentemente do que havia ocorrido em outras ocasiões, o time brasileiro não precisou passar semanas em um navio e seguiu para Genebra nas asas da Panair. Na Suíça, contou com mais 20 dias de preparação antes da estréia.

A vitória sobre o conhecido selecionado mexicano (5 x 0) no jogo inicial deu ao time tranquilidade para prosseguir na competição. Porém, a tão decantada preparação comandada por Lyra Filho mostraria sua fragilidade na partida seguinte. Como o regulamento da Copa estabelecia a classificação de duas equipes por grupo, um empate

frente aos iugoslavos classificaria ambas as equipes para as quartas-de-final. No entanto, ninguém na comissão técnica brasileira parecia conhecer os termos que regiam aquela versão do campeonato mundial. Na tarde de 19 de junho, os jogadores brasileiros entraram no estádio de Lausanne empunhando a imagem de Nossa Senhora Aparecida e acreditando que apenas a vitória interessava. Na metade do segundo tempo de jogo, com o placar empatado em 1 a 1, os jogadores iugoslavos, sabedores de que aquele resultado interessava às duas equipes, começaram a pedir moderação aos brasileiros. Sem compreender os apelos, e inflamados por orientações do banco, os atletas brasileiros buscaram a vitória até o fim e deixaram o campo de jogo cabisbaixos, sem saber que o empate os levava adiante no torneio.

O desconforto da delegação diante do injustificável desconhecimento das regras da Copa só não foi maior que o provocado pelo resultado do sorteio de emparelhamento das equipes para os jogos eliminatórios da segunda fase. O time brasileiro iria cruzar com o temido selecionado húngaro, que, além de ter sido campeão olímpico em Helsinque, se classificara para a segunda fase do torneio após impor derrotas humilhantes à Coreia do Sul (9 x 0) e à Alemanha (8 x 3). Tal desempenho confirmava a mística do esquadrão que encantava os amantes do futebol em todo o mundo. A equipe dirigida por Gyula Mandi contava com os talentos individuais de Puskas, Czibor e Kocsis e se beneficiava do sentido de conjunto adquirido pelos jogadores na seleção e no time do Honved. O estilo implacável da equipe, capaz de pressionar os adversários desde a saída de bola e de abrir vantagem de vários gols nos 15 primeiros minutos de jogo, deixou Zezé Moreira preocupado. Em suas preleções, o técnico pintava os futuros adversários como um time implacável e por isso exigia dos atletas brasileiros a máxima aplicação. João Lyra Filho aproveitou-se da imagem de “comunistas ateus” associada aos húngaros para fazer inflamados discursos patrióticos, no meio dos quais se destacou uma insinuação de que os adversários tinham zombado da imagem da virgem padroeira do Brasil.

O ambiente de preocupação que antecedeu a partida teve claros reflexos no campo de jogo. Enquanto os brasileiros entraram tensos no gramado do estádio Wankdorf, os húngaros, em apenas sete minutos, abriram vantagem de 2 a 0. Um dos segredos do sucesso húngaro residia no aquecimento que faziam antes das partidas, que os colocava fisicamente em melhor situação que os adversários. Depois de 15 minutos,

o selecionado canarinho passou a equilibrar o jogo, mas não os nervos. Nilton Santos, após muitas provocações, envolveu-se em uma briga com Boszik, o que fez com que ambos fossem expulsos de campo. O jogo prosseguiu de forma tensa até o apito final, com a vitória húngara pelo score de 4 a 2. Quando as duas equipes rumavam para o vestiário comum, explodiu uma briga generalizada. Garrafadas, chuteiradas e cadeiradas deixaram húngaros, brasileiros e policiais suíços machucados. O total descontrole emocional ainda se manifestava dias depois, quando o chefe da delegação brasileira encaminhou ofício à FIFA denunciando a simpatia do juiz inglês, Arthur Ellis, pelo movimento comunista internacional.

O legado da “Batalha de Berna” corroe as expectativas de sucesso da seleção brasileira na Copa do Mundo. Aliava-se a mais uma eliminação precoce a certeza de que a fragilidade emocional dos jogadores, a “tíbieza atávica da alma nacional”, impedia a concretização do ideal esportivo tão tenazmente buscado. A longa preparação técnica do time, a cuidadosa escolha dos jogadores e técnicos de nada adiantara diante de uma deficiência que parecia denunciar a fraqueza da raça brasileira. Novamente, o fantasma da inferioridade e da ineficiência passou a assombrar dirigentes, jornalistas e torcedores:

Mas a mesma fraqueza que nos leva a reconhecer o empenho de cada um dos nossos jogadores naquele embate, convence-nos de que alguma coisa faltou, alguma coisa que, em forma de desequilíbrio dos nervos, não lhes permita aliar ao seu desejo de vitória uma atuação firme, eficiente, produtiva. Confessamos não poder fixar aqui, para não avançarmos em terreno estranho e perigoso, as causas talvez raciais, talvez morais, talvez sentimentais que possam ter influído para tal estado de coisas.<sup>6</sup>

O confronto entre o projeto conduzido pela CBD e os resultados obtidos reforça a percepção de que o título mundial era mais que uma aspiração dos meios esportivos, era um destino inalcançável que perseguia de maneira fatalista o imaginário da sociedade, tal a eficácia dos símbolos associados ao selecionado de futebol. Dois anos

---

<sup>6</sup> *O Estado de S. Paulo*. 06/07/1954.

após o torneio da Suíça, Nelson Rodrigues externaria suas preocupações, suas frustrações, sua incurável sensação de fatalidade na análise da trajetória dos selecionados nacionais nos torneios da FIFA:

Para nós, o futebol não se traduz em termos técnicos e táticos, mas puramente emocionais. Basta lembrar o que foi o jogo Brasil x Hungria, que perdemos no Mundial da Suíça. Eu disse: “perdemos”, e por quê? Pela superioridade técnica dos adversários? Absolutamente.

Creio mesmo que, em técnica, brilho, agilidade mental, somos imbatíveis. Eis a verdade: – antes do jogo contra os húngaros, estávamos derrotados emocionalmente. Repito: – fomos derrotados por uma dessas tremedeiras obtusas, irracionais e gratuitas. Por que esse medo de bicho, esse pânico selvagem, por quê? Ninguém saberia dizê-lo.

E não era uma pane individual, era um afogamento coletivo. Naufragaram ali, os jogadores, os torcedores, o chefe da delegação, a delegação, o técnico, o massagista. Nessas ocasiões, falta o principal. Estão a postos os jogadores, o técnico e o massagista. Mas quem ganha e perde as partidas é a alma. Foi a nossa alma que ruiu face à Hungria, foi a nossa alma que ruiu face ao Uruguai.<sup>7</sup>

### **Investimento no futebol**

A importância atribuída à conquista do Campeonato Mundial fez com que os dirigentes da CBD tomassem uma atitude que iria definir o percurso institucional da entidade. Em lugar de atenuar o destaque dado à gestão dos assuntos relacionados ao selecionado de futebol, optou-se por uma abordagem ainda mais intensiva e profissional do processo de preparação da equipe principal do Brasil. O raciocínio atendia a dois aspectos: a solução de uma questão simbólica, que passara a se confundir com a própria razão de ser da entidade, e a percepção de que o desenvolvimento do futebol geraria mais renda para os cofres da Confederação. A mudança na composição da diretoria da CBD, em janeiro 1955, não trouxe descontinuidade a essa diretriz. Em lugar de

---

<sup>7</sup> RODRIGUES, Nelson. *A sombra das chuteiras imortais*. São Paulo, Cia das Letras, 1994.p.26.

Rivadavia Meyer, que havia anos enfrentava sérios problemas de saúde, chegou à presidência Sylvio Correa Pacheco. João Corrêa da Costa foi eleito vice-presidente, Emanuel Viveiros de Castro foi para a secretaria geral, João Maria Medrado Dias para a primeira secretaria, Abílio Ferreira d'Almeida para a segunda, Carlos Osório Almeida para a direção de desportos aquáticos, e Claudionor de Souza Lemos para a direção de esportes terrestres.

Uma das primeiras decisões da nova diretoria veio em resposta à solicitação formal, apresentada pelo conselheiro Abraham Tebet, de que a CBD mantivesse uma seleção permanente de futebol em atividade ao longo do ano. A ambiciosa e pouco factível sugestão deu origem a um fértil debate que resultou no planejamento a longo prazo do calendário de jogos da seleção. Com isso, buscava-se manter os jogadores do elenco em contato freqüente, a fim de solidificar o sentido coletivo de jogo e superar as temidas limitações que pareciam acampar entre os convocados. Ainda em 1955, Sylvio Pacheco apresentou a programação trienal de atividades da seleção de futebol principal, arrolando os diversos torneios que seriam realizados pela própria CBD:

Trabalho que pedia que fosse encarado seriamente era, sem nenhum favor, a elaboração de um calendário que permitisse à Confederação, com necessária antecedência e no setor de futebol, organizar seu programa de atividades a exemplo do que fazem os centros mais adiantados do mundo. Não seria justificável ficar a memória do futebol do Brasil de braços cruzados nesta época em que os selecionados de todas as nações mantêm-se em febril atividade com apreciável *handicap* de experiência para as grandes competições e, muito especialmente, para o Campeonato do Mundo de Futebol. Era preciso fazer um planejamento a longo prazo e urgia enquadrar nossa entidade nos moldes dos dias em que vivemos.<sup>8</sup>

O novo modelo de gerenciamento da seleção brasileira de futebol foi posto em prática imediatamente. Após contatos com as entidades nacionais chilena e paraguaia, foram marcados no Brasil jogos válidos pelas taças Oswaldo Cruz e Bernardo

---

<sup>8</sup> *apud* Relatório de 1955 da Confederação Brasileira de Desportes.

O'Higgins. Nas quatro partidas realizadas, a CBD estabeleceu um sistema bastante incomum de convocação das seleções. Sob a alegação de que era necessário testar o maior número possível de jogadores e de métodos de preparação, o selecionado brasileiro foi dirigido no período por quatro treinadores diferentes. Novamente, houve a preocupação de apresentar selecionados que atendessem às expectativas de torcedores cariocas e paulistas. Nos jogos realizados no Rio, a seleção composta exclusivamente de jogadores que disputavam o campeonato carioca foi treinada por Zezé Moreira no jogo contra o Chile (1 x 1) e Flávio Costa no jogo contra o Paraguai (4 x 0). Em São Paulo, a mesma lógica foi aplicada, com Vicente Feola dirigindo o selecionado de atletas paulistas na partida contra o Chile (2 x 1) e Osvaldo Brandão no jogo contra o Paraguai (3 x 3). Embora se pudesse criticar a adoção de uma estratégia altamente pluralista para obter a coesão da equipe, a direção da CBD se mostrou satisfeita com os resultados alcançados em campo e com as rendas das partidas, que acrescentaram 580 mil cruzeiros às contas da entidade.

Em 1956, a seleção brasileira de futebol participou de 24 jogos, sendo 20 deles em países estrangeiros. Esses números superlativos, que resultaram na conquista do bicampeonato pan-americano e das taças Oswaldo Cruz e Atlântico, representaram também uma fonte de receita que injetou nas contas da CBD 1,7 milhão de cruzeiros. Novamente, o Brasil seria representado nesses torneios e partidas amistosas por equipes de escalação regional. Para o campeonato sul-americano extraordinário, realizado em Montevideu nos meses de janeiro e fevereiro, a CBD enviou um combinado de jogadores paulistas dirigidos por Osvaldo Brandão. Apesar de bons resultados, como a vitória contra Argentina (2 x 1) e o empate com o Uruguai (0 x 0), a derrota na estreia para os chilenos (1 x 4) havia eliminado a possibilidade de luta pelo título. Em março, uma equipe de jogadores gaúchos, dirigidos por José Francisco Duarte, fez uma excelente campanha no Pan-Americano disputado no México. Com quatro vitórias e um empate, o selecionado brasileiro sagrou-se novamente campeão do torneio. Nos meses de abril e maio, Flávio Costa conduziu uma equipe de grandes talentos dos principais times de São Paulo e do Rio em uma longa excursão pelo continente europeu. Com três vitórias (Portugal, Áustria e Turquia), dois empates (Suíça e Tchecoslováquia) e duas derrotas (Itália e Inglaterra), esse roteiro de amistosos serviu para consolidar jogadores como Nilton Santos, De Sordi e Didi na condição de titulares do selecionado nacional.

Na volta ao Brasil, Flávio Costa seria mantido no cargo e conduziria a equipe em jogos contra Argentina, Uruguai, Paraguai, Itália e Tchecoslováquia. Em agosto, ao final de um extenuante calendário de compromissos esportivos, o presidente da CBD mostrava-se satisfeito com seus planos para a seleção, que a ajudariam inclusive a superar algumas de suas “fragilidades”:

Ninguém ignora que um dos males que perturbam os nossos jogadores nos encontros decisivos tem sido excessos da emotividade, oriundos da falta de intercâmbio internacional em jogos de seleção. Era preciso criar o hábito de encontros dessa natureza. Urgia fazer com que o profissional brasileiro encarasse essas competições com maior naturalidade, para vencer-se a si próprio antes de vencer o adversário.<sup>9</sup>

A diferença entre os investimentos feitos na seleção de futebol e aqueles destinados às demais modalidades desportivas pode ser dimensionada quando observamos a participação brasileira nos Jogos Olímpicos de Melbourne. Se Helsinque contou com a presença de 107 atletas, quatro anos depois apenas 48 representantes foram enviados à Austrália. Nem mesmo a presença do campeão olímpico Ademar Ferreira da Silva (que efetivamente viria a conquistar seu segundo título olímpico em Melbourne) estimulou um maior investimento por parte do COI e da CBD. A baixa motivação em garantir uma boa representatividade nos Jogos Olímpicos levou inclusive a CBD a decidir que a equipe amadora de futebol não participaria do torneio.

Estava claro que, na conjuntura dos anos 1950, a CBD se havia consolidado como uma entidade que direcionava seus interesses e investimentos para o melhor desempenho do futebol, em especial para a preparação de um selecionado em condições de empreender grandes conquistas internacionais. Para as demais modalidades havia a garantia de realização de torneios regionais e nacionais, mas um interesse mínimo na promoção de intercâmbio internacional. Os relatórios financeiros da CBD confirmam essa percepção: o futebol profissional representava a fonte quase única de arrecadação da entidade e, portanto, recebia investimentos compatíveis. Para além do mero cálculo de otimização dos investimentos, o que fica evidente é a decisão política dos dirigentes

---

<sup>9</sup> *apud* Relatório de 1956 da Confederação Brasileira de Desportes.

em realmente fazer do futebol o objeto prioritário da gestão desportiva da CBD. Não se cogitava de usar os recursos oriundos do futebol para favorecer o desenvolvimento de modalidades sem grande apelo popular. A política de esportes da CBD se resumia, no fundo, a tocar o grande projeto de ampliação da representação internacional do futebol brasileiro.

A agenda da entidade para o ano de 1957 voltou a evidenciar a política de investimentos maciços na seleção brasileira de futebol. Duas competições tinham uma importância central para os planos traçados: o Campeonato Sul-Americano, na capital peruana, e a disputa das eliminatórias para a Copa do Mundo de 1958. Diante da importância da classificação para o mundial da Suécia, a CBD optou por reduzir o número de partidas amistosas marcadas para o ano e concentrar-se na definição e preparação de um elenco que pudesse superar com facilidade a fase inicial do torneio da FIFA. Contudo, o resultado do Sul-Americano fez brotar novamente a semente da dúvida e da insegurança.

Mesmo com o saldo positivo das partidas em que atuara como técnico do selecionado, Flávio Costa não foi chamado para dirigir a equipe nacional no campeonato continental. Osvaldo Brandão ganhava uma nova chance à frente de uma equipe que fora definida no ano anterior. Os primeiros jogos da competição confirmaram as expectativas. O Brasil não encontrou a menor dificuldade para superar Chile (4 x 2), Equador (7 x 1) e Colômbia (9 x 0). No dia 28 de março, a sombra uruguaia novamente viria eclipsar o sol das esperanças brasileiras. Em um jogo bastante equilibrado, o selecionado canarinho seria derrotado por 3 a 2. A equipe também encontrou dificuldades para derrotar os anfitriões pela contagem mínima. Os jogadores começavam a recobrar a confiança na conquista do título sul-americano, quando os antigos rivais argentinos aplicaram o golpe mais impiedoso em suas pretensões. A categórica vitória dos platinos por 3 a 0 deixou os dirigentes brasileiros diante de um grande impasse. Como o primeiro jogo das eliminatórias para a Copa fora marcado para o dia 13 de abril de 1957, visando a aproveitar a presença do selecionado brasileiro na capital peruana, não havia tempo hábil para mudanças radicais na direção ou na escalação da seleção. Visivelmente abalado, o Brasil não passou do empate de 1 a 1 com os peruanos, o que revestiu a partida decisiva das eliminatórias, prevista para o Rio de Janeiro, de um alto grau de dramaticidade.

Em 21 de abril de 1957, um público estimado em 120 mil pessoas acorreu ao Maracanã para o embate decisivo contra o Peru. O cenário da fatídica final contra os uruguaios parecia assombrar jogadores, dirigentes e torcedores. Uma grande tensão emudecia as arquibancadas, como se ainda prolongasse o eco surdo da tarde de 16 de julho de 1950. Por mais que o selecionado atacasse, muitas vezes desordenadamente, a meta defendida por Rafael Asca parecia inatingível. Uma cobrança de falta por Didi, com todo o efeito da folha seca, selou o placar definitivo. No magro 1 a 0, o Brasil se habilitava para o mundial da Suécia. No entanto, os preocupantes sinais de descontrole da equipe continuavam claros. Por mais que a CBD tivesse investido em um prolongado programa de treinamentos, com a realização de jogos contra selecionados sul-americanos e europeus, os jogadores ainda pareciam exibir as marcas da tão falada “inferioridade de caráter”. Também foi considerada negativa a experiência de alternância de técnicos no comando da seleção, principalmente por não se ter conseguido forjar um treinador com condições de atender às expectativas da direção da CBD. No segundo semestre do ano, tendo em vista as partidas válidas pela Copa Roca e pela Taça O’Higgins, a CBD não quis manter Brandão no comando da equipe. Dois técnicos diferentes foram utilizados, ambos na declarada condição de interinos: Sylvio Pirillo e Pedro Rodrigues Pinto.

O projeto de uma prolongada e criteriosa preparação da seleção brasileira, que havia sido definido como prioridade na gestão de Sylvio Pacheco, chegava, ao final de seu mandato de três anos, a resultados dúbios. Se a classificação para o Campeonato Mundial fora assegurada, bem como a conquista de dois torneios pan-americanos, não se conseguira atingir o ideal de constituição de um time sólido, consistente, capaz de apagar a incômoda impressão de um conjunto emocionalmente frágil. Por outro lado, embora a conquista do título mundial fosse ambicionada por todos os dirigentes esportivos brasileiros, muitos questionavam a centralidade excessiva do futebol na estrutura da CBD. Essa situação levou alguns dirigentes a buscar uma proposta alternativa, que pudesse conduzir a bom termo o sonho da Jules Rimet, mas que também incluísse um maior investimento no esporte amador. A busca desse duplo objetivo faria de João Havelange o protagonista de uma campanha de reformulação da identidade da CBD.

Ex-atleta e dirigente dos esportes aquáticos, Havelange apresentava um perfil raro nos meios esportivos do Brasil: era jovem (contava na época 41 anos), atuara em clubes e federações dos dois principais centros desportivos do país (fora presidente das federações Paulista e Metropolitana de Esportes Aquáticos) e conhecia profundamente a estrutura de poder da área desportiva, graças à sua atuação como conselheiro do CND. Sua eleição para a presidência da CBD, em 14 de janeiro de 1958, consumou o gradual processo de renovação das lideranças esportivas que tinha sido iniciado na gestão de Sylvio Pacheco. A geração de dirigentes que tinha começado sua trajetória na década da adoção do profissionalismo e do modelo centralizado de gestão esportiva saía de cena para dar lugar a um novo conjunto de gestores, com táticas e objetivos nitidamente distintos.

### **Modernidade e consagração: o “caneco” de 1958**

O compromisso de João Havelange com a promoção eqüitativa de uma maior diversidade de modalidades esportivas ficou claro logo no início de seu mandato. Embora estivesse de posse de relatórios que indicavam escassez de recursos disponíveis para a preparação da seleção brasileira de futebol, o novo presidente assegurou o envio de nadadores e atletas para competições internacionais. Para tanto, não se furtou a lançar mão de empréstimos de longo prazo e a percorrer gabinetes de autoridades do Executivo e do Legislativo federais amealhando verbas.

Apesar do envolvimento de João Havelange com as chamadas modalidades olímpicas, a prioridade da agenda para 1958 era inegavelmente a preparação de uma equipe em condições de conquistar o Campeonato Mundial de Futebol na Suécia. Havelange filiava-se ao modelo de preparação do selecionado proposto no plano de Sylvio Pacheco: acreditava que o caminho para as grandes conquistas passava por uma administração criteriosa das variáveis envolvidas no processo de constituição de uma equipe. Se o atleta brasileiro típico estava fadado a uma proverbial instabilidade emocional e a uma insistente teimosia em se submeter a regras e normas, tornava-se necessário encontrar formas de se sanar tais deficiências.

Entrava-se, aqui, no território em que se misturavam princípios administrativos e fabulações simbólicas acerca das características inerentes à “raça” brasileira. O

brasileiro, como dizia Gilberto Freyre, expressava-se artisticamente em campo através de um bailado mulato. Essa forma de jogar era, no entanto, recorrentemente derrotada por equipes “cientificamente” organizadas (como foi o caso da Hungria em 1954) ou dotadas de uma coesão e força de caráter superiores (a altivez de Obdulio Varela, o líder do time uruguaio de 1950, era sempre evocada como parâmetro comparativo). Logo, era necessário aliar a arte singular do jogo da bola no pé aos princípios organizacionais do *Association Football*. A idéia, encampada pela nova presidência da CBD, era dotar o selecionado brasileiro de todo um conjunto de forças auxiliares que pudessem promover a superação de suas tradicionais deficiências. Para vencer era necessário organizar-se, programar-se estrategicamente e curar mazelas físicas, morais e psicológicas. Só assim se poderia pavimentar o caminho para a conquista mundial. Encontramos embutida nesse discurso uma clara proposta civilizatória, que procurava incorporar à representação simbólica da nacionalidade um conjunto de elementos então associados à modernidade e ao progresso. Nesse sentido, a seleção brasileira de futebol enviada à Suécia poderia servir de parâmetro para a sociedade brasileira. O atraso só podia ser superado através da organização científica do trabalho.

O modelo de preparação do selecionado incorporou uma nova forma de se pensar a organização desportiva. Em lugar de uma estrutura minimalista, onde o técnico dividia com o chefe da delegação todas as responsabilidades sobre o elenco, Havelange estabeleceu uma grande comissão técnica, com funções especializadas e responsabilidades claramente fixadas. Para a chefia da delegação, a CBD indicou um dos membros de sua diretoria, Paulo Machado de Carvalho, empresário paulista pertencente a uma família de tradicional vínculo com o São Paulo Futebol Clube. Carvalho já havia contribuído para a preparação da seleção nos anos da administração Sylvio Pacheco, mas retornava agora em condições particulares para implantar o novo modelo de administração. Fiando-se no bordão “cada macaco no seu galho”, que insistia em repetir em reuniões e entrevistas, montou uma equipe de apoio jamais vista no futebol brasileiro. A secundá-lo, estava Carlos de Oliveira Nascimento, na função de supervisor. Antigo companheiro de Havelange nas equipes de natação do Fluminense, Nascimento exercia na equipe suburbana do Bangu o papel de grande administrador que era desejado na equipe técnica do selecionado nacional. Sua função ia além do assessoramento do chefe da delegação. Ele era o grande e metucioso planejador de toda

a programação de trabalho da equipe. Do Fluminense, foi trazida a dupla José de Almeida Filho e Adolfo Ribeiro Marques Junior, respectivamente assessor administrativo e tesoureiro da comissão. Também se optou por manter um médico e um preparador físico inteiramente dedicados aos atletas que serviriam à CBD. Os escolhidos foram Paulo Amaral, que treinava o Botafogo, e Hilton Lopes Gosling, do corpo médico do Bangu. A presença de um médico servia para padronizar as avaliações e diagnósticos. Muitos jogadores que serviam à seleção traziam de seus clubes fichas médicas extremamente imprecisas. O papel atribuído a Gosling e Amaral estava associado ao projeto “civilizatório” do selecionado. Se, no imaginário nacional, o homem médio brasileiro era uma figura associada às doenças da miséria, à inanição e às verminoses, o modelo de atleta (e, portanto, do homem brasileiro moderno) que se buscava construir deveria por princípio ser saudável, fisicamente perfeito.

Mas o atleta modelar buscado pela comissão técnica não deveria se limitar a uma fortaleza de músculos. Deveria ser um homem emocionalmente apto, inabalável em seu equilíbrio mental. Episódios como o chute de Domingos em Piola, ou a batalha campal de Berna, sem falar no tão propalado colapso emocional coletivo na final da Copa de 1950, eram sempre lembrados como provas da fraqueza psicológica do brasileiro. Talvez as elites nacionais não tivessem ainda se livrado do diagnóstico fatalista de Euclides da Cunha, que considerava os mestiços brasileiros neurastênicos e histéricos. Para ultrapassar essa barreira “atávica”, a CBD contratou o sociólogo João Carvalhaes para aplicar testes de avaliação psicológica nos atletas que comporiam a seleção. Fiel aos métodos introduzidos no país por Emilio Mira y Lopes, Carvalhaes produziu um longo e detalhado diagnóstico das mazelas ocultas dos jogadores. Suas análises eram devastadoras e recomendavam férrea atenção ao comportamento cotidiano dos atletas. Embora jogadores como Zito e Nilton Santos fossem considerados plenamente aptos para exercer funções de liderança, outros, como Pelé e Garrincha, eram tidos como imaturos ou incapazes de seguir os mais simples comandos. Em função desse cenário, Paulo Machado de Carvalho e Carlos Nascimento estabeleceram um programa constante de acompanhamento dos jogadores no período de preparação no Brasil e durante a disputa do campeonato.

A escolha do técnico causou surpresa nos meios esportivos. Enquanto muitos cogitavam o retorno de Flávio Costa ou Zezé Moreira, a direção da CBD já havia feito

outra escolha. Vicente Feola, técnico do São Paulo que estivera à frente da seleção em uma única partida (vitória sobre o Chile, em 1955), era o nome de confiança da entidade. Certamente foi decisivo o apoio de Paulo Machado de Carvalho, que convivia com o treinador no clube paulista. O chefe da delegação sabia que o perfil do técnico se adequava ao modelo de trabalho coletivo. Figura de porte físico peculiar, de estilo discreto, por trás do anedotário escondia-se um homem extremamente meticuloso em seu trabalho e com graves problemas coronarianos. Feola dividiu com os membros da comissão técnica a tarefa de selecionar os jogadores que representariam o Brasil na sexta edição do torneio da FIFA.

No dia 7 de abril de 1958, os convocados se apresentaram para o início da preparação, que teve lugar nas estâncias de Poços de Caldas e Araxá. Na primeira quinzena de maio, os jogadores disputaram quatro jogos preparatórios, contra Paraguai (válidos pela Taça Osvaldo Cruz) e Bulgária. Embora o selecionado tivesse vencido três dessas partidas por um placar elástico, os jornalistas que acompanhavam a preparação percebiam ainda muitas inconsistências no time. A linha de ataque era freqüentemente alterada, evidenciando as dúvidas da comissão técnica sobre a formação ideal. Na realidade, parecia uma cabal prova da ineficiência do planejamento para a Copa o fato de o time ainda não estar definido, e atuando coletivamente como tal, mesmo após três anos de intensos preparativos e quase meia centena de jogos disputados. No último jogo realizado antes do embarque para a Europa, mesmo com uma fácil vitória sobre o time do Corinthians, a seleção deixaria o estádio do Pacaembu sob intensa vaia.

A comissão técnica, escudada pelo apoio integral da direção da CBD, levou adiante o detalhado planejamento que orientava o caminho rumo à Copa. Após realizar amistosos na Itália, visando principalmente a gerar recursos financeiros, o Brasil se instalou na concentração da cidade de Hindas, próxima de Gotemburgo. Pela primeira vez na história da participação brasileira em copas do mundo, o selecionado contava com um hotel próprio, previamente reservado, com condições para o desenvolvimento das atividades físicas e táticas.

Os dois primeiros jogos mostraram um time ainda padecendo de algumas definições em posições-chave. Após uma tranqüila vitória de 3 a 0 sobre a Áustria, o empate sem gols com a Inglaterra deixava a equipe em uma situação limite: era preciso vencer o terceiro adversário para avançar na competição. E esse adversário era a União

Soviética, a fortíssima equipe campeã olímpica de 1956, o melhor representante do temido “futebol-científico”. Era a chance de mostrar que o investimento feito na preparação do time levava a resultados efetivos. De um lado, era o teste definitivo da tese de que o talento brasileiro, submetido a princípios organizacionais, nada devia às escolas taticamente mais aprimoradas da Europa. Além disso, era a chance de observar se o equilíbrio emocional dos jogadores resistiria a uma situação extrema que, em muitos sentidos, lembrava o confronto com os húngaros no torneio anterior. O resultado da partida confirmou a aposta dos dirigentes brasileiros em ter promovido um grande investimento na montagem de uma estrutura profissional de apoio aos jogadores. Com brilhante atuação individual de Garrincha, que conquistara a condição de titular na véspera do jogo como uma artimanha da comissão técnica para suplantar a previsibilidade mecânica dos soviéticos, o Brasil impôs 2 a 0 no time favorito do torneio.

A partir desse 15 de junho, o destino do selecionado na competição parecia estar resolvido. Mesmo em situações extremas (como a forte retranca galesa ou o gol dos suecos logo nos primeiros minutos da decisão), o grupo de jogadores não demonstraria instabilidade emocional, não abandonaria o desenho tático, não ignoraria o plano de jogo, não deixaria de demonstrar a harmoniosa união entre talento e força física. Enfim, o modelo de preparação da seleção havia se mostrado eficiente e conduzia o time em direção à concretização da grande aspiração dos meios esportivos nacionais. Quando, na tarde de 29 de junho de 1958, ao atender o apelo de jornalistas que não conseguiam um bom ângulo para fazer suas fotos, Hideraldo Luis Bellini ergueu a Taça Jules Rimet sobre a cabeça, um sentido simbólico superior permeou aquele gesto. Mais que a conquista esportiva, iniciava-se ali a disseminação do discurso da redenção da raça brasileira. A aposta da direção da CBD na condução de um processo exaustivo de preparação física e emocional dos jogadores havia produzido campeões mundiais. O processo civilizatório tinha cumprido seu itinerário. Abandonando a terminologia técnica, o relatório da CBD referente ao ano de 1958 reconheceria o acerto das políticas adotadas por seus dirigentes:

E veio o VI Campeonato Mundial de Futebol, impostergável compromisso com a eternidade! Acontecimento de relevo, à disputa da

Taça Jules Rimet, antecipou-se um entrechoque tremendo de idéias, opiniões, interesses, pretensões e críticas maldosas e infundadas por vezes. Louvado, todavia, na força excelsa de sua personalidade, possuído de um magnífico senso de persuasão, criterioso, sereno, organizador e precavido, o presidente João Havelange soube antes, sensatamente, conquistar o amparo das entidades superiores e dos poderes constituídos do governo, e congregar junto a si os desportistas de bem do Brasil, para depois, reunir uma equipe primorosa de homens dignos, dotados da melhor boa vontade e são patriotismo que, conscientemente, friamente, disciplinadamente, souberam fazer cumprir um planejamento pré-estabelecido, para conquistarmos a decantada Copa do Mundo! Consagração brilhante e definitiva, há tantos anos acalentada! Na verdade, nunca uma realidade foi tão bem o retrato de uma esperança! O Brasil é o Campeão Mundial de Futebol!<sup>10</sup>

Se o formato burocrático da letra fria de um relatório institucional não conseguia conter a exaltação motivada pela conquista, a prosa exuberante de Nelson Rodrigues perpetuou nas páginas da *Manchete Esportiva* a mais significativa expressão do sentido simbólico que o campeonato de futebol assumia para a sociedade brasileira:

Graças aos 22 jogadores, que formaram a maior equipe de futebol da Terra em todos os tempos, graças a esses jogadores, dizia eu, o Brasil descobriu-se a si mesmo. Os simples, os bobos, os tapados hão de querer sufocar a vitória nos seus limites estritamente esportivos. Ilusão! Os 5 x 2, lá fora, contra tudo e contra todos, são um maravilhoso triunfo vital de todos nós e de cada um de nós. Do presidente da República ao apanhador de papel, do ministro do Supremo ao pé-rapado, todos aqui percebemos o seguinte: - é chato ser brasileiro! Já ninguém tem mais vergonha de sua condição nacional. E as moças na rua, as datilógrafas, as comerciárias, as colegiais, andam pelas calçadas com um charme de Joana D'Arc. O povo já não se julga mais um vira-latas. Sim, amigos: - O brasileiro tem de si

---

<sup>10</sup> *apud* Relatório de 1958 da Confederação Brasileira de Desportes.

mesmo uma nova imagem. Ele já se vê na generosa totalidade de suas imensas virtudes pessoais e humanas. (...) E vou mais além: - diziam de nós que éramos a flor de três raças tristes. A partir do título mundial, começamos a achar que a nossa tristeza é uma piada fracassada. Afirmava-se também que éramos feios. Mentira! Ou, pelo menos, o triunfo embelezou-nos. Na pior das hipóteses, somos uns ex-buchos. (...) O brasileiro sempre se achou um cafajeste irremediável e invejava o inglês. Hoje, com a nossa impecabilíssima linha disciplinar no Mundial, verificamos o seguinte: - o verdadeiro inglês, o único inglês, é o brasileiro.<sup>11</sup>

A nova imagem dos brasileiros, exaltada por Nelson Rodrigues, transbordava nas ruas do Rio de Janeiro quando a porta do avião se abriu no aeroporto do Galeão. Aos olhos de dirigentes, jogadores e membros da comissão técnica, o saldo do investimento da CBD na formação de um time que pudesse superar os tradicionais fracassos ficava evidente ali. Através do imaginário do futebol, a seleção de 1958 se tornou o símbolo de um projeto nacional que tendia ao sucesso. Algo perfeitamente conectado ao contexto da época, quando o governo nacional-desenvolvimentista do presidente Juscelino Kubitschek assentava as bases para a modernização nacional. Era na direção do presidente, do representante máximo do Brasil oficial, que os campeões deveriam se encaminhar. Obedecendo o protocolo estabelecido, a delegação seguiu pela cidade até o Palácio do Catete, para a cerimônia formal de recepção. Alertado por seus amigos da Associação Uruguaia de Futebol, Havelange autorizou a troca do troféu por uma réplica da Jules Rimet durante o desfile em carro aberto. Ao chegar à sede do governo, após a celebração coletiva com o lado popular da festa, o verdadeiro troféu de ouro e bronze foi enfim apresentado. Cerimoniosamente, Havelange o ofereceu a Kubitschek, que decidiu tomar champanhe no “caneco”. Nesse inusitado brinde, dois homens-símbolo do século XX compartilhavam suas expectativas para o futuro. A era da euforia e da fé no crescimento nacional, preconizada por JK, encontrava seu tom. A vitoriosa carreira de Havelange mostrava o seu primeiro brilho.

---

<sup>11</sup> RODRIGUES, Nelson. *À sombra das chuteiras imortais*. São Paulo, Cia das Letras, 1994, p.61.

## Capítulo 4

### A CONSOLIDAÇÃO DA CBD

O movimento dos campeões mundiais em seu retorno ao Brasil foi intenso. Governantes, artistas de rádio, associações de torcedores, todos se revezavam nas homenagens aos homens que haviam alcançado a condição de heróis. Em São Paulo, o governador Ademar de Barros condecorou todos com a mais alta comenda do estado. Por seu lado, o governo federal prometeu emprego público e casa própria para todos os jogadores.

O presidente da CBD, no entanto, pouco pôde participar dessas solenidades. Estressado após meses de trabalho na preparação e organização da equipe, João Havelange foi acometido de uma grave crise nervosa que o deixou hospitalizado. Alguns membros da direção da CBD, diante do quadro de saúde da autoridade máxima da entidade, preparavam-se para abrir o processo sucessório. Contrariando, porém, as expectativas, Havelange recuperou-se em curto espaço de tempo e voltou à CBD para dar continuidade ao seu ambicioso projeto esportivo e administrativo.

Conquistada a taça do mundial da FIFA, Havelange desejava comprovar que as diretrizes que havia estabelecido para a sua administração não seriam abandonadas. O compromisso com o financiamento dos esportes amadores e a continuidade da preparação dos jogos da seleção e dos torneios de futebol requeriam integral atenção ao cumprimento das metas estabelecidas para o primeiro ano de seu mandato, sem que isso viesse a comprometer o equilíbrio orçamentário da Confederação.

#### **Esporte amador, futebol e equilíbrio orçamentário**

Confirmando os compromissos assumidos na campanha para a presidência da CBD, Havelange fez com que uma parcela significativa dos recursos da entidade fosse destinada aos esportes amadores. No primeiro ano de sua gestão, 10,4 milhões de

cruzeiros foram gastos com viagens de atletas e com a realização de torneios de modalidades olímpicas, principalmente atletismo e natação. Para se ter uma idéia precisa do que essa importância representava no orçamento anual da Confederação, ela era mais que o dobro do total de recursos arrecadados com os jogos de futebol promovidos pela CBD em 1958 – 4,8 milhões de cruzeiros. Em uma interpretação geral desses indicadores, podemos dizer que a política de fomento desportivo do novo presidente destinava uma parcela maior de recursos oriundos do esporte profissional para as atividades amadoras. No entanto, essa lógica transcendia a própria limitação orçamentária da entidade. Em um ano em que se realizaram despesas vultosas com a seleção de futebol, despesas essas que contribuíram para um déficit global de quase 7 milhões de cruzeiros, a realização desses outros investimentos indicava firmeza na manutenção das linhas prioritárias do programa proposto, e empenho na obtenção de empréstimos e verbas públicas. Esta seria uma das mais conhecidas características administrativas de Havelange: a de não submeter sua agenda aos constrangimentos orçamentários. Inúmeras operações financeiras e imobiliárias, algumas de considerável risco, viabilizariam o cumprimento dos compromissos de sua gestão com o desenvolvimento esportivo.

Esse padrão de investimento, além de indicar uma clara política de valorização das diferentes modalidades sob a direção da CBD, também tinha como finalidade a formação de uma equipe de atletas em condições de se destacar nos Jogos Olímpicos de Roma, previstos para o ano de 1960. O exemplo do bicampeão olímpico Ademar Ferreira da Silva fazia crer que o esporte brasileiro tinha condição de brilhar em um conjunto amplo de modalidades. Se um talento como o de Ademar se desenvolvesse sem o necessário amparo institucional, a idéia de forjar uma nação de atletas olímpicos parecia bastante factível. Da mesma forma como o planejamento e a organização haviam conseguido superar os crônicos problemas do selecionado de futebol, não parecia irreal imaginar que a extensão dessa política às modalidades amadoras pudesse resultar na colheita de inúmeras medalhas olímpicas. Em 1959 e 1960, os recursos destinados pela CBD às modalidades olímpicas cresceram assim exponencialmente, atingindo no último ano o patamar de 19 milhões de cruzeiros. Nesse período, a CBD organizou alguns torneios nacionais e regionais dessas modalidades e se fez representar

em dois eventos internacionais: os Jogos Olímpicos, em Roma, e os Jogos Desportivos Luso-Brasileiros.

O Brasil levou aos jogos de Roma uma equipe de 81 atletas, incluindo o selecionado amador de futebol e a destacada equipe masculina de basquetebol. A CBD honrou o compromisso com o COB e contribuiu significativamente para a preparação dos atletas e o custeio de suas viagens. Entre os desportistas brasileiros destacava-se, uma vez mais, Ademar Ferreira da Silva, que, mesmo ciente de não estar na plenitude de sua forma física, foi honrado com o convite para atuar como porta-bandeira da delegação brasileira. Frustrando esperanças, a seleção olímpica de futebol não conseguiu superar em campo os consistentes adversários europeus. Eliminada em sua terceira partida, após derrota para os italianos, não participou da fase final do torneio de futebol, vencido pelos iugoslavos.

Os investimentos assumidos pela CBD, no entanto, não se mostraram infrutíferos. Embora o curto período de implementação da política de valorização das modalidades amadoras não permitisse grandes mudanças no quadro de medalhas conquistadas, o grupo de atletas e nadadores enviados a Roma correspondeu às expectativas de uma participação mais honrosa no espetáculo esportivo mundial. Manoel dos Santos, que se destacara nas provas de natação de velocidade, conquistou o bronze olímpico em um final de prova emocionante. Seu tempo na bateria decisiva dos 100 metros livres foi apenas dois décimos de segundo superior ao do campeão olímpico, o australiano John Devit. Em outras provas de natação e de atletismo, os desportistas brasileiros conseguiram passar para as fases finais da competição, com desempenho inédito no ciclismo e na vela. Também o basquete, que não era modalidade coordenada pela CBD, confirmou sua boa posição no *ranking* mundial e voltou ao Brasil com o bronze olímpico.

Se os resultados obtidos em Roma frustraram os mais otimistas, pôde-se perceber nessa edição das Olimpíadas duas alterações sensíveis na história da participação brasileira nos Jogos. Em primeiro lugar, constatou-se que a preparação antecipada, obedecendo a um cronograma progressivo de treinamentos, permitiu que um maior número de desportistas se destacasse no evento. Além disso, o aumento de investimentos nas modalidades amadoras permitiu que o número de modalidades representadas nos Jogos Olímpicos fosse bem maior. Essa alteração na forma como a

CBD passou a tratar os esportes olímpicos não deve, porém, ser confundida com uma perda de importância do futebol na agenda de prioridades da entidade. Mesmo com a valorização das modalidades amadoras, o futebol continuava a ser o mais importante dos desportos sob a responsabilidade da Confederação, ainda mais após conquista do título mundial. Para Havelange, essa prioridade era clara por uma razão bastante simples: o sucesso do futebol traria maiores receitas, que poderiam sustentar as atividades sem receitas próprias ou sem grande apoio do público.

A organização das atividades futebolísticas, por muitos apontada como o grande divisor de águas da trajetória do selecionado nacional em torneios internacionais, não poderia assim se restringir à seleção. Urgia organizar de forma exemplar todo o sistema futebolístico do país, incluindo-se aí a realização dos torneios, a estruturação das federações estaduais e o fornecimento de suporte logístico para a disseminação ainda maior do esporte entre o público brasileiro. Embora fosse tradicionalmente encarado como a principal origem de receitas da CBD, o Campeonato Brasileiro de seleções vinha apresentando resultados insatisfatórios. Seu modelo de disputa, ocupando um longo período de tempo, criava problemas com os clubes, que disputavam os campeonatos das federações estaduais e muitas vezes preferiam participar de amistosos que injetavam recursos em seus cofres. Por outro lado, a montagem dos selecionados estaduais sempre causava atritos com a direção dos clubes, que resistiam a ceder seus atletas.

A inadequação desse modelo de competição foi se tornando ainda mais evidente à medida que a própria CBD o relegava a uma escala inferior de prioridade diante dos compromissos internacionais dos clubes e seleções. Havelange debruçou-se sobre esse problema e buscou encontrar maneiras de se estabelecer competições que interessassem financeiramente tanto aos clubes quanto às federações estaduais e à Confederação que presidia. No ano de 1959, a CBD esteve à frente do processo de implantação de dois torneios que se tornariam referenciais na competição interclubes. Tomando como modelo o torneio que havia sido implantado pela União Européia de Futebol (UEFA), com os times campeões nacionais disputando o título continental, os dirigentes da CBD e da AFA propuseram à Confederação Sul-Americana a realização de uma competição anual que viria a sagrar o campeão das Américas. A intenção, assumida por Havelange, era colocar em disputa um título mundial de clubes, em que a equipe campeã européia

viria a enfrentar o vencedor do novo torneio sul-americano. Em razão de uma série de questões formais, a Taça das Américas não pôde ser implementada imediatamente. Havia necessidade de elaborar um calendário que viabilizasse a realização das partidas e, no caso específico do Brasil, era preciso definir o sistema que apontaria o campeão nacional.

Diferentemente do que ocorrera em outros países do continente, o futebol desenvolvido a partir dos grandes centros urbanos brasileiros encontrou muitas dificuldades para estabelecer um sistema de disputa que ultrapassasse as fronteiras estaduais. Contribuía para esse quadro a reconhecida rivalidade entre os dirigentes paulistas e cariocas, acalentada por décadas, e a postura das direções da CBD, muito mais interessadas em angariar recursos com o modelo do Campeonato Brasileiro de seleções estaduais. Em 1959, diante do conjunto de problemas que se associou ao Campeonato Brasileiro de seleções, a CBD propôs uma competição dos clubes campeões estaduais, que recebeu a designação de Taça Brasil. A nova competição era muito mais abrangente que os torneios Rio-São Paulo, cuja gênese estava associada à antiga FBF, e incorporava as agremiações de todas as regiões do país em um modelo de disputa eliminatória, com partidas de ida e volta em cada fase. Esse formato permitia que clubes e federações obtivessem bons resultados financeiros organizando os jogos em seus estádios e, ainda, que destinassem um percentual das rendas para a CBD. Apesar do caráter experimental da primeira edição do torneio, devido, em grande medida, à dificuldade de programar as datas das partidas, a Taça Brasil foi um sucesso de público. Na partida final, realizada somente em março de 1960, o time do Bahia, que havia vencido o torneio Norte-Nordeste, sagrou-se campeão ao derrotar o forte time do Santos em plena Vila Belmiro. Nesse mesmo ano, a CBD retomou a disputa do campeonato brasileiro de juvenis, que deixou de ser conhecido como Taça João Lyra Filho e passou a ser chamado de Taça João Havelange.

Com a implantação de medidas destinadas a garantir o estabelecimento de um calendário estável para o futebol e o fortalecimento financeiro de clubes e entidades representativas do esporte, a CBD pôde dar continuidade ao planejamento das atividades da seleção.

### **Rumo ao bicampeonato em 1962**

Os compromissos oficiais da equipe campeã mundial tiveram início no mês de março de 1959, com a disputa do Campeonato Sul-Americano. Seguindo o padrão implantado no ano anterior, Vicente Feola foi mantido na função de técnico da equipe e passou a contar com uma comissão técnica mais enxuta para assessorá-lo. No início do mês de março, a equipe seguiu para Buenos Aires, a sede do torneio, tendo seu time básico escalado a partir do conjunto de protagonistas da vitória na Suécia. As expectativas quanto a um desempenho avassalador no torneio foram logo frustradas com o empate, na estréia, frente aos peruanos (2 x 2). Embora ainda existisse um grande encantamento com o grupo responsável pela conquista da Jules Rimet, não faltaram vozes para criticar um possível desinteresse dos jogadores. O temor do abatimento moral ainda parecia ser uma sombra a ameaçar a estabilidade da equipe. Nos jogos seguintes, a equipe conseguiu se impor com vitórias convincentes sobre chilenos, bolivianos, paraguaios e mesmo os temidos algozes uruguaios. O Brasil enfrentou os anfitriões no jogo final com a obrigação da vitória e o temor de uma possível perseguição movida pelos árbitros hispânicos. Afinal, na partida contra o Uruguai, a tolerância do juiz com a violência da marcação dos celestes desencadeou um tumulto generalizado. As admoestações da comissão técnica permitiram que o time se organizasse para vencer os paraguaios, mas, na final, o clima de rivalidade exercia uma pressão inédita. O placar final, configurando um empate por 1 a 1, seria muito questionado pela imprensa brasileira, que, mesmo com a perda do título, avaliou positivamente o desempenho do selecionado.

Feola ainda dirigiu o selecionado em mais três partidas no ano de 1959: as vitórias sobre a Inglaterra no Maracanã (2 x 0) e em duas partidas frente ao Chile (7 x 0 e 1 x 0), válidas pela Taça O'Higgins. A realização de um torneio sul-americano extra, organizado pela Federação Equatoriana, conduziu a CBD a uma decisão que visava a não sobrecarregar os atletas nem prejudicar os times. Gentil Cardoso foi convidado para dirigir a equipe que deveria ser formada exclusivamente por jogadores da Federação Pernambucana. Os resultados foram desapontadores. O selecionado sofreu goleadas para seus mais tradicionais rivais, Argentina (1 x 4) e Uruguai (0 x 3), vencendo com dificuldades os paraguaios (3 x 2) e equatorianos (2 x 1). O descanso dado nesse torneio aos jogadores campeões mundiais tinha como objetivo a preparação para uma exaustiva

agenda que deveria ser cumprida no ano seguinte. Ciente do valioso ativo que administrava, a direção da CBD aceitou uma série de convites para amistosos contra seleções e times da África e Europa. Esses jogos, além de contribuir para uma receita de aproximadamente 39 milhões de cruzeiros, que equilibraria o caixa da entidade naquele exercício, serviriam para o programa de preparação prolongada da equipe, que ainda teria compromissos pela Copa Roca e pela Taça do Atlântico.

A programação para o ano de 1960 fez a CBD optar pelo envio de mais um selecionado regional para um compromisso internacional, o Campeonato Pan-Americano, realizado na Costa Rica no mês de março. Coube novamente a jogadores gaúchos a representação brasileira. Dirigidos pelo técnico Osvaldo Azzarini, os jogadores tiveram um fraco início de torneio, incluindo uma vexatória derrota para a equipe da casa (0 x 3), inexpressiva no cenário mundial. No segundo turno da competição, apesar de vencer todas as partidas, inclusive frente à Argentina (1 x 0), a equipe não conseguiu pontos suficientes para garantir o terceiro título nessa competição.

Enquanto os gaúchos voltavam para casa, a seleção principal era preparada para a excursão internacional. Comandados por Feola, os campeões do mundo tiveram atuação exemplar em amistosos contra times suecos e portugueses, seleções inconsistentes do continente africano e da Europa. Na volta da excursão, a equipe teria os tradicionais compromissos com a Argentina, válidos pela Copa Roca. Feola, cujo estado de saúde preocupava a direção da CBD, voltou a apresentar problemas cardíacos, levando o comando da entidade a cogitar sua dispensa. A confiança de Paulo Machado de Carvalho e o apoio dos jogadores mantiveram o treinador à frente do selecionado. Com uma escalação bem distinta do time que vencera o mundial, por conta de contusões e do programa de testes de novos talentos, o Brasil travou uma série épica contra os rivais platinos, conquistando a taça após uma goleada (4 x 1) em pleno Monumental de Nuñez.

O agravamento da condição clínica do treinador fez com que a CBD decidisse por seu afastamento, cabendo a Aymoré Moreira, de controversa passagem anterior pelo comando, a tarefa de continuar a preparação para o campeonato da FIFA no Chile em 1962. Aymoré estreou bem, com a conquista da Taça do Atlântico (incluindo uma goleada na partida final frente a Argentina pelo placar de 5 a 1), e ganhou apoio integral

da direção da entidade para firmar-se como técnico do time que defenderia o título mundial.

Enquanto a programação do selecionado era cumprida à risca, a CBD tratava de obter condições ideais de infra-estrutura para a disputa Copa do Mundo. Graças às boas relações estabelecidas com os dirigentes chilenos, evidenciadas pelo apoio do Brasil à candidatura do Chile a sede da competição, os brasileiros puderam se antecipar na escolha da cidade-sede dos seus jogos, das instalações da equipe e dos locais de treinamento. Por temer as condições climáticas do inverno chileno, a CBD conseguiu que a cidade costeira de Viña Del Mar fosse definida como local dos jogos do selecionado na primeira fase da Copa. Muitos criticaram, inclusive no congresso internacional da FIFA, essa antecipação de definições, mas o fortalecimento da posição política da representação brasileira na entidade rapidamente dissipou qualquer insinuação de favorecimento. Os campeões do mundo, que não disputavam eliminatórias, tinham direito a certas prerrogativas especiais.

Diferentemente do que havia ocorrido na edição anterior da Copa do Mundo, a CBD não julgou necessário o cumprimento de uma grande agenda de partidas preparatórias no ano que antecedia a competição. No planejamento apresentado por Paulo Machado de Carvalho e Carlos de Oliveira Nascimento, o selecionado, que havia adquirido experiência em confrontos internacionais com o passar dos anos, estava plenamente capacitado, em termos emocionais, para o enfrentamento de um torneio da magnitude da Copa da FIFA. No entendimento dos responsáveis pela estruturação da seleção de futebol, o título na Suécia fora o verdadeiro rito de passagem do futebol brasileiro, o teste definitivo do condicionamento dos nossos jogadores ao padrão internacional de competitividade. Esse pressuposto, no entanto, não representava o abandono das linhas organizacionais que haviam sido coroadas no torneio de 1958. Planejamento, disciplina, organização e condicionamento físico e emocional continuavam a ser os pilares a partir dos quais a comissão técnica alicerçava a montagem da equipe. Dessa vez o desafio era muito distinto do enfrentado quatro anos antes. O Brasil precisava ratificar a sua condição de maior equipe do planeta, confirmando a condição de favorito ao título. Para tanto, novas diretrizes de preparação precisavam ser traçadas.

No dia 20 de março de 1962, a exatos 42 dias da estréia na Copa, os convocados apresentaram-se para dar início aos preparativos que antecederam a competição. Dessa vez, a CBD se limitou a agendar seis partidas antes do início do torneio. Contra o Paraguai, o time realizou dois jogos válidos pela Taça Osvaldo Cruz, vencendo ambos por folgada margem de gols (6 x 0 e 4 x 0). No início de maio, foram realizados dois amistosos contra a seleção portuguesa e dois contra o País de Gales. Aymoré Moreira, apesar de contar com a base do time que conquistara a Jules Rimet, utilizou essas partidas para mesclar novos atletas ao conjunto. Dessa forma, após os treinamentos realizados nas cidades serranas de Campos do Jordão, Serra Negra e Nova Friburgo, o Brasil embarcava para o Chile na condição de favorito, mas sem ter o time completamente definido.

A comissão técnica reunida para o Mundial anterior foi recomposta. Vicente Feola, impossibilitado de permanecer na condição de treinador, foi incorporado à delegação como assessor especial do supervisor, Carlos de Oliveira Nascimento. O time foi submetido a forte carga de exercícios, orientada por Paulo Amaral, sob a constante avaliação do médico Hilton Gosling. Tendo podido observar e convocar um número considerável de jogadores jovens, Aymoré Moreira optou por repetir na estréia do Brasil quase que o mesmo time que decidira o título quatro anos antes. A única exceção era o zagueiro Orlando, que atuava no futebol argentino, e fora substituído pelo vigoroso atleta banguense Zózimo. A aposta na experiência mostrou-se a mais correta, e o time venceu os mexicanos por 2 a 0 sem precisar se esforçar.

A tranquilidade que o selecionado encontrou na partida inicial não se repetiria no segundo confronto da tabela do campeonato. Contra o futebol compacto do time da Tchecoslováquia, organizado em torno do talento do meio-campista Josef Masopust, a equipe brasileira não passaria de um empate sem gols. Com esse resultado, tornava-se obrigatória para o time a conquista de uma vitória sobre a temida seleção espanhola, reforçada pelos talentos naturalizados de Puskas e Di Stefano (que, machucado, não entrou em campo contra o Brasil). Para tornar o quadro ainda mais preocupante, Aymoré Moreira não poderia mais contar com Pelé na competição. No lugar do atleta do Santos, que sofrera distensão muscular na região da virilha, foi escalado o jovem Amarildo. Contando com uma atuação soberba de Garrincha, o selecionado voltou a apresentar o seu grande potencial ofensivo e eliminou a “fúria” pelo placar de 2 a 1. A

categórica vitória confirmava os prognósticos acerca da condição técnica excepcional dos brasileiros. Sem dificuldades, o time superou em seqüência os ingleses e a seleção anfitriã e, em novo embate com os tchecos, decidiu o título. Nessa segunda partida, as dificuldades encontradas no jogo da fase inicial foram facilmente superadas. Mesmo com um início tenso, que permitiu a abertura do marcador pelos adversários, o time canarinho conseguiu dominar a dinâmica da partida e marchar para a consagrada vitória por 3 a 1.

A condição de favoritos não havia desequilibrado os atletas, agora legítimos bicampeões mundiais. A epopéia sueca não fora um acaso. A repetição da conquista indicava, sem espaço para questionamentos, que a posição assumida pelo futebol brasileiro no cenário internacional era resultado de um trabalho sistemático de preparação aliado ao talento dos “lúdicos mulatos”. A parcela de responsabilidade da direção da CBD era reconhecida por analistas e cronistas esportivos, tais como Armando Nogueira, que saudou a comissão técnica do selecionado como sendo um grupo “formado por homens que procuram acertar, que sabem ser discretos e humildes”. A fórmula da mistura encontrada na preparação da seleção também atraía Nelson Rodrigues, que compreendia que, sem as bases táticas e organizativas, o talento redundaria em um poético fracasso. Somente a conjunção talento-estrutura explicava o fenômeno:

Amigos, ninguém pode imaginar a frustração dos times europeus. Eles trouxeram, para 62, a enorme experiência de 58. Jogaram contra o Brasil na Suécia, trataram de desmontar o nosso futebol, peça por peça. Toda a nossa técnica e toda a nossa tática foram estudadas, com sombrio *élan*. (...) Após quatro anos de meditação sobre o nosso futebol, o europeu desembarca no Chile. Vinha certo, certo, da vitória. Havia, porém, em todos os seus cálculos, um equívoco pequeno e fatal. O forte do Brasil não é tanto o futebol, mas o homem. Jogado por outro homem, o mesmíssimo futebol seria o desastre.<sup>1</sup>

## **Problemas financeiros**

---

<sup>1</sup> RODRIGUES, Nelson. *A pátria em chuteiras*. São Paulo, Cia das Letras, 1994.p.80.

Para a CBD, a vitória na Copa do Mundo de 1962 não teve o efeito transformador que a conquista na Suécia tivera. Embora o bicampeonato mundial viesse consolidar um modelo de gestão e valorizar ainda mais a marca da seleção brasileira de futebol, a Confederação experimentava, no início dos anos 1960, uma grande crise fiscal que afetaria a sua capacidade de realizar investimentos. Se a vitória na Suécia dera fôlego, inclusive financeiro, para uma administração que se iniciava com uma agenda corajosa, a confirmação do título no Chile chegou em um momento no qual a diretoria se via às voltas com a necessidade de encontrar novas maneiras de garantir a sustentação econômica da entidade.

A complexa situação enfrentada pela administração da CBD tinha suas raízes no quadro de desequilíbrio fiscal do Estado brasileiro. A herança do nacional-desenvolvimentismo, que atravessou o governo Jânio Quadros e se prolongava pelo governo João Goulart, estabelecera um padrão de atuação governamental de completo descompromisso com o equilíbrio das variáveis macroeconômicas. Em consequência, a economia brasileira convivia com uma inflação crescente e um brutal processo de endividamento. Os custos envolvidos no fomento esportivo acompanhavam a pressão inflacionária e a desvalorização cambial. A cada dia tornavam-se mais caros os programas de investimento da CBD e mais escassos os recursos públicos.

João Havelange era bastante conhecido por sua capacidade de buscar novos caminhos para financiar suas iniciativas. Desde o início de sua administração, não deixara de cogitar a obtenção de empréstimos bancários e de realizar operações financeiras que dessem alguma margem de ação à instituição. Mas em 1962, mesmo após a conquista do bicampeonato no Chile, o balanço orçamentário da CBD apresentou indícios preocupantes. Contrariando a previsão de que, tal como ocorrera na Copa anterior, os subsídios governamentais, as premiações formais e a renda dos jogos preparatórios do selecionado permitiriam um saldo positivo, no ano do bicampeonato as contas da CBD apresentaram um superávit insignificante. Diante desse demonstrativo, o presidente da Confederação começou a pesquisar novas fontes de recursos para a entidade, a fim de enfrentar a insegurança advinda da crise econômica brasileira.

Com o apoio da assembléia geral da CBD, Havelange resolveu investir parte dos recursos em aplicações imobiliárias. Na época, o valor dos imóveis encontrava-se em

crecente elevação, e o investimento no setor era considerado altamente rentável. Dessa forma, para assegurar que os recursos da Confederação não fossem reduzidos ainda mais pelas variações cambiais e pela decomposição do valor da moeda, foi realizada uma operação que resultaria na aquisição de quatro pavimentos de um edifício em construção na avenida Rio Branco, no centro do Rio de Janeiro. A princípio, a intenção da diretoria era transformar esse conjunto na nova sede da CBD, porém, não era descartada a possibilidade de esse patrimônio vir a servir como moeda de troca em transações financeiras futuras.

Independentemente dos problemas financeiros que a CBD vinha enfrentando, o projeto institucional de Havelange consistia na manutenção das atividades desportivas regulares, para que os torneios e campeonatos, tanto de futebol como de modalidades amadoras, não sofressem descontinuidade. A grande aposta, tanto em termos de mobilização de público como de representação internacional do futebol brasileiro, continuava sendo a da Taça Brasil. O campeonato, realizado com os times campeões estaduais, credenciava o vencedor a disputar o ainda experimental Taça das Américas, o campeonato sul-americano de times campeões. Algumas das mais memoráveis jornadas do futebol nacional nesse período se desenrolaram no âmbito da Taça Brasil, que anualmente congregava grandes audiências nos estádios. Em sua segunda edição, em 1961, o Palmeiras sagrou-se campeão. O Santos Futebol Clube e o Botafogo de Futebol e Regatas, equipes que contavam em seu plantel com a base da seleção bicampeã mundial, passaram a disputar a nascente hegemonia nacional nesses torneios anuais. Em 1962, coroando o ataque que contribuíra para a vitória no Mundial, o Botafogo de Didi, Zagalo, Amarildo e Garrincha ergueu o troféu da terceira edição do torneio. A partir de 1963, no entanto, a equipe paulista passaria a acumular vitórias no torneio, sendo conduzida a dois títulos continentais e dois mundiais interclubes.

Além do torneio nacional de clubes, a CBD organizava duas competições tradicionais: o Campeonato Brasileiro de seleções e o torneio de juvenis. O campeonato de seleções amadoras, que passara a se chamar Taça João Havelange, servia ao propósito de manter atletas não-profissionais em constante observação, visando à constituição de equipes para os compromissos nos Jogos Olímpicos e outras competições de menor vulto. Também era uma alternativa ao esvaziado Campeonato Brasileiro de seleções, que perdia gradualmente público.

Em meados da década de 1960, a CBD havia conseguido, por intermédio dos torneios nacionais que organizava, estabelecer maior integração entre as diferentes federações estaduais de futebol. Ao promover clubes e agremiações que se situavam fora do eixo hegemônico do esporte, localizado nas regiões Sul e Sudeste, Havelange conseguiu incorporar novas áreas ao desenvolvimento do futebol e ampliar sua capilaridade em todo o território brasileiro. Com a utilização de algumas linhas especiais de financiamento público, pôde também incentivar a construção de novos estádios nos grandes centros urbanos regionais. Com isso, muitas cidades puderam ser integradas nessa grande rede nacional de intercâmbio dos times de futebol, e criaram-se condições para o desenvolvimento das equipes locais e para a visita das equipes de expressão nacional. Politicamente, essa medida se mostrou muito eficaz no estabelecimento de uma base constante de apoios e votos para o presidente, condição essencial para a manutenção de sua hegemonia no cenário da política desportiva brasileira.

A perspectiva de um cenário catastrófico para o caixa da CBD levou a direção da entidade à decisão de tentar arrecadar recursos com amistosos da seleção de futebol durante o ano de 1963. Aproveitando-se da disponibilidade dos times em liberar os jogadores para as partidas da Copa Roca, que seria disputada no mês de abril, a CBD decidiu prolongar a reunião da equipe e agendar uma excursão à Europa, África e Oriente Médio. Isso impediu a seleção principal de disputar o Campeonato Sul-Americano de 1963, realizado no Paraguai. Mais uma vez, a CBD lançou mão da solução de enviar uma seleção regional para representar o país numa competição internacional. O técnico Aymoré Moreira montou seu time com base na seleção mineira, vencedora do decadente Campeonato Brasileiro de seleções, e o resultado foi indigno de um bicampeão mundial. Derrotas para Argentina, Paraguai e Bolívia deram margem a muitas críticas, inclusive da imprensa internacional, que aguardava o desempenho de qualquer selecionado brasileiro como uma demonstração de força da equipe detentora dos dois últimos torneios mundiais da FIFA. Essas manifestações ainda iriam ecoar entre dirigentes e jogadores quando, no primeiro jogo da Copa Roca, nova derrota, dessa vez para a Argentina, lançou dúvidas quanto à forma correta de se proceder à preparação do selecionado. Afinal, em 16 de abril de 1963, um público de mais de 130 mil pessoas assistiu no Maracanã a uma exibição de garra e talento do selecionado

nacional. Com a base do time que fora à última edição da Copa do Mundo, o Brasil superou seu rival continental no tempo regulamentar e prorrogação, conquistando mais um troféu dessa competição internacional.

A confiança no talento dos bicampeões não se manteve por muito tempo. A longa excursão programada para os meses de abril e maio foi impiedosa. A seleção brasileira sofreu derrotas para Portugal (0 x 1), Bélgica (1 x 5), Holanda (0 x 1) e Itália (0 x 3). Na verdade, no curto intervalo de 29 dias, o selecionado visitou nove países e jogou igual número de partidas. Apesar da rotina estafante, a viagem contribuiu para o superávit de 118 milhões de cruzeiros naquele ano. No retorno, a CBD decidiu não realizar excursões no ano seguinte, para concentrar-se no torneio classificatório para as Olimpíadas de Tóquio e na Taça das Nações, torneio quadrangular que comemoraria o cinquentenário de fundação da CBD (remontando-se à antiga FBE). A seleção brasileira de amadores classificou-se com tranquilidade para o torneio de futebol dos Jogos Olímpicos. Nessa competição, retornou à direção de um selecionado oficial o técnico da conquista na Suécia, Vicente Feola. Apresentando melhores condições de saúde, o treinador não conseguiu, porém, levar a equipe à ambicionada medalha de ouro olímpica, que ficou com o time da Tchecoslováquia. A instabilidade financeira da CBD forçou a contração da equipe brasileira nas Olimpíadas, que contou com 67 atletas (13 a menos que na edição anterior). Essa política restritiva limitou a participação em algumas modalidades, como, por exemplo, o atletismo, que foi representado por apenas dois atletas. Destes destacou-se a saltadora Aida dos Santos, que, mesmo sem o acompanhamento de um treinador, obteve a quarta colocação na prova de salto em altura.

Os 50 anos de fundação da entidade organizativa dos desportos brasileiros foram comemorados em grande estilo no mês de junho de 1964. Embora o projeto inicial de Havelange, de realizar um torneio com a presença de sete seleções internacionais (incluindo os países que haviam conquistado a Jules Rimet), tenha sido prejudicado pela crise fiscal da entidade, a Taça das Nações foi um grande sucesso de público e atraiu a atenção internacional para o jubileu da entidade brasileira. Além da presença de representantes das federações de futebol de diferentes países, os festejos foram honrados com a vinda de Sir Stanley Rous, presidente da FIFA, ao Brasil. Compareceram, para a

disputa da Taça das Nações, os selecionados de Portugal, Inglaterra e Argentina, que iriam enfrentar os anfitriões diante de uma entusiasmada torcida.

Aymoré Moreira convocou para o torneio um time bastante renovado em relação ao que havia vencido o campeonato mundial dois anos antes. Aproveitando-se do bom entrosamento dos jogadores das equipes profissionais com melhor retrospecto nos últimos anos (Botafogo, Santos e Palmeiras), o técnico procurou compensar o pouco espaço de tempo previsto para treinamentos. Na estréia, a seleção brasileira correspondeu às expectativas da torcida que lotava o Maracanã e aplicou uma imponente goleada sobre os ingleses, comandados pelo respeitado treinador Alfred Ramsey. À euforia seguiu-se a mais completa decepção. Sem apresentar capacidade de desfilar seu estilo fluido de jogo, os brasileiros foram inteiramente dominados pelos argentinos, que sepultaram as pretensões de uma festa completa nas comemorações da CBD com o placar de 3 a 0. Na última rodada, os brasileiros venceram os portugueses (4 x 1) e se limitaram a assistir a festa dos campeões argentinos. Idealizado como o mais perfeito palco para o desfile da seleção que havia conquistado a hegemonia mundial, o torneio serviu, na realidade, como alerta para os equívocos que vinham sendo cometidos na preparação do selecionado. O envelhecimento do elenco bicampeão, aliado a uma agenda sobrecarregada e descontínua, impedia a condução de um programa adequado de renovação da equipe.

Mil novecentos e sessenta e quatro foi também o ano em que o país passou a viver uma nova realidade política: em 31 de março, teve início o regime militar, que se estenderia pelos 20 anos seguintes.

### **Derrota na Inglaterra e militares no futebol**

As críticas dirigidas ao elenco e a proximidade de uma nova edição da Copa do Mundo levaram a CBD a refletir seriamente sobre o modelo ideal de preparação da equipe. Estava em jogo, muito mais que um novo título mundial, a oportunidade ímpar de se conquistar definitivamente a taça da FIFA. Conforme previa o regulamento da federação internacional, conquistaria a posse definitiva do troféu a equipe que vencesse a Copa em três edições consecutivas ou cinco vitórias alternadas. A rara oportunidade, desperdiçada anteriormente pelos italianos, levou a direção da CBD a formular um

plano de trabalho que buscava adequar as condições ideais de preparação às dificuldades financeiras então enfrentadas. No entanto, a repetição do modelo vitorioso nas duas últimas edições do torneio se mostraria inviável. Paulo Machado de Carvalho, o “marechal da vitória”, se afastara gradualmente da direção da CBD por conta de pequenos desentendimentos acumulados ao longo de anos. Como não contava em seu elenco de diretores e colaboradores com elementos que reunissem as habilidades de Carvalho, e possivelmente por querer manter o máximo controle sobre o processo que seria posto em curso, João Havelange decidiu exercer a função de chefe da delegação. Dessa maneira, o presidente também passava a ser o principal responsável pela programação da seleção brasileira, indicando o grau de importância que o novo título teria para a política institucional da confederação. Sensíveis alterações também seriam feitas em outros níveis hierárquicos da comissão técnica. Paulo Amaral não desejava mais exercer a função de preparador físico e foi promovido a auxiliar técnico do treinador, Vicente Feola. Em seu lugar, passou a orientar os exercícios de condicionamento da equipe o judoca Rudolph Hermany.

As alterações no modelo de planejamento e administração da seleção brasileira não se limitaram à mudança de figuras-chave das campanhas anteriores. A preparação da equipe para o mundial passou também a levar em conta os interesses políticos que envolviam o grande símbolo da nacionalidade. Se as comissões técnicas de 1958 e 1962 podiam ter pecado pelo excessivo centralismo e pela rígida observância de princípios disciplinares, no treinamento para a Copa da Inglaterra muitos equívocos foram cometidos em nome de algumas flexibilizações destinadas a permitir maior visibilidade do elenco. Tais excessos podem ser percebidos desde a convocação inicial dos jogadores, quando um total de 46 foram listados para servir à seleção. Demandas regionais, fluidez de critérios e a excessiva deferência aos veteranos que tinham atuado na Suécia e no Chile forçaram a ampliação da lista, o que teve como resultados mais evidentes a indefinição do time-base e o agravamento dos desentendimentos internos. Alegando a falta de recursos, a CBD procurou praticar uma política de menores custos, aceitando os convites de prefeitos e parlamentares que desejavam ter o selecionado treinando em suas cidades e redutos. Dessa forma, administrando interesses políticos vários, a grande trupe do selecionado brasileiro percorreu um intenso circuito pelo interior do país, permanecendo temporadas em cidades como Lambari, Caxambu e

Teresópolis. Nessas localidades, os treinamentos eram acompanhados de inúmeras solenidades, jantares, recepções, discursos. Sempre havia interesse, ou popular, ou partidário, de chegar perto dos ídolos. Durante três meses os jogadores e a comissão técnica tiveram que desempenhar muitos papéis, dificultando os ensaios para o grande espetáculo que teriam que encenar na Inglaterra.

A agenda de compromissos internacionais do selecionado para 1966 previa a realização de vários amistosos preparatórios e a tradicional disputa com o selecionado chileno, válida pela Taça Bernardo O'Higgins. A opção por dar prioridade ao programa de treinamentos para o Mundial fez com que um combinado de jogadores dos clubes gaúchos Grêmio e Internacional envergasse as cores do selecionado nas duas partidas desta competição. Na série de amistosos, o primeiro jogo teve lugar no Maracanã em 14 de maio de 1966. A vitória do time-base de Feola sobre o País de Gales deu início a uma seqüência de bons resultados da seleção em preparação. Apesar da crença generalizada de que os veteranos bicampeões haviam encontrado um padrão coletivo de jogo que os impulsionaria para mais uma campanha consagrada na Copa do Mundo, muitas dúvidas ainda pairavam. A condição física de alguns jogadores tidos como donos absolutos da posição (como era o caso de Garrincha, que lutava contra seguidas contusões) evidenciava a fragilidade do condicionamento atlético da equipe em relação aos seus principais adversários. Além disso, as dúvidas de Vicente Feola na definição dos 22 jogadores que embarcariam para a Europa impediam a constituição do sentido coletivo da equipe. Para alguns setores da imprensa, essas incongruências do processo preparatório contrastavam com as experiências anteriores e indicavam o descompasso da nova seleção em relação às suas tradições de exemplar preparo para os torneios:

Estamos a um mês da Copa da Inglaterra e rola, por todo o país, a pergunta apavorante – “E o time?” – Sim, onde está o time? Que a Comissão Técnica não fez? Não importa a sua qualidade. Mas 80 milhões de brasileiros querem uma equipe básica, suscetível de retoques, mas conhecida e proclamada. E ninguém conhece esse time. Que nós não o conhecêssemos, vá lá. Afinal, somos pobres e ignaros mortais. Mas a própria Comissão Técnica participa da nossa ignorância e da nossa perplexidade. A equipe, que toda a nação deseja, ela não a tem. E o pior é

que o relógio não pára. Nem o relógio, nem a folhinha. Começou uma luta corpo a corpo entre o escrete e o tempo. Cada minuto perdido é irrecuperável. (...) O presidente da CBD e chefe da delegação sabe tanto quanto qualquer outro brasileiro, vivo ou morto. Dirá alguém que a Comissão demora para não errar. Pois que erre. A simples demora é, em si mesma, um erro maior.<sup>2</sup>

Após dois amistosos no continente europeu, um empate com a Escócia (1 x 1) e uma vitória sobre os suecos (3 x 2), o técnico Feola definiu o time para a estréia brasileira na Copa do Mundo. Da equipe que havia entrado em campo na histórica partida no estádio Rasunda, oito anos antes, cinco jogadores permaneciam no elenco para o jogo contra a Bulgária. Destes, dois não apresentavam condições mínimas de jogo por suas condições atléticas: Bellini e Garrincha. A mística dos bicampeões e a dificuldade de convencer as figuras-chave da comissão técnica da necessidade de uma séria renovação puseram em campo um time que oscilava entre o envelhecimento e a total falta de conjunto. Dois gols de falta, vitória conquistada a alto custo. A força física dos jogadores europeus, que já havia inquietado Aymoré Moreira na longa excursão realizada em 1963, impunha um novo modelo de marcação. Pelé e Garrincha, marcados com extrema deslealdade, deixaram o gramado do Goodison Park contundidos. Na partida contra a Hungria, Garrincha, ao contrário de Pelé, retornaria ao time. Feola, evidenciando a indefinição geral, determinou a entrada de jogadores mais jovens na equipe (Gerson, Tostão). O resultado de todo esse ambiente de improvisação foi implacavelmente decretado pela equipe da Hungria. Em um jogo muito aguerrido, extremamente veloz e disputado, os brasileiros perderam pela contagem de 3 a 1. Mais que o mau condicionamento físico, ficava clara a dificuldade da equipe brasileira em superar novos sistemas táticos de marcação.

Com a derrota, a seleção brasileira precisava vencer seu último compromisso para permanecer na disputa pelo inédito tricampeonato. No terceiro jogo dessa primeira fase do torneio, enfrentaria os portugueses, grande atração da Copa até então. Dirigido pelo brasileiro Oto Glória, o time mesclava a força física à habilidade de um extraordinário articulador do ataque: Eusébio, proclamado o novo Rei do Futebol.

---

<sup>2</sup> RODRIGUES, Nelson. *A sombra das chuteiras imortais*. São Paulo, Cia das Letras, 1994.p.124.

Impossibilitada de contar com Garrincha, a comissão técnica apressou o retorno de Pelé. Extremamente visado pela marcação do zagueiro português Vicente, o artilheiro do Santos foi novamente posto fora de combate. Sem conseguir se livrar do sistema defensivo português, o time brasileiro foi inteiramente dominado e submetido a um ataque altamente eficiente.

A eliminação precoce foi decretada pela equipe de Portugal, mas parecia já se esboçar no confuso processo de preparação para o torneio. Contrariando a tradição de montar comissões técnicas capazes de impor um programa detalhado e racional, a administração Havelange havia incorrido em uma série de equívocos ao longo da fase de organização da equipe brasileira para o Mundial. Por um lado, a atenção a demandas políticas e demagógicas forçara o time a abrir espaço para um número excessivo de jogadores e a se transformar em atração de eventos não-esportivos. Por outro, o que parecia ser mais grave, os responsáveis pelo condicionamento técnico e tático da equipe pareceram confiar demasiadamente em uma natural supremacia dos bicampeões, sem demonstrar preocupação no acompanhamento do que estava ocorrendo no cenário mundial do futebol. Se, antes da Copa de 1958, a CBD havia mandado observadores acompanhar as partidas das principais seleções europeias com bastante antecedência, no torneio de 1966, tanto jogadores como a comissão técnica pareciam atônitos com o desempenho dos adversários. A chance da conquista definitiva do troféu da FIFA fora perdida e, mais que isso, perdera-se o padrão de excelência da seleção. No relatório oficial da entidade referente ao ano do fracasso na Inglaterra, no entanto, o compromisso com o tri se colocava como prioridade da presidência da CBD:

Apesar de todos os esforços desta entidade e dedicação daqueles que a dirigem ou que tiveram o seu encargo neste setor, impossível foi para nós completar como era de nosso desejo a seqüência de triunfos ou de glórias que representaria para nós a conquista do tricampeonato mundial, ou seja, a posse definitiva da Taça Jules Rimet. (...) Apesar dessa adversidade, tão logo regressamos dessa obrigação competitiva, iniciamos de imediato um novo trabalho visando a Copa de 1970.<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> *apud* Relatório de 1966 da Confederação Brasileira de Desportes.

No retorno ao país, Havelange teria outros problemas com os quais se preocupar. O orçamento da CBD apresentava novamente sinais de desequilíbrio. O ingresso de recursos advindos de uma nova modalidade de Loteria Federal – a Lotocopa – não alcançou os valores projetados por seus idealizadores. Por outro lado, por conta da aplicação das verbas transferidas por essa loteria, forçou-se o aumento de investimentos em esportes olímpicos, resultando daí o curioso balanço segundo o qual, no ano de realização da Copa do Mundo, o total de despesas com o futebol foi apenas o dobro do investido no setor amador. Como havia decidido aplicar parte dos recursos da CBD na compra de quatro andares de um edifício em construção na avenida Rio Branco, Havelange foi autorizado pelos demais membros da direção a negociar esse imóvel a fim de capitalizar o caixa da Confederação. Ciente de que existia interesse de entidades governamentais na aquisição dos pavimentos, o presidente conseguiu uma boa valorização dos recursos aplicados, e retornou ao caixa a quantia de 170 milhões de cruzeiros, suficiente para reduzir o déficit. Mas o projeto de aquisição de uma nova sede não seria abandonado. Em 1966, com nova operação de financiamento, a direção da CBD comprou um pequeno edifício na rua da Alfândega e iniciou a transferência da sede para o novo imóvel. A transação, que foi criticada por muitos dada a precária situação financeira da entidade, foi facilitada pelo acordo feito com a direção do Banco do Estado da Guanabara, interessada em instalar uma agência no pavimento térreo do imóvel, o que resultou na redução dos encargos com a compra.

A CBD também passou a se empenhar na ampliação dos torneios interestaduais de clubes. Devido ao grande sucesso da Taça Brasil, que contava com os campeões estaduais, foi idealizado o torneio Roberto Gomes Pedrosa, que previa a participação de mais equipes além das detentoras dos títulos locais. Esse novo campeonato envolvia os clubes que disputavam o torneio Rio-São Paulo, e também equipes convidadas dos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná. Em sua primeira edição, realizada em 1967, o vencedor foi o Palmeiras, que superou o Internacional, de Porto Alegre, na partida final. Devido ao sucesso do torneio, no ano seguinte a CBD passou a dedicar maior atenção à sua organização e instituiu a “Taça de Prata” como premiação ao campeão. O time do Santos, grande destaque nacional ao longo da década, completou seu título paulista com uma conquista categórica no “Robertão”: 12 vitórias em 19 jogos disputados. Em 1969, o Palmeiras tornou a vencer o torneio, consolidando um modelo

de competição que passou a atrair cada vez mais participantes e a significar uma importante fonte de receita para a CBD. A ampliação do modelo de disputa levou os clubes do Nordeste a participar da Taça de Prata de 1970. Nesse ano, o Fluminense sagrou-se campeão daquela que seria a última edição do Roberto Gomes Pedrosa e foi indicado pela CBD para disputar a Libertadores da América (novo nome da Taça das Américas) na condição de campeão brasileiro.

Embora mantivesse seus investimentos nos esportes amadores e se empenhasse para que as disputas nacionais de futebol ganhassem maior relevância, a prioridade da direção da CBD, nos anos que se seguiram à derrota na Inglaterra, foi a estruturação do selecionado de futebol. Era consenso geral que a comissão técnica reunida para a Copa de 1966 não conseguira manter o mesmo nível de excelência que caracterizara o desempenho da seleção nos mundiais disputados na Suécia e no Chile. No entanto, ao abordar a questão da estruturação do selecionado nacional, a CBD viu-se diante de um novo conjunto de problemas. Desde o momento em que chegou ao país de volta da Inglaterra, João Havelange e alguns membros da comissão técnica passaram a ser acompanhados por agentes do Serviço Nacional de Informações, o temido SNI criado pelos militares. A grande pressão de setores do Legislativo para a instalação de um Inquérito Parlamentar que investigasse as razões do pífio desempenho no Mundial e o empenho de autoridades do regime militar em exigir retratação pública por parte de jogadores e dirigentes ilustrava o ambiente político da época. Em um regime discricionário, em processo de gradativo endurecimento, o denunciamento, a devassa e a busca obsessiva de “culpados” eram ferramentas retóricas de ação política. Além disso, a noção crescente entre os agentes do SNI era a de que o futebol, por seu potencial de mobilização das massas, deveria ser mantido sob estreita e severa observação. Nesse quadro, assumia importância ainda maior a gestão da seleção, mais uma vez compreendida como símbolo da representação nacional. Como todo símbolo, ela poderia ter os mais distintos usos, interpretações e manipulações.

As pressões políticas e o vivo interesse da CBD em reverter a imagem negativa da Copa anterior fizeram com que Havelange criasse, na estrutura da entidade, a Comissão Seleccionadora Nacional (Cosena). Competia a essa comissão escolher o treinador e os membros da comissão técnica, bem como avaliar a lista de jogadores convocados para servir ao selecionado. Nesse órgão colegiado, dirigentes de federações,

em sua maioria *doublés* de lideranças políticas ou representantes das forças militares, passaram a exercer uma pressão constante e desagregadora sobre o selecionado. Um dos primeiros sinais da interferência desses “conselheiros” na montagem da equipe nacional foi o retorno de Aymoré Moreira para o comando da seleção. Ao velho treinador seria delegada a tarefa de buscar novos talentos entre os jogadores que atuavam no Brasil. Seus primeiros resultados mostraram-se decepcionantes. Na disputa da Copa Rio Branco, em 1967, a equipe brasileira empatou três jogos seguidos com os uruguaios. A comissão optou por não expor o treinador e os jogadores ao longo do ano, limitando-se a cumprir uma partida amistosa contra o Chile, em Santiago. Dentro do cauteloso espírito que parecia orientar as ações da Cosena naquele primeiro momento de preparação, a seleção principal não foi convocada para a viagem ao Chile. Preferiu-se recorrer ao modelo dos selecionados regionais. Um combinado de jogadores cariocas venceria os anfitriões em partida realizada no dia 19 de setembro de 1967, marcando a estréia de Mario Jorge Lobo Zagallo na posição de técnico da seleção brasileira de futebol.

Para o ano de 1968, a CBD agendou para a seleção o número superlativo de 21 amistosos preparatórios. Aymoré Moreira teve condições de testar diversas escalações e de buscar o melhor padrão tático para a equipe. A longa programação teve início com duas partidas, disputadas no Brasil, contra a equipe uruguaia. As duas vitórias (2 x 0 e 4 x 0) definiram os jogadores que participariam da excursão, entre os meses de junho e julho, pela Europa, África, América Central e do Sul. A turnê do time canarinho no continente europeu começou com uma derrota (1 x 2) para os vice-campeões mundiais, a seleção da Alemanha Ocidental. Nas outras partidas, vitórias pouco convincentes sobre Polônia e Iugoslávia (6 x 3 e 2 x 0) e uma derrota para o time tcheco (3 x 2). Atendendo a pedido da Federação Portuguesa de Futebol, o selecionado realizou um amistoso contra os portugueses na colônia de Moçambique. Nessa partida, vencida pelos brasileiros por 2 a 0, a equipe que conquistara a terceira colocação no Mundial não contou com a presença de Eusébio, sua aclamada estrela. Da África, o time brasileiro seguiu para o México, onde jogou duas partidas contra a equipe anfitriã da próxima Copa. Após vencer a primeira por 2 a 0, o time se deparou com uma das mais inesperadas derrotas de sua trajetória. Os mexicanos, sem muita dificuldade, impuseram 2 a 1 na equipe que se julgava em condições de brilhar no próximo torneio da FIFA. Do

México, o time seguiu para o Peru, onde apresentou um futebol melhor e conquistou duas vitórias por ampla margem de gols (4 x 3 e 4 x 0).

No retorno ao Brasil, o time venceu o Paraguai, em partida válida pela primeira fase da Taça Osvaldo Cruz (4 x 0), conquistando o troféu mesmo após derrota de 1 a 0 em Assunção. Duas vitórias consecutivas sobre a seleção argentina (4 x 1 e 3 x 2) pareciam indicar a estabilização da equipe e motivavam os dirigentes para aquele que era visto como o grande evento futebolístico do ano: o amistoso contra a seleção do mundo, coordenada pela FIFA. Antes disso, o Brasil realizaria ainda dois amistosos contra o México. O clima de tranquilidade era tamanho que mesmo os jogadores declaravam à imprensa a expectativa de uma vitória por dilatado placar. No Maracanã, que apresentava lotação média naquele 31 de outubro de 1968, a seleção brasileira passou por um dos maiores constrangimentos de sua história. Nova vitória mexicana por 2 a 1 parecia decretar a falência do modelo colegiado de gestão da seleção brasileira de futebol. O time de Aymoré Moreira ainda conseguiria vencer os mexicanos no estádio do Mineirão (2 x 1) e o time de estrelas internacionais no amistoso realizado no dia 6 de novembro (2 x 1). No entanto, para as partidas amistosas agendadas até o final do ano, a manutenção do treinador foi se mostrando fora dos planos da CBD. No dia 19 de dezembro de 1968, a seleção realizou seu último amistoso da extensa agenda prevista. Aymoré Moreira já não era mais o técnico da equipe. Coube a Yustrich a direção de um combinado mineiro que superou os iugoslavos pelo placar de 3 a 2.

O balanço da frustrante experiência da Cosena levou João Havelange a manobrar politicamente para que se chegasse a uma nova centralização das instâncias decisórias na gestão do selecionado nacional. Mesmo diante da posição contrária de integrantes do regime militar, o presidente da CBD dissolveu a Cosena e, no dia 4 de fevereiro de 1969, anunciou João Saldanha como o novo treinador da equipe.

### **Rumo ao tricampeonato em 1970**

A escolha de João Saldanha representou uma ousada manobra de João Havelange. Polêmico, sem muita experiência como treinador, Saldanha conquistara popularidade devido aos seus irreverentes comentários esportivos em rádios do Rio de Janeiro. Mas seu nome representava um grande incômodo para as lideranças militares

devido à sua explícita simpatia pelos movimentos de esquerda e a um flerte com as fileiras do Partido Comunista. Antes mesmo da estréia, em partida contra o Peru no dia 7 de abril, Saldanha já havia mostrado a sua intenção em promover uma ruptura com o passado recente da seleção. Convocando novos jogadores, a que apelidou de “feras”, e marcando uma posição de extrema autonomia, o novo técnico conseguiu atrair a atenção dos torcedores, que passaram a manifestar maior confiança nos rumos do selecionado. Nas nove partidas em que atuou como treinador da seleção em seu ano de estréia, João Saldanha saiu-se vencedor em todos os encontros. Na última partida, disputada em um pouco auspicioso 31 de agosto, o selecionado confirmou sua presença na Copa do Mundo do México ao derrotar o Paraguai por 1 a 0. O público recordista (183 mil pagantes) que lotava o Maracanã aplaudiu o espetáculo e foi poupado de ver a ríspida discussão mantida entre o técnico e o general Elói Menezes, membro do CND, que queria aproveitar a celebração para pedir apoio popular ao presidente Costa e Silva, que havia sofrido um acidente vascular cerebral.

João Saldanha iniciou o ano da Copa sob fogo cerrado. A crescente oposição do regime, que agia para associar a imagem dos governantes militares a um possível triunfo no México, o deixava em posição instável. João Havelange procurava blindar o técnico com a argumentação da excelência profissional, medida pelos resultados em campo e pelo apoio da população. O treinador, no entanto, era um homem idiossincrático. Se, por um lado, resistia à pressão governamental para a convocação de alguns jogadores, por outro, mantinha uma constante perseguição a alguns medalhões da equipe, como, por exemplo, Pelé, que ameaçava de corte por conta de um suposto problema de visão. Quando o selecionado começou a apresentar um desempenho menos entusiasmante, após derrota para a Argentina no estádio Beira-Rio, a situação de Saldanha começou a se deteriorar. Após uma derrota do selecionado para o time do Atlético Mineiro (1 x 2) e um empate com o Bangu (1 x 1), o destino do técnico foi selado. A direção da CBD já não reunia argumentos que pudessem ser contrapostos à oposição da crítica “patenteada”.

No dia 18 de março de 1970, foi anunciada a dissolução da comissão técnica da seleção. Iniciava-se o projeto de montagem de um esquema militar de preparação e acompanhamento das atividades da equipe que partiria para a disputa de mais um título mundial. Para a chefia da delegação foi designado o major-brigadeiro Jerônimo Bastos,

que tinha vínculos com a chefia do SNI. Em sua assessoria direta foi empossado o major Ipiranga Guarany, cuja principal tarefa era a montagem de um forte esquema de segurança que passaria a envolver a seleção. A preparação física dos jogadores foi entregue aos cuidados de oficiais formados pela Escola de Educação Física do Exército, com destaque para Raul Carlesso e Cláudio Coutinho, que traçaram um programa calcado em técnicas atualizadas e estruturadas a partir de estudos médicos e fisiológicos. Para se chegar ao nome do técnico ainda seriam gastos alguns dias em deliberações. Finalmente, um nome que agradava tanto a CBD quanto aos interventores militares foi anunciado: o jogador bicampeão mundial Mario Zagallo. Embora, para muitos analistas, o trabalho de Zagallo tenha se resumido a uma mera continuidade do modelo construído por Saldanha, o novo técnico fez alterações sensíveis na formação de seu time-base. A modificação do esquema tático, o aproveitamento de Pelé e a efetivação de Clodoaldo no meio-campo, com a adaptação de Piazza na zaga, evidenciam a autonomia de Zagallo na definição da equipe que iria ao México.

A preparação física do selecionado brasileiro visando o Mundial foi considerada, em relatório apresentado pela comissão médica da Unesco, um exemplo de condicionamento físico. Diante do desafio de disputar um campeonato na altitude mexicana, os preparadores aplicaram aos jogadores, por um período de quase três meses, um longo programa de preparo físico. Um mês antes da estréia, o time já se encontrava no país-sede, buscando ajustar os sistemas respiratório e circulatório dos atletas aos desafios do ar rarefeito. A vantagem física, aliada à técnica excepcional dos jogadores, mostraria mais uma vez que a antiga receita de Havelange de criteriosa programação e forte preparação física da equipe ainda se mostrava eficaz.

Na estréia na Copa do Mundo, o Brasil enfrentou a Tchecoslováquia. O desempenho do time em campo marcou o padrão que caracterizaria a trajetória do selecionado no México: um time extremamente ofensivo, altamente criativo e que se valia do condicionamento físico para se sobressair no segundo tempo das partidas. No primeiro jogo, após seguir para os vestiários no intervalo com um empate de 1 a 1, a seleção retornou inclemente e abriu a vantagem de 4 a 1 que selou o placar. No jogo seguinte, contra os então campeões mundiais, a contagem final (1 x 0) não refletiu a supremacia brasileira. Ao final da partida, o capitão inglês Bobby Moore, marcador incansável de Pelé durante os 90 minutos, entregou ao atleta brasileiro sua camisa, gesto

simbólico que representou o reconhecimento da superioridade brasileira e o virtual coroamento de um novo campeão.

Contra a Romênia, último adversário na primeira fase do certame, Zagallo optou pelo descanso de alguns jogadores, sem que isso implicasse na perda de qualidade da equipe. A vitória, pela contagem de 3 a 2, classificou a seleção para as quartas-de-final da Copa, onde teria o Peru por adversário. Nesse jogo, dois ex-bicampeões se enfrentariam no comando das duas equipes. Didi, meio-campista de estilo clássico dos selecionados de 1958 e 1962, dirigia então o time peruano. Seu ex-companheiro de seleção e do Botafogo, Zagallo, levou vantagem no confronto. A seleção saiu vitoriosa com mais um impressionante espetáculo, qualificando-se para as semifinais da competição. O adversário seria o time do Uruguai, que havia percorrido uma trajetória muito mais acidentada no torneio. Com apenas duas vitórias até a partida semifinal (contra Israel e União Soviética), os uruguaios passaram a estimular a tradicional rivalidade com os brasileiros evocando o “fantasma de 1950”. A imprensa brasileira imediatamente assumiu o tom da provocação e passou a pintar um adversário muito maior que a equipe que estaria em campo. Como se fosse um ciclo fatalista, o desequilíbrio emocional, a inibição e a síndrome da derrota voltavam a ser evocados. Na partida, os brasileiros precisaram superar a desvantagem inicial no placar e o peso das antigas críticas para impor a inquestionável vitória de 3 a 1 e garantir a presença na final. Contra os também bicampeões italianos, o selecionado brasileiro fez uma de suas melhores exibições e conquistou o título em um delírio popular que se iniciou no gramado do estádio Azteca e percorreu todo o território nacional, ligado por satélite às imagens da Copa. Na imprensa, a euforia da vitória, como mostra Nelson Rodrigues, novamente assumiu cores patrióticas:

Desde 66 que nossos entendidos punham nas nuvens o futebol europeu e, em especial o inglês. Os nossos adversários tinham uma esmagadora superioridade física, tática e técnica. A velocidade européia era exaltada como a musa do futebol moderno. Mas enquanto os outros só tinham virtudes, os nossos só tinham defeitos. Todavia ninguém contava com o homem brasileiro. Cada um de nós é um pouco como o Zé do Patrocínio. O “Tigre da Abolição” era suscetível às mais cavas e feias

depressões. Sua retórica sempre começava fria, gaguejante. Seus amigos, porém, iam para o meio da massa e começavam a berrar: “Negro burro, negro analfabeto, negro ordinário”... E, então, Patrocínio pegava fogo. (...) Para assumir a sua verdadeira dimensão, o escrete precisava ser mordido pelas vaias. Foi toda uma maravilhosa ressurreição. (...) No México, verificamos que as vacas premiadas, de fitinha e medalha no pescoço, éramos nós. Por fim, quando entrávamos em campo, já a bola nos reconhecia e vinha lambe-nos as botas como uma cadelinha amestrada. Pelé, maravilhosamente negro, poderia erguer o gesto, gritando: “Deus deu-me sangue de Otelo para ter ciúmes da minha pátria”. E assim, brancos ou pretos, somos 90 milhões de otelos incendiados de ciúme pela pátria.<sup>4</sup>

A catarse coletiva, contudo, foi largamente manipulada para que se transformasse em um patriotismo servil, com a vitória em campo associada a uma conquista do regime militar. Para além da confluência construída entre o melhor futebol do mundo e o país do “ame-o ou deixe-o” ficam algumas constatações evidentes. A aplicação de um modelo administrativo meticuloso, com detalhamento das etapas de preparação e um forte investimento no condicionamento físico e emocional novamente transformaram “artistas mulatos” da bola em implacáveis colecionadores de títulos. A conquista definitiva da Jules Rimet, para além das ondas políticas da época, tornou-se um marco da vida desportiva brasileira e o símbolo definitivo da feliz combinação entre o talento e a organização.

---

<sup>4</sup> RODRIGUES, Nelson. *À sombra das chuteiras imortais*. São Paulo, Cia das Letras, 1994.p.160.

## Capítulo 5

### A CBF ENTRA EM CAMPO

A Taça Jules Rimet, exaustivamente exibida pelo presidente Médici como elemento-síntese do discurso ufanista difundido pelos chefes militares, assumiu, na galeria de troféus da CBD, a estatura de símbolo dos rumos tomados pela entidade. A conquista da hegemonia no futebol mundial representava a legitimação incontestável de um modelo de gestão desportiva. Em 13 anos, a CBD havia conseguido mudar radicalmente sua imagem institucional, tanto interna quanto externamente. Devido à primazia do futebol na hierarquia das prioridades da Confederação desde a época da fundação, era essa modalidade o principal testemunho do acerto das iniciativas tomadas. De um desempenho internacional associado ao fracasso, ao desequilíbrio e à fragilidade, até a imagem vitoriosa de tricampeões mundiais, um longo percurso havia sido percorrido – um percurso cujo norte fora a constante reafirmação de valores ligados à organização e à racionalização dos processos. A avaliação positiva dos resultados alcançados se aplicava tanto à entidade quanto à figura do presidente João Havelange, que, no imaginário coletivo, era o elemento galvanizador das mudanças. Selada a conquista, novas perspectivas se apresentavam, tanto para a instituição quanto para o homem que a presidia.

#### **Planos para o futuro e estabilização financeira**

Quando a estatueta da Vitória Alada moldada em ouro e bronze foi enfim depositada em seus cofres, a CBD já estava instalada na nova sede. O edifício da rua da Alfândega, ocupado em 1967, foi batizado em homenagem ao presidente responsável por sua aquisição. Em seu interior, a direção da CBD começou a traçar planos para a concretização de um projeto em teste havia alguns anos. A idéia de um campeonato brasileiro de clubes de futebol começara a adquirir contornos a partir do envolvimento

formal da Confederação na organização do torneio Roberto Gomes Pedrosa. O certame, após quatro edições, já contava com a participação de equipes dos principais centros futebolísticos do país, incluindo a região Nordeste. Motivados pelo interesse despertado, e cientes de que a grande maioria dos estados brasileiros dispunha de estádios em condições de sediar partidas de uma competição de grande porte, os dirigentes decidiram formatar um torneio interclubes mais abrangente para o ano de 1971, substituindo o Roberto Gomes Pedrosa por um novo Campeonato Brasileiro.

Para a primeira edição do Campeonato Brasileiro interclubes, foi criada uma Divisão Extra, na qual foram incluídos os 20 principais clubes brasileiros e representadas eqüitativamente as diferentes regiões do país. Ao mesmo tempo, criou-se uma Primeira Divisão, a qual, apesar do nome, correspondia a uma série B do torneio, envolvendo outras equipes de importância regional. Os times dessa Primeira Divisão foram distribuídos em duas chaves (Norte-Nordeste e Centro-Sul), e os finalistas disputaram o título nacional da divisão. É importante notar que, apesar da nítida hierarquia entre as duas divisões, o regulamento não previa a ascensão ou o rebaixamento das equipes que obtivessem a melhor e a pior classificação. O Atlético Mineiro venceu o campeonato da Divisão Extra, enquanto a também mineira equipe do Vila Nova, da cidade de Nova Lima, se sagrou campeã da Primeira Divisão.

Na decisão da CBD de promover um torneio com reais características nacionais pesavam fatores essencialmente desportivos, mas também um forte componente político. Nunca se deve subestimar a capacidade de interferência de um regime autoritário em assuntos aparentemente distantes da esfera exclusiva de ação governativa. Se o interesse em controlar as ações sociais pode ser observado em diferentes instituições e manifestações, em uma área tão sensível quanto a gestão desportiva ele se torna muito mais perceptível e veemente. A visão de que o futebol, por sua capacidade de mobilização popular, era um eficiente instrumento de controle, manipulação e propaganda, era exaustivamente defendida pela Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência da República (AERP), que distribuía imagens do general Médici acompanhando jogos do Flamengo pelo radinho de pilha ou ensaiando embaixadinhas e controle de bola com a cabeça. Com a vitória no México, o “esporte do povo” passou a ocupar lugar central na pauta do governo, tanto pelo lado da propaganda do regime, quanto pelas possibilidades que abria de controle social e político. Nada

mais conveniente, portanto, do que a criação de um torneio nacional. De um lado, o regime poderia beneficiar-se da capilaridade da rede desportiva estabelecida pela CBD para divulgar uma imagem favorável e compensar algumas tensões existentes. De outro, o encontro de times do interior com as poderosas equipes do Sudeste poderia criar um sentimento positivo nas populações locais e assim permitir o uso eficaz de ferramentas políticas nessas regiões. Isso explica o argumento várias vezes reiterado de que o novo torneio propiciaria a “integração nacional por intermédio do futebol”.

A pressão exercida pelos agentes da propaganda do regime sobre algumas instâncias da CBD, principalmente através de diretrizes estabelecidas pelo CND, pode ser percebida na forma como a Confederação passou a justificar e legitimar suas ações. Em documento produzido no ano de 1972, a CBD emitia um discurso com nítida influência da doutrina de segurança nacional, imposta a partir das forças militares no poder:

Todos os desportos dirigidos por esta entidade muito contribuíram para o acercamento do povo brasileiro, sobretudo aqueles que mais avivam as atrações espetaculares. O futebol continua sendo a fonte mais direta da permanente confraternização comunitária dos brasileiros, sem concentrar-se aqui, ali, acolá ou além; forma ídolos humanos que o povo gosta de ver, sentir e admirar. Não há quem não sinta o Brasil ainda mais crescer na integração maciça do povo, indiferente às condições sociais e econômicas dos seus integrantes.

A vivência do futebol tem permitido a convivência direta e palpitante do povo brasileiro. A prova expressiva desta verdade evidenciou-se na promoção do Campeonato Nacional de Clubes, que promovemos e realizamos.<sup>1</sup>

A influência da doutrina governamental sobre os destinos da CBD assumia características mais claras à medida que o governo buscava apoio popular para os líderes militares e para a legenda partidária da Arena. Para 1972, ano em que se completavam 150 anos da independência política do Brasil, os ideólogos do governo

---

<sup>1</sup> *apud* Relatório de 1972 da Confederação Brasileira de Desportes.

fizeram uma longa programação de festas cívicas que pudessem servir de palco apropriado para a propaganda das grandes realizações do chamado “Brasil Grande”. Além de paradas, exposições, cerimônias pomposas para o traslado dos restos mortais do primeiro Imperador, também figurava na programação de eventos o mais nítido símbolo da nacionalidade: a seleção tricampeã. A grande iniciativa que envolveria a Confederação com as festas do regime seria o Torneio Independência do Brasil. Previsto para se realizar entre os meses de junho e julho de 1972, o campeonato deveria reproduzir uma autêntica Copa do Mundo no país. A princípio, o torneio teria a participação das equipes campeãs mundiais desde 1930 (Uruguai, Itália, Alemanha, Inglaterra e Brasil), acompanhadas de outras 15 seleções de países de grande expressão no cenário internacional. A direção da CBD encaminhou à FIFA pedido formal de autorização para o torneio e, com a sinalização positiva da entidade, apressou-se em encaminhar os convites e preparar os estádios para as partidas.

Nesse ponto convergiam os interesses do regime militar, da própria CBD e, principalmente, da liderança esportiva de João Havelange. Como já foi dito, a conquista definitiva da Jules Rimet era vista como a demonstração de sua grande capacidade organizativa e gerencial. Essa imagem transcendia os limites específicos do esporte nacional, e tornava Havelange uma referência internacional nos meios futebolísticos. Graças também à sua conhecida capacidade diplomática, o presidente da CBD começou a ser considerado legítimo postulante ao cargo de dirigente máximo da entidade internacional do futebol. Contribuía para isso a notável expansão do futebol em novas fronteiras e a longa permanência do inglês Stanley Rous à frente da FIFA. Para as forças emergentes no cenário esportivo, uma entidade de abrangência mundial não poderia continuar a escolher seus representantes apenas nos quadros das nações européias. O brasileiro passava a ser uma alternativa de descentralização e expansão da FIFA. De fato, pouco depois da Copa do Mundo de 1970, Havelange fora sondado pelos membros da Confederação Sul-Americana de Futebol e aceitara que seu nome fosse lançado como candidato formal à sucessão de Rous. Como o mandato do presidente da FIFA se estendia até junho de 1974, havendo a possibilidade de reeleição, competia a Havelange construir condições políticas de viabilização da sua candidatura. A sugestão do governo para que organizasse um torneio internacional de futebol durante os festejos cívicos do

sesquicentenário da independência coincidia assim com o projeto de maior expressão internacional que Havelange abraçava.

Em agosto de 1971, o presidente da CBD recebeu com toda pompa e circunstância Sir Stanley Rous e membros do comitê executivo da FIFA. Se era evidente a intenção do dirigente brasileiro de transformar o torneio internacional em uma peça de propaganda de sua capacidade gerencial e, por conseguinte, de postular a posição de Rous, os representantes da entidade mundial não pouparam elogios às condições em que se encontravam os estádios brasileiros visitados, em sua maioria construídos ou finalizados graças à intervenção direta do presidente da Confederação brasileira. No entanto, a dificuldade para acertar os calendários das diferentes entidades convidadas para o torneio no Brasil, sem contar alguns entraves operacionais que a FIFA terminaria por estabelecer, resultariam em uma Taça Independência sem o brilho imaginado. Na competição, que contou com 20 selecionados nacionais, o Brasil construiu sua trajetória com um empate frente à Tchecoslováquia (0 x 0) e vitórias sobre a Iugoslávia (3 x 0) e Escócia (1 x 0). O jogo final, realizado em 9 de julho de 1972, foi precedido de grandes festividades. Um estádio do Maracanã apinhado, com quase 100 mil espectadores, viu a seleção brasileira derrotar Portugal pelo placar de 1 a 0. Apesar da ausência de algumas importantes seleções convidadas e do prejuízo financeiro gerado pela complexa estrutura logística do torneio, Havelange e o governo consideraram que suas expectativas haviam sido alcançadas.

Um importante movimento realizado pelo presidente da CBD em sua campanha para a presidência da FIFA foi a indicação e posterior eleição de Abílio Ferreira D’Almeida, antigo aliado, para uma das vice-presidências da federação internacional. Esse resultado indicava a viabilidade de suas próprias aspirações e garantia canais de diálogo com as demais entidades nacionais. Se o cenário internacional começava a apresentar indícios favoráveis à candidatura alternativa de um sul-americano, nos limites internos de sua atuação Havelange também se empenhou em dotar a CBD de melhores condições operacionais. Em 1972, diante do grande sucesso do primeiro campeonato nacional de clubes e, conseqüentemente, das múltiplas demandas políticas que se apresentaram, a segunda edição do torneio teve o número de participantes ampliado para 26. Essas constantes adequações da estrutura da CBD às mensagens emitidas pelo Planalto representavam um movimento político calculado que visava à

obtenção de condições mais favoráveis para a ação da entidade desportiva. Um sinal claro da relação mutuamente favorecedora que a Confederação estabeleceu com os detentores do poder político e militar pode ser percebido na rápida tramitação da proposta de financiamento dos investimentos no esporte a partir da renda proveniente de uma nova modalidade de loteria, a Loteria Esportiva.

Em 1973, com a implantação dessa nova fonte regular de recursos, João Havelange pôde celebrar uma de suas principais vitórias políticas e anunciar o ambicioso projeto de reformulação da estrutura de comando dos esportes. A partir da definição do novo modelo de financiamento via Loteria Esportiva, a situação financeira da CBD, que se havia equilibrado ao final da década anterior, passou a apresentar constantes balanços superavitários. Com mais recursos disponíveis, e a possibilidade de promover uma melhor distribuição entre as diferentes modalidades comandadas pela CBD, o presidente da Confederação passou a defender abertamente a dissolução da entidade e a criação de um conjunto de novas confederações especializadas, uma delas incumbida do trato exclusivo das questões relacionadas ao futebol. Sem a necessidade de financiar as demais modalidades, a gestão do futebol poderia ganhar maior autonomia e, conseqüentemente, ter um percurso institucional ainda mais positivo. O interesse na administração dos assuntos relacionados ao futebol, que estivera na gênese da entidade criada em 1914, poderia afinal se desenvolver em uma entidade específica, a Confederação Brasileira de Futebol (CBF), preconizada no relatório anual da CBD referente ao ano de 1973:

O advento da Loteria Esportiva possibilitou a ativação dos desportos amadores, imprimindo-lhes ritmo de desenvolvimento condizente com a era de progresso que estamos vivendo, com recursos concedidos por intermédio do Conselho Nacional de Desportos. Isso nos leva a admitir a aplicação, em futuro próximo, do disposto no Decreto-Lei nº 3.199, que prevê a criação de entidades especializadas, tão logo haja condições de independência financeira para as mesmas, transformando-se esta entidade na Confederação Brasileira de Futebol.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> *apud* Relatório de 1973 da Confederação Brasileira de Desportes.

Nesse panorama de estabilização financeira da CBD, de formulação das bases para a especialização da gestão das diferentes modalidades, e de encaminhamento da proposta de criação de uma entidade exclusiva para o futebol, o selecionado brasileiro de futebol recebeu atenção especial. Em primeiro lugar, devido aos interesses políticos do regime militar em manter o grande símbolo da pátria verde-amarela na condição de força hegemônica internacional. Mas não se pode esquecer que a perspectiva de o selecionado continuar a apresentar bons resultados traria um maior interesse na disseminação das competições por todo o território nacional, reforçando a participação dos dirigentes do futebol e consolidando a proposta de uma administração autônoma para a modalidade.

### **1974: derrota na Copa, vitória na FIFA**

Após a disputa da Taça Independência, em 1972, foi estabelecido o planejamento visando à disputa da Copa do Mundo de 1974, na Alemanha Ocidental. A comissão técnica continuava a ser chefiada por Mario Jorge Zagallo e a incluir preparadores físicos e supervisores associados às Forças Armadas. Pré-classificada para o Mundial, a seleção cumpriu em 1973 uma pesada agenda de compromissos internacionais. Essa longa excursão aliou o interesse técnico em testar o time contra fortes seleções mundiais ao projeto político de João Havelange, que transformava a presença dos tricampeões mundiais em importante moeda de troca com as federações nacionais que detinham votos na assembléia da FIFA. Por essa razão, antes de seguir para o continente europeu, o selecionado brasileiro disputou duas partidas na África, vencendo as ainda incipientes equipes da Argélia (2 x 0) e da Tunísia (4 x 1). Contra a Itália, em uma reedição da final da última Copa, os tricampeões foram facilmente derrotados pelo placar de 2 a 0. A partir desse jogo, o time de Zagallo começou a apresentar resultados pouco entusiasmantes ou mesmo frustrantes. Um empate com a pouco expressiva seleção austríaca (1 x 1) precedeu difíceis vitórias sobre Alemanha Ocidental e União Soviética, ambas pela contagem mínima. De volta ao estádio Rasunda, cenário da mitológica conquista do primeiro título mundial, o Brasil apresentaria um fraco desempenho que resultou na vitória dos anfitriões (0 x 1). A

última etapa da viagem transcorreu nas ilhas britânicas, onde o time obteve vitórias sobre a Escócia (1 x 0) e a Irlanda (4 x 3).

A um ano da estréia na Copa, os prognósticos se dividiam entre a irrestrita fé na capacidade técnica dos jogadores e o ceticismo associado ao desenvolvimento tático das equipes européias. A comissão técnica, no entanto, menosprezava alguns dos problemas percebidos ao longo da excursão e continuava, com seu estilo ufanista, a conduzir a preparação para a Copa. A ausência de alguns jogadores-chave da última conquista, a má forma física de outros e uma certa falta de informação sobre a maneira como as demais equipes se preparavam para o certame eram alguns dos principais problemas apresentados à direção da equipe. No entanto, respaldado pelo fortíssimo aparelho de propaganda e censura do regime, o time se aprontou distante dos olhos e também do calor do público. Antes do embarque para a Europa, a CBD programou alguns amistosos contra equipes de segunda linha, mas cujas federações tinham posições estratégicas no jogo de forças do processo sucessório da FIFA. Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília assistiram a partidas contra Haiti (4 x 0), Grécia (0 x 0), Romênia (2 x 0) e outros selecionados que pouco acrescentaram à preparação do time titular. Contra o Paraguai, no Maracanã, o Brasil cumpriu seu último compromisso antes da estréia. A vitória por 2 a 0 não disfarçou o ambiente de inquietação com que o público, jornalistas e membros da comissão técnica passaram a conviver.

No jogo de abertura da Copa, honraria concedida ao time vencedor da competição anterior, o Brasil teve um desempenho muito confuso e não passou de um empate sem gols com a seleção iugoslava. Zagallo não mexeu na equipe para o segundo compromisso e, novamente, não conseguiu se impor ao adversário, o selecionado escocês. As críticas e pressões vindas do Brasil pareciam desestabilizar a equipe, que conseguiu a classificação para a segunda etapa com uma sofrida vitória sobre a estreante equipe do Zaire. Os adversários que se colocavam no caminho da seleção eram equipes tradicionais e que vinham de bons resultados. A Alemanha Oriental, que vencera seu grupo na primeira fase, foi a primeira equipe a ser enfrentada (e vencida) nessa etapa da competição. Tranquilizados pela vitória, os brasileiros pareceram encontrar o futebol digno de um tricampeão mundial na partida contra a Argentina. Precisando da vitória para se classificar para a fase semifinal, o selecionado conseguiu impor um bom ritmo de jogo no segundo tempo da partida e fechou o marcador em 2 a 1.

A vitória sobre a Argentina foi encarada pela comissão técnica como a decisão antecipada da Copa. Nos seus cálculos, restariam apenas duas equipes européias no caminho para o título, e como os europeus não eram considerados adversários à altura do futebol sul-americano, a certeza da vitória parecia invadir o ânimo da equipe. Na semifinal, o Brasil enfrentaria a Holanda, a seleção mais aclamada do torneio, que havia apresentado um sistema tático completamente inovador calcado em forte preparo físico e incessante movimentação dos jogadores em campo. Embora a comissão técnica os considerasse como meros “peladeiros”, que deveriam se preocupar com os campeões do mundo, os holandeses tinham pavimentado sua trajetória na competição com grandes goleadas. Na partida, os holandeses impuseram um ritmo inesperado e conseguiram sair com a vitória por 2 a 0. Privados do sonho do quarto título mundial, os brasileiros enfrentaram outro time europeu, a Polônia, no jogo pela terceira posição, e foram novamente derrotados. O frustrante desempenho da seleção provocou reações populares e chamou a atenção do aparelho repressivo do Estado. Muitas justificativas foram buscadas, e mesmo a CBD pronunciou-se oficialmente acerca das suspeitas de uma “conspiração” dos dirigentes europeus para prejudicar o “dionisíaco” time tricampeão e, conseqüentemente, a candidatura de João Havelange:

A verdade é que atuaram no último Campeonato causas negativas, algumas de caráter transcendente, que conspiraram contra nossa ambição.

Ademais, mesmo se nos tivesse sido possível neutralizá-las, como aconteceu na Suécia (1958), sobretudo, ainda teríamos que confiar nas aptidões técnicas da nossa seleção. (...) A simples leitura de certos jornais europeus bastaria à percepção dos homens públicos: tramou-se guerra contra a supremacia do nosso futebol e o de qualquer outro país da América Latina. Por coincidência, todos os árbitros designados para as competições entre seleções representativas da América Latina e outras de nações do continente europeu pertencem a organismos do futebol desse último. Para o jogo entre o Brasil e a Holanda, que decidiria o destino da nossa seleção, escolheu-se um juiz alemão. Um juiz daquela Alemanha promotora do Campeonato e que mobilizara todos os meios para a conquista do título máximo do futebol mundial. Nosso jogo contra a

Holanda, assim como os outros jogos que anteriormente disputamos, foi realizado em atmosfera por excelência anti-tropical, hostil ao ânimo da maioria dos povos sul-americanos. Nosso futebol dionisíaco sentiu-se desprotegido, sem meios de enlaçar-se nas tramas acrobáticas dos malabarismos que torneiam os adversários. Sem embargo de tudo, nossa seleção classificou-se como uma das quatro maiores do mundo. Ela não merecia, por isto, os agravos lidos e ouvidos aqui mesmo, neste nosso país.<sup>3</sup>

Se a possível “conspiração” dos dirigentes europeus para impedir o êxito dos brasileiros fora bem-sucedida em relação à seleção, o mesmo não aconteceu em relação à candidatura de João Havelange à presidência da FIFA. Surpreendendo os prognósticos de Stanley Rous, o dirigente brasileiro conseguiu superar a forte estrutura de apoio que a direção da federação internacional havia construído e saiu da reunião da assembléia geral como novo dirigente máximo do esporte. O coroamento de seu projeto político, acalentado por longo período, representou o reconhecimento de sua capacidade de promover o desenvolvimento institucional de uma entidade desportiva e o desejo geral de renovação e descentralização que ganhava força entre as entidades filiadas.

Havelange procurou, nos primeiros meses, estabelecer com seus auxiliares uma estrutura de apoio que lhe permitisse acumular as presidências das entidades nacional e mundial. Porém, nos anos do presidente Geisel e das maquinações políticas de Golbery do Couto e Silva, não era mais admissível que um instrumento político poderoso como o futebol estivesse sob o comando de uma pessoa alheia ao regime e que não se submetesse automaticamente aos desígnios do general-presidente. Diante da explícita pressão do governo federal, incluindo o uso de agentes do sistema de informações em iniciativas contra Havelange e alguns de seus assessores, o presidente da CBD alegou a incompatibilidade das duas funções que exercia e afastou-se do comando da entidade brasileira. Em janeiro de 1975 assumiu a direção máxima da entidade o almirante Heleno de Barros Nunes, sintomaticamente um homem que ganhara expressão nacional ao presidir o partido do governo, a Arena. Antes de se desligar oficialmente da CBD, entidade que presidiria por 17 anos, Havelange apresentou um longo relatório, no qual

---

<sup>3</sup> *apud* Relatório de 1974 da Confederação Brasileira de Desportes.

sistematizava alguns de seus feitos e chamava a atenção para o caráter político-partidário que a gestão desportiva estava assumindo e, principalmente, para aquela que seria a vertente norteadora da administração de seu sucessor:

A grande maioria dos estádios agora existentes veio após o início da atual administração da CBD. O crescente aumento das novas construções tem tido por estímulo básico a realização em cada ano do Campeonato Nacional de Futebol. Hoje, a inusitada atração do povo pelo futebol faz com que os homens públicos se dêem conta de quanto lhes cumpre estimular a montagem de praças desportivas. Permito-me realçar a influência dos estádios nas regiões apartadas onde é menor o fluxo da vida urbana. A influência referida chega a provocar na vizinhança dos grandes estádios uma polarização humana que altera os calendários sociais, os costumes e a rotina da vida comunitária. O estádio tem-se prestado a suprir mínguas ainda notórias no ambiente social que se impõe vitalizar. O estádio passou a constituir um pólo de progresso urbano. O futebol continua sendo fonte permanente de comunicação comunitária de nossa gente. A Pátria também é sentida e compreendida através dos seus campeões desportivos. Não há quem deixe de sentir o Brasil crescer na integração maciça do povo indiferente às condições sociais e econômicas dos seus integrantes. O futebol tem contribuído para a redução das distâncias ainda existentes por efeito da perdurante estratificação social. Onde haja um estádio em funcionamento denso é possível admitir-se a redução da freqüência aos hospitais. A prática do desporto robustece a saúde, prevenindo-a contra a enfermidade. A comunhão nacional do espírito desportivo tem renovado seu coroamento no Campeonato Nacional de Clubes, sem dúvida a mais benemérita iniciativa da CBD, no curso da atual administração.<sup>4</sup>

### **Decisões centralizadas**

---

<sup>4</sup> *apud* Relatório de 1974 da Confederação Brasileira de Desportes.

A gestão de Heleno Nunes na CBD seria marcada por uma atenção estratégica à concepção e funcionamento do Campeonato Brasileiro de clubes. No último ano da administração Havelange, o campeonato contava com 40 clubes. A extinção das distinções entre a Divisão Extra e a Primeira Divisão provocou o realinhamento das equipes em uma única divisão, com a inclusão de 14 equipes da divisão inferior no grupo de elite dos times brasileiros. A fórmula de disputa, contrariamente ao que havia sido estabelecido nas duas primeiras edições do torneio, não mais previa o confronto de todas as equipes entre si. Foram fixadas duas chaves de 20 times das quais saíam os classificados para a fase final.

No primeiro ano sob a presidência de Heleno Nunes, a falta de tempo hábil para uma completa reformulação da estrutura do campeonato fez com que o número de clubes envolvidos na disputa variasse pouco, atingindo o total de 42 equipes. A partir de 1976, no entanto, tornou-se evidente a manipulação política da organização do torneio. Fazendo jus a uma frase atribuída a Nunes, que teria dito que seu interesse na reforma constante do campeonato atendia à simples diretriz “onde a Arena vai mal, um time no Nacional”, o certame se iniciou com 54 equipes distribuídas em nove diferentes grupos. Esse número aumentou no ano seguinte, quando 62 participantes tomaram parte na competição. Mas todo e qualquer prognóstico seria superado nos torneios de 1978 e 1979. No primeiro, quando se organizavam importantes eleições gerais no país, e a Arena apregoava sua condição de “maior partido do Ocidente”, as pressões políticas estenderam o ingresso para 74 times, organizados em 20 grupos. No ano seguinte, possivelmente por se ter percebido a fluidez dos regulamentos e a capacidade de acomodação da CBD, o campeonato bateu a marca anterior e foi disputado por 94 equipes.

As condições para que a presidência da CBD realizasse essas alterações residiam no novo aparato legal que o regime autoritário havia estabelecido. Poucos meses após a saída de Havelange, o Congresso sancionou a Lei 6.251, de 8 de outubro de 1975, que estabeleceu novos dispositivos regulatórios para a atividade desportiva e fortaleceu o CND e a CBD, as instâncias de atuação do Estado no setor. O principal passo no sentido de uma maior centralização foi a adoção do voto unitário das federações e confederações. Por esse instrumento, a participação dos clubes e agremiações nas esferas decisórias foi drasticamente limitada. O poder de voto e de veto competia às

federações, municipais e estaduais, o que reduzia o número de votantes nos processos deliberativos e tornava o poder dos presidentes das federações praticamente absoluto. Os clubes perdiam sua representatividade política e se viam submetidos a acordos urdidos por um grupo restrito de presidentes de federações, em sua grande maioria políticos com base eleitoral em redutos do interior do país.

Se a gestão de Heleno Nunes em relação à estrutura política e administrativa da CBD, bem como em relação ao Campeonato Brasileiro, pode ser caracterizada pelo extremo centralismo e pelo uso das estruturas desportivas para servir a finalidades políticas do regime militar, tais características também podem ser identificadas no trato dos assuntos relativos à representação esportiva internacional, e em especial das seleções brasileiras do período. Em 1975, tendo em vista a disputa de um novo modelo de torneio sul-americano de seleções, a Copa América, que se estendia por longos meses com jogos de ida e volta nos diferentes países participantes, a CBD indicou o experiente Osvaldo Brandão para substituir o muito criticado Zagallo. À disposição de Brandão foi colocado um conjunto de jogadores que atuava nos clubes mineiros, com o acréscimo de alguns poucos jogadores do eixo Rio-São Paulo. Com esse time, em que se destacaram Raul, Nelinho e Reinaldo, o Brasil cumpriu uma boa campanha no torneio, vencendo Argentina e Venezuela nos dois jogos disputados com cada equipe. Motivado pelas quatro vitórias, o time decidiu o título com o Peru. No primeiro jogo, a grande decepção de uma derrota (1 x 3) no Mineirão. O Brasil precisava descontar o resultado em Lima e conseguiu fazê-lo, impondo 2 a 0 aos adversários. O título, no entanto, não foi alcançado, por conta do estranho regulamento que previa sorteio caso as equipes terminassem empatadas após as duas partidas.

Em 1976, o selecionado brasileiro teve um brilhante desempenho, com nove vitórias em dez partidas disputadas. O resultado foi a conquista dos títulos da Copa Roca, Copa Rio Branco, Taça Osvaldo Cruz, Taça do Atlântico e Torneio do Bicentenário da Independência dos Estados Unidos. Nessa última competição, que tinha como objetivo difundir o futebol em terras norte-americanas, o Brasil superou equipes tradicionais como a Inglaterra (1 x 0) e a Itália (4 x 1). Tudo indicava que a comissão técnica da seleção havia conquistado um padrão de estabilidade após esses resultados e enfrentaria a fase de eliminatórias para a Copa do Mundo, a ser disputada na Argentina em 1978, sem sobressaltos. No entanto, o intervencionismo de Heleno Nunes não

poderia deixar de ser considerado. Após ter vencido o amistoso preparatório contra a Bulgária (1 x 0), a seleção brasileira não conseguiu passar de um empate sem gols frente à Colômbia, na partida de abertura das eliminatórias. Esse resultado bastou para que Brandão fosse demitido e que Heleno Nunes colocasse na direção do selecionado um treinador mais afeito ao seu estilo de comando.

Cláudio Coutinho, integrante da equipe de preparadores físicos que atuara no Mundial de 1970, assumiu o cargo às vésperas do jogo de volta contra a Colômbia. Homem de formação militar e de rígidos conceitos disciplinares e hierárquicos, o Capitão Coutinho havia se dedicado a estudar os modelos táticos das equipes europeias e prometia uma atualização na forma de o brasileiro jogar futebol. Os jogadores sob seu comando não devem ter assimilado imediatamente as teorizações sobre “ponto futuro” ou “overlapping”, mas em sua estréia a equipe derrotou os colombianos por 6 a 0. O caminho para a Copa na Argentina foi pavimentado com novas vitórias sobre Peru (1 x 0), Paraguai (1 x 0) e Bolívia (8 x 0). Em meio às eliminatórias, a seleção brasileira seguiu para a Europa, onde realizou uma série de partidas equilibradas contra Inglaterra (0 x 0), Alemanha Ocidental (1 x 1), Iugoslávia (0 x 0) e França (2 x 2). Na longa viagem, apenas dois resultados positivos ante Escócia (2 x 0) e Polônia (3 x 1). Muitas críticas foram então lançadas ao treinador em face da dificuldade da seleção em superar adversários europeus. A pretensa europeização do futebol brasileiro estaria descaracterizando a poética brasileira da bola. Das muitas críticas a Coutinho, deve-se destacar a recusa de torcedores e comentaristas em aceitar o predomínio de jogadores fisicamente fortes sobre os talentosos. De toda forma, o técnico contava com o apoio do presidente da CBD, e esse apoio era obtido através da sua completa adequação às diretrizes traçadas pela direção da entidade.

No ano da Copa, o Brasil realizou mais uma rodada de amistosos no Velho Continente, medindo forças com França (0 x 1), Inglaterra (1 x 1) e Alemanha Ocidental (1 x 0). O time seguiu prestigiado pelos dirigentes, mas sem contar com integral apoio dos torcedores. Após a sofrível estréia contra a Suécia (1 x 1) e a inoperante atuação frente à Espanha (0 x 0), a força de Heleno Nunes se fez sentir. Em uma reunião com claro tom de ultimato, Nunes submeteu a vontade do treinador às suas decisões e fez várias mudanças no elenco. O time do presidente da CBD derrotou a Áustria na última partida da fase inicial, classificando-se para as quartas-de-final. Lidando com o

constrangimento de aparentar ser um técnico sem autonomia, Coutinho viu os jogadores obterem um resultado importante diante do Peru (3 x 0). Na partida seguinte, teriam pela frente os anfitriões. Mais que a histórica rivalidade, pesava a singular posição política dos argentinos na competição. Idealizado como a mais perfeita propaganda do regime militar implantado na Argentina, o Mundial havia assumido a dimensão de uma questão de segurança nacional.

O difícil percurso da Argentina na primeira fase havia sido marcado por acusações de coação de árbitros e jogadores. Na partida de 18 de junho, ambos os países jogavam seu futuro na competição. Após tensos 90 minutos, a partida terminou empatada sem gols, o que, para o Brasil, significava uma nítida vantagem na classificação do torneio por exibir melhor saldo de gols. Não contavam os brasileiros com as manobras dos organizadores. Para a rodada final, em que Brasil e Argentina enfrentariam respectivamente Polônia e Peru, houve uma alteração súbita nos horários das partidas, que permitiu ao time anfitrião entrar em campo conhecendo o resultado do jogo dos brasileiros. Necessitando golear, a Argentina aplicou 6 a 0 nos peruanos, em um dos mais polêmicos jogos da história das Copas. Com esse resultado, coube ao Brasil enfrentar e vencer os italianos (2 x 1) na disputa pelo terceiro lugar. Na volta olímpica, os brasileiros evidenciaram sua insatisfação, e Coutinho se autoproclamou “campeão moral” do Mundial. O título simbólico e a demonstração de subserviência a Heleno Nunes garantiram sua permanência no comando do selecionado, que em 1979 deixaria escapar a chance de disputar o título da Copa América com um empate frente ao Paraguai (2 x 2) em pleno Maracanã.

### **Primeiros anos da CBF**

Também em 1979, a CBD passou pela grande transformação institucional que João Havelange preconizara pouco antes de sua saída da presidência. Com maior destinação de recursos financeiros para as modalidades amadoras, o estabelecimento definitivo de novas entidades esportivas especializadas, conforme proposta inserida no texto do antigo Decreto-Lei 3.199, passou a ser um projeto bem mais factível. Com isso, criavam-se também condições para a fundação de uma entidade exclusiva para a gestão dos assuntos relacionados ao futebol. Como determinavam os estatutos do CND, toda e

qualquer alteração na estrutura das federações e confederações deveria ser submetida à aprovação do Ministério da Educação e Cultura. Assim, Heleno Nunes e o ministro Eduardo Portela estabeleceram um cronograma de reuniões nas quais se formularam os procedimentos para a gradativa retirada das modalidades amadoras da estrutura da CBD. Ainda em 1979, foram fundadas as federações nacionais especializadas de Futebol de Salão, Handebol, Ciclismo, Levantamento de Peso, Tênis de Mesa e Desportes Terrestres (Atletismo). Essas entidades, com estatutos próprios e orçamentos consolidados, passaram a ter vida autônoma ao longo do ano, embora algumas mantivessem como sede o edifício da CBD, na rua da Alfândega. Completando o processo, em assembléia geral extraordinária realizada em 24 de setembro, foi deliberada a extinção das atividades da CBD e aprovado o estatuto da Confederação Brasileira de Futebol. Submetido à aprovação do CND, o documento foi homologado pelo ministro da Educação e Cultura, publicado no *Diário Oficial da União* e, finalmente, inscrito no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas no dia 23 de novembro de 1979. A partir dessa data, a CBF começou a existir oficialmente, sucedendo à CBD.

Enquanto a CBF se capacitava para uma melhor administração do esporte que sempre estivera no topo da lista de prioridades da CBD, o quadro geral da política brasileira apresentava algumas transformações. A condução do processo de abertura iniciado no governo Geisel e mantido por seu sucessor, o general João Figueiredo, permitiu o estabelecimento de novos parâmetros para a atividade política e parlamentar. Por outro lado, a organização da sociedade civil possibilitou a atuação de novos agentes em um campo cada vez mais balizado por instituições ancoradas nos princípios da Justiça e da democracia. Essa alteração no ambiente nacional se refletiria também na estrutura política da CBF. A pressão crescente dos dirigentes dos principais clubes brasileiros, sistematicamente afastados do centro decisório da entidade por conta do estilo centralizador e excludente de Heleno Nunes, forçava agora uma nova correlação de forças. Por outro lado, a adoção de uma nova imagem pública pelo regime militar, que procurava atrair as chamadas “lideranças civis responsáveis”, levava a um enfraquecimento da posição de Nunes no comando da Confederação recém-fundada. Era preciso adotar uma nova face para um novo modelo de gestão em uma nova entidade. O empresário Giulite Coutinho, que tinha vínculos com o América F. C. do Rio de Janeiro, foi então eleito presidente da CBF e iniciou seu mandato em janeiro de

1980. Apesar das inúmeras críticas que recebeu por seu estilo e sua postura política, Heleno Nunes deixou um importante legado à CBF ao adquirir, em 1978, a Granja Comary, no alto da serra de Teresópolis, onde foi projetada a construção do centro de treinamentos da seleção brasileira de futebol. Giulite Coutinho daria continuidade ao projeto, cujas obras se estenderiam até metade da década de 1980.

Ciente da necessidade de buscar um novo modelo de relação política com clubes e federações e atento às mudanças operadas internacionalmente em relação à comercialização da imagem do esporte, Giulite Coutinho deu início à sua gestão com dois grandes projetos: a implantação de um plano de *marketing* para o futebol brasileiro e a definição de um novo calendário para as competições nacionais e para a seleção brasileira. Nos primeiros meses de sua administração, o novo presidente da CBF firmou assim um contrato com o Instituto Brasileiro do Café (IBC) para o patrocínio da seleção de futebol. Esse acordo, considerado altamente vantajoso para os cofres da Confederação, previa o uso da imagem do selecionado em campanhas publicitárias e a veiculação de marcas do IBC nos uniformes da equipe. Em relação ao uniforme, também foi estabelecido contrato para o fornecimento de equipamentos esportivos, o que fez com que a logomarca do fabricante passasse a ser ostentada na camisa oficial do selecionado canarinho. Além desses patrocínios, Giulite Coutinho se preocupou em criar condições e critérios para o licenciamento de produtos com a marca da seleção, criticando o uso não autorizado da imagem, cores ou símbolos do selecionado em flâmulas, chaveiros, escudos e uma série de produtos indiscriminadamente comercializados. Com uma política de licenciamento, a CBF procurou padronizar a utilização de suas marcas e a firmar contratos com as empresas que procuravam explorá-las comercialmente.

A partir de uma melhor definição do calendário das competições nacionais e estaduais, a CBF procurou também estabelecer um padrão que servisse para disciplinar o televisionamento das partidas. Conhecendo o interesse das redes de televisão em inserir o futebol em suas grades de programação, a Confederação conseguiu intermediar um acordo entre emissoras, federações e clubes, e estabelecer os valores que deveriam ser distribuídos entre clubes e jogadores, em conformidade com a legislação do chamado direito de arena. Para equacionar os interesses de clubes, patrocinadores e redes de comunicação, a CBF empreendeu, finalmente, uma radical reestruturação no

modelo de disputa do Campeonato Brasileiro. Superando o jogo de forças políticas que havia estendido os limites da competição até a acomodação de 94 equipes, Giulite Coutinho fixou um número restrito de equipes envolvidas na competição. Inicialmente, foram fixadas três divisões na disputa do nacional, representadas pelas taças de Ouro, Prata e Bronze. Apenas 40 equipes se encontravam envolvidas na disputa pela Taça de Ouro. Esses times eram divididos em quatro módulos, que classificavam 32 equipes para a segunda fase da competição. A Taça de Prata, correspondente à segunda divisão, classificava quatro times que se juntavam aos 32 classificados da primeira divisão para a disputa da fase final do campeonato. No ano de estréia desse modelo de torneio, o Flamengo conquistou seu primeiro título nacional.

O novo presidente da CBF também fez alterações na comissão técnica da seleção brasileira. Procurando se afastar da imagem de seu antecessor, Giulite Coutinho dispensou a comissão anterior e convidou o popular treinador Telê Santana para chefiá-la. Telê, conhecido por montar equipes de toque de bola refinado, característico daquelas que seriam as “verdadeiras” tradições brasileiras no esporte, trouxe para o selecionado alguns jogadores preteridos nos tempos de Cláudio Coutinho e que eram idolatrados pela maioria dos torcedores. Em sua estréia no comando da equipe, no dia 8 de junho de 1980, o selecionado venceu com facilidade o México (2 x 0), dando respaldo para o início de um trabalho de longo prazo que visava à conquista do título mundial em 1982. Nos jogos seguintes, a equipe apresentou um desempenho bastante inconstante, o que suscitou críticas a uma certa teimosia do treinador em fazer concessões. Após perder para a União Soviética (1 x 2) e empatar com Polônia (1 x 1), a seleção brasileira começou a colecionar vitórias contra times sul-americanos (Chile, Uruguai e Paraguai) e encerrou o primeiro ano de direção do novo treinador com uma vitória sobre o selecionado Suíço (2 x 0).

No início de 1981, a seleção tinha um compromisso internacional firmado com a os dirigentes uruguayos para a disputa do Mundialito, torneio que envolveu alguns dos principais favoritos ao título da Copa. Para a CBF, o torneio constituía uma singular oportunidade de pôr em teste a equipe que vinha sendo pacientemente construída. Na primeira partida da competição, o selecionado não passou de um empate frente aos argentinos, então campeões mundiais (1 x 1). Esse resultado levava a equipe à necessidade de vencer, em seu segundo compromisso no torneio, o time alemão

ocidental com ampla margem de gols para permanecer com condições de conquistar o título. Na partida, que começaria a solidificar a fama internacional do novo selecionado brasileiro, os jogadores superaram a desvantagem inicial para impor uma categórica vitória por 4 a 1. Na disputa do título, a seleção brasileira foi superada pelos uruguaios (1 x 2), deixando, no entanto, uma excelente imagem.

As boas exibições no torneio de Montevideu geraram boas condições para o início da disputa das eliminatórias para a Copa da FIFA, em que os brasileiros enfrentavam Bolívia e Venezuela. Com atuações seguras, o time superou esses adversários e garantiu sua participação no Mundial, meta obsessiva de todos os dirigente e torcedores. No cumprimento da programação preparatória, a seleção fez uma excursão pela Europa, onde enfrentou equipes de grande qualidade. Na primeira partida do percurso, o Brasil conquistou uma histórica vitória sobre os ingleses no estádio de Wembley (1 x 0). Pela primeira vez, o *English Team* era derrotado por uma equipe sul-americana atuando em seu estádio-símbolo. Em seguida, foi a vez do selecionado francês conhecer o poderio ofensivo da equipe, em partida realizada no Parc des Princes (3 x 1). No último jogo da viagem, o selecionado enfrentou os campeões europeus, a equipe da Alemanha Ocidental, em Stuttgart. Reprisando a grande atuação do Mundialito, o Brasil superou o futebol de grande aplicação tática e preparo físico dos adversários pela contagem de 2 a 1.

O giro europeu estabeleceu o favoritismo antecipado dos brasileiros para a Copa. A perspectiva da reconquista da hegemonia mundial parecia ser uma certeza em contagem regressiva para concretizar-se. No início de 1982, a CBF convidou alguns selecionados europeus para amistosos no Brasil e, uma vez mais, a qualidade da equipe nacional se sobressaiu. Nessas partidas, a seleção brasileira apresentou seu novo escudo, no qual figuravam a Taça Jules Rimet e um ramo de café, logomarca do patrocinador. O time mantinha uma longa invencibilidade quando embarcou para a Europa. Após um período de treinamento em Portugal, a seleção brasileira estreou na Copa do Mundo como a principal atração do torneio. Depois de um início de jogo muito nervoso, a equipe conseguiu alterar o placar e derrotar os soviéticos (2 x 1) na primeira partida da competição. No confronto seguinte, a categoria dos jogadores pôde sobressair, e os escoceses foram facilmente superados pelo placar de 4 a 1. Já classificado, muitos temiam que o time pudesse apresentar uma queda de rendimento na partida final da

primeira fase, contra a inexperiente seleção da Nova Zelândia. O ritmo não foi alterado, e a equipe desfilou em campo, estabelecendo a contagem de 4 a 0 e a certeza de que era a favorita inquestionável ao título.

Na segunda fase da competição, o Brasil enfrentaria Argentina e Itália, duas equipes tradicionais que vinham de resultados muito ruins na primeira fase do certame. No confronto com os rivais sul-americanos, o time apresentou uma das maiores exibições de uma equipe brasileira na história das copas, dominando inteiramente as ações e decretando a vitória por 3 a 1. Tudo parecia se encaminhar para a classificação brasileira em direção às semifinais. No dia 5 de julho, o selecionado brasileiro enfrentou os italianos no estádio Sarriá, em Barcelona, necessitando de um empate para avançar no torneio. Em uma partida onde a seleção da Itália buscou formas de superar suas limitações, o time brasileiro pareceu surpreendido pela forte marcação adversária e pelo oportunismo do atacante Paolo Rossi, e foi derrotado pelo placar de 3 a 2. O exaltado time brasileiro despediu-se da competição antecipadamente, deixando o caminho livre para o terceiro título mundial da Itália. O encantamento do selecionado de Telê, que havia galvanizado as atenções dos amantes de futebol em todo o mundo, retornava ao país com um amargo legado. Em primeiro lugar, a constatação generalizada de que fortes esquemas defensivos conseguiam neutralizar a eficiência do formato solto e gingado do futebol brasileiro. Além disso, a CBF precisava analisar seriamente a preparação das equipes brasileiras, em razão do longo jejum do selecionado em relação às grandes conquistas internacionais. Mesmo visto como um artífice do chamado futebol-arte, Telê foi desligado pela direção da Confederação, que buscava respostas para a escassez de títulos.

Dois episódios ocorridos no ano de 1983, envolvendo situações extremas, evidenciaram a complexidade da construção de um modelo de organização para o futebol brasileiro, em um ambiente marcado por uma crescente desagregação. A onda de pessimismo que se seguiu à desclassificação prematura da equipe brasileira na Copa do Mundo foi parcialmente superada pela brilhante campanha do time de juniores que se sagrou campeão mundial da categoria sub-20 pela primeira vez. Dirigido por Jair Pereira, o time fez uma empolgante campanha e derrotou o selecionado argentino na final (1 x 0). A equipe de jovens talentos, entre os quais se destacavam Dunga, Jorginho e Bebeto, abriu a expectativa de que um planejamento criterioso, que levasse em conta

as divisões de base, poderia representar um modelo de preparo mais racional para o desenvolvimento da seleção principal. No entanto, o ambiente favorável à reformulação de alguns setores da Confederação foi drasticamente desfeito pela surpreendente notícia do roubo da Taça Jules Rimet. Símbolo máximo da eficiência administrativa e da qualidade técnica do futebol brasileiro, o troféu se encontrava exposto no nono andar do edifício da CBF, no centro do Rio de Janeiro. Na noite de 19 de dezembro de 1983, dois assaltantes renderam o vigia da sede da Confederação e retiraram a taça de seu nicho de exposição com o auxílio de um pé de cabra. A grande comoção causada pela notícia levou a uma mobilização incessante das forças policiais que, poucos dias depois, haviam elucidado o crime e prendido os principais suspeitos. A taça, no entanto, jamais seria recuperada. Segundo o relato dos criminosos, a peça de 1,8kg de puro ouro havia sido cortada, derretida e transformada em barras de peso padrão para posterior comercialização. O desaparecimento do grande símbolo das conquistas internacionais do esporte nacional parecia contribuir para o clima fatalista de perda da condição de força hegemônica no futebol internacional. Indiscutivelmente, era um indício da urgente necessidade de modernização das práticas gerenciais adotadas pela Confederação.

Apesar do esforço de Giulite Coutinho no sentido do aprimoramento institucional da CBF, havia sinais claros de uma crescente desestabilização nas relações entre federações e clubes. A Confederação havia tentado estabelecer um critério de classificação para o Campeonato Brasileiro a partir da classificação das equipes nos torneios estaduais. Em 1982, por exemplo, o Corinthians, um dos clubes de maior torcida no país, não se classificou entre os melhores times do campeonato paulista e teve que disputar a Taça de Prata do nacional. No decorrer do campeonato, no entanto, o Corinthians conseguiu se classificar para a fase final da Taça de Ouro. O episódio envolvendo o time paulista voltou a se configurar no ano seguinte, quando o Santos, que terminou o estadual em oitavo lugar, não conseguiu se classificar para a Taça de Ouro. Em vez de ingressar na disputa da segunda divisão, o time foi convidado pela presidência da Confederação, com base no retrospecto técnico do clube nas competições nacionais, para integrar a divisão principal. Esse mesmo argumento voltou a ser utilizado em 1984, dessa vez em benefício do Vasco da Gama, que teve uma performance sofrível no campeonato do Rio de Janeiro. Essas concessões voltaram a fazer pesar sobre o torneio o estigma da tolerância e da acomodação que caracterizara a

fase da presidência de Heleno Nunes, levando clubes e dirigentes a manter uma complicada disputa política quanto aos rumos do Nacional.

Esse tom de indefinição também pareceu interferir no direcionamento da seleção brasileira de futebol. Com a saída de Telê Santana, a direção da CBF parecia querer reconsiderar o modelo que precedera a disputa da Copa da Argentina. Carlos Alberto Parreira, jovem técnico que trabalhara na equipe de preparadores físicos da seleção de 1970, foi convidado a promover uma reformulação de métodos de trabalho. Com grande experiência internacional e considerado um dos treinadores taticamente mais atualizados do país, Parreira assumiu com o intuito de implantar novos métodos de planejamento e organização da equipe. O curto prazo para a obtenção de resultados, a pressão da torcida e a perda de mais uma Copa América fizeram com que o projeto que fora preparado para a obtenção de resultados em médio prazo fosse abruptamente abandonado. Em 1984, Edu Coimbra era o novo treinador da seleção. Sem muita experiência, o treinador foi encarregado de treinar a equipe brasileira nos três jogos comemorativos dos 70 anos de fundação da FBE, antecessora da CBD e da CBF. Uma derrota frente à Inglaterra no Maracanã (0 x 2), um empate sem gols contra a Argentina e uma vitória pela contagem mínima diante do Uruguai foram o legado de sua breve passagem pelo comando da equipe. No ano seguinte, com a iminência da realização das eliminatórias para a Copa do Mundo, a CBF decidiu fazer mais uma mudança no comando da equipe e efetivou Evaristo de Macedo no posto de treinador. No primeiro semestre do ano, a CBF havia programado a realização de seis amistosos preparatórios contra equipes sul-americanas. Em menos de um mês, o novo treinador comandou a equipe em três derrotas (para Peru, Colômbia e Chile), forçando, mais uma vez, uma revisão do planejamento. Às vésperas da estréia nas eliminatórias, Telê Santana foi novamente chamado, encerrando assim, após três anos, um ciclo de alternâncias e indefinições na direção da seleção.

Os sinais negativos percebidos na organização da seleção principal não se estendiam a outros tipos de competição. Uma geração de novos jogadores estava pavimentando o caminho da vitória nas categorias juvenis do futebol internacional. Após acordo firmado entre a FIFA e o COI, o torneio de futebol nas Olimpíadas passou a admitir jogadores profissionais nas seleções. Diante desse novo quadro, a CBF decidiu empenhar-se em enviar uma equipe que pudesse representar dignamente o futebol

brasileiro. Sem tempo hábil de preparar um selecionado especificamente voltado para a disputa olímpica, a Confederação convidou o time do Internacional de Porto Alegre para representar o Brasil na competição. Dirigido pelo técnico Jair Picerni, a equipe foi reforçada com jogadores do Rio e de São Paulo e fez grandes apresentações, classificando-se para a disputa da final. No último jogo, o selecionado brasileiro foi derrotado pelo francês (0 x 2), conquistando assim a primeira medalha olímpica do futebol brasileiro. A maior atenção dedicada às divisões de base, tendência reforçada com a conquista do título mundial de juniores em 1983, permitiu que o Brasil preparasse uma forte seleção para o campeonato mundial sub-20, disputado em 1985. Nessa competição, que teve lugar na União Soviética, o time de jovens jogadores, comandado pelo técnico Gilson Nunes, venceu todas as partidas que disputou e sagrou-se bicampeão da categoria após derrotar a Espanha na final (1 x 0).

O gradativo desgaste da administração de Giulite Coutinho, motivado por seguidos problemas com clubes e federações, propiciou a eleição de Otávio Pinto Guimarães para a presidência da CBF. Dirigente com larga experiência na Federação de Futebol do Rio de Janeiro, Guimarães representou, em um primeiro momento, a possibilidade de um equilíbrio político entre os interesses dos clubes e das federações. Ao assumir em janeiro de 1986, o novo presidente se comprometeu, diante dos problemas relacionados às seguidas alterações dos critérios que regiam o campeonato brasileiro, a não mais permitir mudanças casuístas nas regras do torneio. Poucos meses depois, a CBF viu-se novamente diante de pressões para a acomodação de interesses. Por conta de um caso de doping, o Joinville recorreu à Justiça Desportiva para obter os pontos da partida que disputara com o Sergipe. Uma decisão favorável ao clube catarinense desclassificaria o Vasco da Gama da fase final do Nacional. Como a CBF custou a dar uma solução ao caso, o CND estabeleceu uma diretriz pela qual tanto o Joinville quanto o Vasco teriam direito a prosseguir na competição. Não bastando esse desrespeito ao regulamento, mais três equipes, que não se haviam classificado, foram levadas à condição de finalistas do torneio. O São Paulo se sagrou campeão dessa edição do campeonato que, por conta dos inúmeros problemas e da alteração no número de participantes, só foi concluída em fevereiro do ano seguinte.

Diante da situação confusa que se estabeleceu a partir do recurso do Joinville, o mesmo CND que havia aberto o precedente da ampliação do número de equipes no

torneio de 1986 resolveu estabelecer regras rígidas para o Campeonato Brasileiro de 1987. De acordo com a orientação da entidade superior da administração esportiva, o campeonato deveria ter um número máximo de 24 equipes na primeira divisão, com sistema de rebaixamento e acesso regular a partir daquele ano. A falta de confiança na capacidade dos dirigentes da CBF de garantir que as normas do CND fossem cumpridas no torneio de 1987, aliada à pressão dos clubes por uma maior participação no rateio das verbas oriundas da comercialização dos direitos da competição, levou os grandes clubes a fundar o Clube dos 13. O projeto original dos criadores da nova entidade era a organização autônoma de um campeonato, sem interferência da CBF. No entanto, todas as partes envolvidas sabiam de antemão das deliberações gerais da FIFA, que previam severas punições aos clubes que organizassem competições sem o reconhecimento das entidades nacionais. Claramente, o movimento orquestrado pelos clubes pretendia impor à CBF um recuo em suas posições e a adoção do modelo de competição por eles pretendido. Um grande acordo geral foi então consolidado, com a oficialização da chamada Copa União em 1987. O modelo de disputa previa 16 clubes na primeira divisão do campeonato, o chamado módulo verde, com Santa Cruz, Coritiba e Goiás se unindo às 13 equipes que haviam fundado a instituição paralela. A CBF estabeleceu mais três divisões e, em uma obscura alínea do regulamento da competição, condicionou o título de campeão brasileiro à disputa de um quadrangular em que as duas equipes melhor classificadas na primeira divisão enfrentariam o campeão e o vice da segunda divisão. Como era de se prever, ao final da disputa do módulo verde, Flamengo e Internacional (campeão e vice-campeão) se recusaram a enfrentar os times vencedores do módulo amarelo. Isso gerou uma duplicidade que permaneceria irresolvida, com o Clube dos 13 atribuindo o título nacional ao Flamengo e a CBF reconhecendo o Sport Club Recife, vencedor da segunda divisão, como legítimo campeão brasileiro de 1987.

Em meio a esse confuso ambiente externo, a CBF procurou dotar a comissão técnica da seleção brasileira de futebol das melhores condições operacionais visando à disputa da Copa do Mundo de 1986. Telê Santana, em seu retorno à função, teve condições de organizar a montagem da comissão técnica, escolhendo profissionais com os quais mantinha boas relações. Gilberto Paseto, o Tim, foi escolhido para a função de preparador físico, auxiliado por Moraci Santana. A equipe médica contou com os

médicos Neylor Lasmar e Ricardo Vivacqua, enquanto Valdir de Moraes assumia a função específica de treinador de goleiros. Telê encontrou inúmeras dificuldades para formar o time que iria à Copa. O principal problema era a resistência de times europeus em ceder jogadores à seleção. Por muito tempo se cogitou a possibilidade de a seleção seguir para o México sem a presença dos chamados “estrangeiros”. Após meses de intensa negociação, esses jogadores foram convocados, mas, à medida que os treinamentos avançavam, demonstraram problemas físicos que dificultaram a definição do time-base.

No México, a seleção apresentou um padrão de jogo pouco convincente na partida de estréia, contra a Espanha (1 x 0). Dias depois, diante da fraca equipe da Argélia, o time brasileiro voltou a apresentar problemas em sua estrutura tática e obteve uma difícil vitória pela contagem mínima. Telê fez algumas mudanças no selecionado para o terceiro jogo, contra a Irlanda do Norte, com a entrada do lateral Josimar no lugar do lesionado Edson, e o aproveitamento gradativo de Zico, que retornava de contusão. O time apresentou uma melhora de rendimento e fechou a primeira fase da competição com uma folgada vitória (3 x 0). Na partida seguinte, a seleção apresentou seu melhor desempenho no torneio, superando a forte equipe polonesa por 4 a 0. Os resultados e o nítido crescimento da equipe na competição levaram o Brasil à condição de um dos sérios postulantes ao título. No jogo seguinte, eliminatório contra a França, o Brasil apresentou um volume de jogo superior ao do adversário, mas foi derrotado na cobrança de pênaltis após a partida ter terminado empatada (1 x 1). A eliminação encerraria o ciclo de Telê Santana e da geração de jogadores que brilharam no Mundial da Espanha na seleção brasileira de futebol.

A gestão de Otávio Pinto Guimarães buscou formas de amenizar a delicada situação que o futebol brasileiro enfrentava na segunda metade da década de 1980. Muito mais que a seqüência de maus resultados da seleção principal e os problemas políticos da relação entre clubes e federações, o futebol brasileiro enfrentava uma crise de credibilidade que resultava em uma crise econômica. As médias de público dos campeonatos estaduais e nacional decaíam e, conseqüentemente, as receitas se mostravam cada vez mais incipientes. A incapacidade de fazer frente ao assédio de clubes estrangeiros, muito mais organizados e rentáveis, fez com que os principais destaques do futebol brasileiro deixassem o país. Para completar o preocupante quadro,

alguns times passaram a conviver com o fantasma da liquidação judicial por conta da cobrança de antigas e pesadas dívidas com a Receita Federal e com a Previdência Social. A CBF procurou, a partir de acordo com o Clube dos 13, estabelecer um modelo definitivo para o Campeonato Brasileiro, após a polêmica edição de 1987. A Confederação assumiu para si a responsabilidade de organizar o torneio, respeitando acordos comerciais mantidos pela associação de clubes, e elevou o número de participantes para 24. Para estabelecer um modelo próximo do previsto na diretriz do CND, foi criado um sistema de acesso e rebaixamento. A grande dificuldade para a viabilização de um torneio rentável e que comportasse os principais clubes brasileiros ligava-se à elaboração de um calendário viável, tendo em vista a existência dos campeonatos anuais. Em documento datado de 1988, o presidente da Confederação lamentava a impossibilidade de se formular métodos que pudessem compatibilizar os interesses das federações estaduais, dos clubes e da própria CBF na montagem de uma estrutura que compatibilizasse adequadamente todas as competições:

O calendário é um problema no futebol de difícil solução. Isto porque o futebol brasileiro é totalmente atípico em todo o mundo, já que é o único que comporta, além do campeonato nacional, os campeonatos estaduais. Em todo o resto do mundo há só um campeonato por ano em cada país. (...) O ano para o futebol brasileiro demandaria 18 ou 20 meses e, efetivamente, ele só tem 12 meses. E não podemos pensar em cancelar os campeonatos estaduais, pois as federações e os clubes desejam realizá-los e não pode a Confederação deixar de atender as suas filiadas.<sup>5</sup>

Paralelamente à questão da definição de um campeonato nacional que se harmonizasse com os torneios estaduais, a CBF tinha interesse em mais duas competições de nível nacional: a retomada do Campeonato Brasileiro de seleções estaduais, visto como uma fonte extra de renda para as federações estaduais, e a criação da Copa do Brasil. Para tentar evitar conflito com os times, a idéia era aproveitar jogadores juvenis no Brasileiro de seleções. Como era de se prever, o torneio não atraiu público e trouxe mais prejuízos para as entidades estaduais, o que fez com que fosse

---

<sup>5</sup> *apud* Relatório de 1988 da Confederação Brasileira de Desportes.

imediatamente abandonado. Já a Copa do Brasil era uma modalidade calcada em competições disputadas nos principais centros futebolísticos europeus (como a centenária F. A. Cup inglesa), que permitia, através de fases eliminatórias, que times da segunda e terceira divisões enfrentassem as grandes equipes da divisão principal. Esse torneio se mostrava politicamente interessante, não só por agradar aos dirigentes dos pequenos clubes e das federações de estados sem grande representatividade no cenário nacional, mas por ser economicamente viável. Sua primeira edição teve lugar no ano de 1989, com o Grêmio derrotando o Sport na decisão.

O ambiente marcado por indefinições na CBF impediu que o Brasil sustentasse sua pré-candidatura a sede da Copa do Mundo de 1994. Não foi surpresa para os dirigentes brasileiros o anúncio da escolha dos Estados Unidos para a organização da 15ª edição do Mundial da FIFA. Naquele momento, a fragilizada Confederação brasileira precisava se preocupar em estabelecer condições adequadas de preparação que permitissem uma boa participação no torneio de 1990. Após a saída de Telê Santana, ao final do Mundial do México, a direção da CBF procurou estabelecer um cronograma de atividades que pudesse dar continuidade ao trabalho de uma nova comissão técnica até a o torneio mundial de 1990. Carlos Alberto Silva foi o técnico escolhido para a difícil tarefa de formar um time que privilegiasse atletas em atividade no Brasil e levasse em conta o necessário processo de renovação de jogadores. Sua estréia ocorreu na disputa do torneio pré-olímpico, realizado na Bolívia, cuja conquista classificou o selecionado brasileiro para uma nova edição dos Jogos do COI.

Com a base do time de jovens que comandara no torneio classificatório, o novo técnico dirigiu a seleção principal na Copa Stanley Rous, disputada com países das ilhas britânicas. Após vencer a Escócia (2 x 0) em Glasgow, no dia 26 de maio de 1987, o selecionado brasileiro se tornou a primeira equipe sul-americana a conquistar esse título. O auspicioso início de Silva se prolongou com uma série de vitórias em jogos amistosos e permitiu que a seleção chegasse à disputa de uma nova edição da Copa América com chances reais de vitória. Contudo, uma vexatória derrota para o Chile, pelo placar de 4 a 0, eliminou o país da competição e instaurou a crise na comissão técnica. Apesar da pressão de diversos setores, Otávio Pinto Guimarães decidiu manter Silva no cargo, por desejar garantir a continuidade do planejamento e, principalmente, por acreditar que o bom trabalho de incorporação de jovens jogadores resultaria em um bom desempenho

nos Jogos Olímpicos. Diferentemente do que era esperado, e apesar das grandes apresentações em Seul, o time olímpico do Brasil repetiu a medalha de prata dos jogos anteriores, ao ser derrotado pela seleção soviética na partida final.

Ao final dos três anos de mandato de Guimarães, crescia o consenso acerca da necessidade de se empreender uma alteração na estrutura administrativa da CBF. Clubes e federações estaduais reclamavam da falta de um calendário e de um sistema mais equitativo de repasse de recursos. A representatividade do futebol brasileiro, apesar das boas colocações obtidas nas categorias juvenil e olímpica, vinha decaindo a cada ciclo de quatro anos. Além disso, questões previdenciárias representavam um risco constante de intervenção federal nos clubes e federações. Nesse cenário de busca de novas alternativas, em janeiro de 1989, Ricardo Terra Teixeira, empresário e genro de João Havelange, foi eleito presidente da CBF. Apesar de seu grupo político de apoio ter alguns elementos de contato com o de Otávio Pinto Guimarães, Teixeira representava uma proposta de renovação da estrutura e dos métodos em vigor na Confederação, principalmente por ser um dirigente que não apresentava vínculos com as antigas práticas políticas que regiam a entidade.

### **A reconquista da hegemonia mundial**

Duas iniciativas, adotadas logo no início do mandato de Ricardo Teixeira, evidenciaram a definição de um novo referencial administrativo para a CBF. Em primeiro lugar, fixou-se um calendário quinquenal, que estabelecia a programação de campeonatos e compromissos da seleção até a Copa do Mundo de 1994. Com o calendário, definiam-se condições para o planejamento dos torneios estaduais e evitava-se a sobreposição de datas e compromissos. A fim de garantir a eficácia e credibilidade desse calendário, a CBF tomou todo o cuidado para que o Campeonato Brasileiro e a Copa do Brasil obedecessem ao regulamento e para que se respeitassem as regras de promoção e rebaixamento das equipes que disputavam o Nacional. Também em atendimento a uma antiga reivindicação dos clubes, a CBF redefiniu o modelo de negociação dos contratos televisivos referentes às transmissões de partidas da Copa do Brasil e elaborou um novo plano de *marketing* e comercialização dos produtos e marcas da Confederação.

O novo calendário da CBF também estipulava um modelo criterioso de programação para a seleção brasileira. Em 1989, a seleção principal tinha dois importantes compromissos: as eliminatórias para a Copa na Itália e a realização no Brasil da Copa América. O torneio sul-americano, que o Brasil não vencera desde 1949, representaria um teste para a equipe que iria enfrentar a fase eliminatória continental da Copa do Mundo e, principalmente, a oportunidade de conquista de um relevante título internacional. Ricardo Teixeira desejava implantar uma nova filosofia de trabalho na seleção, promovendo, a partir do Departamento de Seleções, a adoção de técnicas atualizadas de preparação. Um novo técnico foi convocado, com a garantia de que seu trabalho não seria submetido às cíclicas alterações impostas pela pressão da imprensa e da torcida. Sebastião Lazaroni, treinador que admirava os fortes sistemas de marcação do futebol europeu, assumiu o comando da equipe e prometeu uma completa mudança na mentalidade do brasileiro acerca da forma de se jogar futebol.

Uma primeira ousadia do novo treinador foi a adoção do sistema defensivo baseado em três zagueiros de área, que inseriu no vocabulário nacional o enigmático termo “líbero”. Nas primeiras partidas sob seu comando, o selecionado obteve bons resultados contra equipes sul-americanas. No mês de junho, porém, o Brasil seguiu para uma breve excursão européia, e os resultados obtidos foram desastrosos. Três derrotas seguidas diante de Suécia (1 x 2), Suíça (0 x 1) e Dinamarca (0 x 4) deixaram o novo modelo tático implantado no selecionado completamente desacreditado. A direção da CBF, contrariando a expectativa de mais uma alteração abrupta no comando técnico da equipe, prestigiou o trabalho de Lazaroni e o manteve no posto. No dia 1º de julho de 1989, o selecionado brasileiro enfrentou a frágil equipe venezuelana em Recife, na partida de abertura da Copa América. A vitória não ocultou os problemas de entrosamento no time. Nos jogos seguintes, o time brasileiro não conseguiu passar de empates sem anotação diante de Peru e Colômbia. No quarto jogo da primeira fase, a seleção necessitava de uma vitória frente aos paraguaios para obter sua classificação para o quadrangular decisivo do torneio. O placar de 2 a 0 foi tão significativo quanto o bom futebol apresentado em campo. Motivado, o time teve belas atuações no Maracanã, no quadrangular decisivo do torneio, sagrando-se campeão após superar Argentina (2 x 0), Paraguai (3 x 0) e Uruguai (1 x 0).

Lazaroni usufruiu da calma pós-título e pôde dar continuidade ao seu trabalho. No período que antecedeu a realização da Copa, mais resultados positivos foram obtidos, tais como vitórias sobre a Itália e Holanda (ambas pela contagem de 1 a 0), duas das equipes consideradas favoritas ao título. Semanas antes do início do torneio, Lazaroni sentenciou em coletiva à imprensa que o atual selecionado iria representar uma mudança de paradigma no futebol internacional e decretou o início da Era Dunga, referência ao meio-campista que aliava vigor físico a disciplina tática. Na competição, o desempenho do time esteve muito aquém das expectativas. Sem inspiração, evidenciando claros sinais de desunião dentro do grupo, o time classificou-se para as oitavas de final após três vitórias frente à Suécia (2 x 1), Costa Rica (1 x 0) e Escócia (1 x 0). Na segunda fase, a Argentina de Maradona impôs uma traumática derrota aos brasileiros (0 x 1), afastando-os uma vez mais da possibilidade de recuperar o título mundial. No retorno ao Brasil, a torcida hostilizou os jogadores e Lazaroni decidiu por pedir desligamento. A direção da CBF, que procurava manter a sua programação quinquenal, convidou para substituí-lo o ex-jogador Paulo Roberto Falcão, evidenciando o desejo de contar preferencialmente com treinadores que se debruçassem sobre as inovações táticas que ocorriam nas principais equipes internacionais.

Falcão permaneceu no comando da equipe por quase 11 meses. O retrospecto de seis vitórias em 17 jogos evidencia a dificuldade de transformar suas concepções táticas em resultados. Após a Copa América de 1991, em que uma derrota para a Argentina (2 x 3) impediu a manutenção do título, Falcão foi substituído no comando da equipe por Carlos Alberto Parreira. Mudava-se o homem, mas mantinha-se o planejamento e o perfil de treinador buscados pela CBF. Com grande bagagem internacional (dirigira as seleções de Gana, Arábia Saudita, Emirados Árabes e Kuwait) e obsessivo em sua busca de atualização teórica sobre modelos táticos, Parreira retornava à seleção com condições de aplicar o modelo de preparação que não pudera pôr em prática em 1983. A filosofia que procurou apresentar aos jogadores residia na compreensão do sentido de disciplina tática. Para ele, o selecionado tinha que adotar uma postura de equilíbrio dos setores de jogo, não descuidando da marcação e sabendo valorizar a posse de bola na busca das oportunidades de gol. Com Parreira, retornou à comissão técnica da seleção o treinador campeão no México, Mario Zagallo, na função de coordenador-técnico. O planejamento das fases de treinamento, posto sob a responsabilidade de Américo Faria, previa uma

gradual adaptação da equipe ao modelo tático desejado. A nova comissão técnica fez suas primeiras partidas nos meses finais do ano de 1991, enfrentando equipes européias. Utilizando apenas jogadores em atividade no Brasil, a seleção de Parreira derrotou Iugoslávia (3 x 1) e Tchecoslováquia (2 x 1), e foi muito bem avaliada pelos analistas da imprensa. Em 1992, o técnico pôde testar diversas formações e avaliar alguns dos jogadores que atuavam em times estrangeiros. Os resultados continuaram favoráveis, exceto por duas derrotas frente ao Uruguai, equipe que disputaria as eliminatórias para a Copa na mesma chave que o Brasil.

A disputa da Copa América e, principalmente, das eliminatórias sul-americanas para o Mundial representaram as prioridades no planejamento da equipe para o ano de 1993. Parreira optou por escalar para o torneio continental jogadores que atuavam no Brasil, poupando alguns dos nomes considerados titulares. Mesmo assim, a seleção teve uma excelente atuação no campeonato, sendo eliminada pela Argentina, que posteriormente se sagraria campeã, na decisão por pênaltis. Motivada, a equipe recebeu o reforço dos “estrangeiros” e iniciou o percurso das eliminatórias. O que, a princípio, se apresentava como um torneio que seria facilmente dominado pelo time brasileiro, acabou se tornando uma jornada de muita tensão e dramaticidade. A seleção encontrou dificuldade em seus primeiros jogos, empatando sem gols com o Equador e sofrendo, na altitude de La Paz, a primeira derrota de um selecionado brasileiro em partidas válidas pelas eliminatórias sul-americanas (0 x 2).

Os resultados iniciais colocaram o selecionado sob intenso bombardeio da imprensa. Parreira, sempre equilibrado, suportava incessantes críticas que denunciavam um excesso de zelo defensivo em seu esquema tático. Por outro lado, muitos jogadores que não eram convocados passavam a ser insistentemente pedidos por torcedores e comentaristas. Contando com integral apoio da direção da CBF, o técnico manteve seu planejamento e pôde contar com uma melhor adequação dos atletas ao desenho tático nos jogos do segundo turno das eliminatórias, disputados no Brasil. Em 22 de agosto de 2003, as expectativas do treinador começaram a se confirmar. Com grande atuação, a seleção derrotou o Equador (2 x 0) e mostrou entusiasmo para enfrentar a Bolívia, então líder da competição. O desejo de revanche impulsionou o time para uma marcante goleada de 6 a 0, que estabilizou a equipe e deu condições para pensar nos dois jogos decisivos adiante. Após uma tranqüila vitória sobre a Venezuela (4 x 0), o time passou a

se preparar para a partida contra o Uruguai. Necessitando de uma vitória, que lhe garantiria a classificação direta para o Mundial, Parreira escalou aquela que era sua equipe ideal, com Bebeto e Romário no comando do ataque. Em partida antológica, o selecionado superou os uruguaios por 2 a 0, para delírio completo dos mais de 100 mil pagantes que lotavam o Maracanã, e confirmou a presença em mais uma edição do torneio da FIFA.

De paz com a torcida e a imprensa, o time de Parreira podia iniciar a fase final de sua longa preparação. A poucos dias da estréia na competição, duas graves contusões tirariam da Copa a zaga titular da equipe: Ricardo Rocha e Ricardo Gomes. Demonstrando muita confiança no grupo, Parreira procurou não se abalar e passou a treinar Aldair e Márcio Gomes para o miolo da defesa. A comissão técnica trabalhava incessantemente para manter os jogadores completamente concentrados na competição, motivando-os para a conquista. Logo na estréia, ficaram evidentes os acertos do planejamento desenvolvido. Com atuação impecável, mantendo controle sobre as ações da partida, os brasileiros venceram os russos por 2 a 0. No jogo seguinte, mais uma bela exibição frente à República dos Camarões (3 x 0) elevou a equipe à condição de favorita ao título. Já classificado para as oitavas de final, o time confirmou a primeira posição em seu grupo com um empate frente à Suécia (1 x 1), na primeira partida disputada pelos brasileiros em um estádio coberto. A partir da fase classificatória, todos os jogos passavam a ser eliminatórios, o que levou o treinador a trabalhar mentalmente os jogadores para que enfrentassem cada novo compromisso como uma decisão antecipada do título. No dia 4 de julho, feriado nacional norte-americano, o Brasil enfrentou grandes dificuldades para superar o aplicado selecionado dos Estados Unidos pelo placar de 1 a 0. Essa vitória dirigiu a trajetória brasileira para o encontro com o time holandês, também exaltado como uma das equipes com reais chances de conquistar o título. Em memorável partida, o Brasil conseguiu superar a equipe adversária pelo placar de 3 a 2, classificando-se para as semifinais, onde voltaria a enfrentar os suecos. Em uma ousadia tática, Parreira alteraria o posicionamento dos jogadores em campo, colocando Mauro Silva para exercer a função de um terceiro zagueiro de área. Essa mudança conseguiu anular completamente o potencial ofensivo dos suecos e permitiu a passagem à final com uma vitória pela contagem mínima.

No dia 17 de julho de 1994, Brasil e Itália entraram em campo para decidir o título da 15ª Copa do Mundo da FIFA. A decisão ganhava um sentido maior à medida que o time vencedor assumiria a condição de primeiro tetracampeão mundial. Após um jogo de muita marcação e poucas oportunidades de finalização, as duas equipes terminaram o tempo regular e a prorrogação empatadas, forçando a primeira decisão de um Mundial pelo sistema de cobrança de pênaltis. Quando o craque italiano Roberto Baggio desperdiçou sua cobrança, a última para o time italiano, o Brasil retomou a condição de campeão mundial de futebol. A emocionante cerimônia de entrega da Taça FIFA à equipe foi concluída com o técnico Carlos Alberto Parreira descendo as escadarias da tribuna do estádio Rose Bowl com o troféu nas mãos. Diante do assédio dos torcedores, o comandante do tetra ergueu a taça e permitiu que o público a tocasse, como se a uma relíquia dotada de poderes transcendentes. O sonho, adiado por 24 anos, fora enfim realizado. O planejamento e o talento colocaram, uma vez mais, o futebol brasileiro em posição hegemônica no cenário esportivo mundial.

A vitória nos Estados Unidos não representaria apenas um episódio fortuito na trajetória de uma seleção que vinha enfrentando uma desenfreada corrosão de seu prestígio internacional. Resultado de uma racional planificação técnica e administrativa, ela pode ser melhor mensurada na observação dos feitos do futebol brasileiro a partir do início da década de 1990. As categorias de base, agora amparadas por um calendário mais abrangente e podendo usufruir das instalações da Granja Comary, mostraram-se eficientes tanto na conquista de títulos, quanto na revelação de novos talentos. Em 1993, o time comandado por Júlio César Leal sagrou-se tricampeão mundial na categoria sub-20. Dois anos depois, as seleções das categorias juvenis venceriam os campeonatos sul-americanos para jogadores menores de 20 e de 17 anos, comprovando o domínio continental do selecionado brasileiro de jovens. Em 1997 e 1999, o time sub-17 conquistou o bicampeonato mundial, evidenciando a seriedade do trabalho desenvolvido. Durante a década de 1990, as categorias juvenis brasileiras conquistaram mais de duas dezenas de títulos internacionais, demonstrando que a estratégia de manter uma comissão técnica exclusiva resultou em um planejamento de longo prazo que foi coroado com a ascensão da representatividade brasileira.

Se, nas equipes formadas por jogadores jovens, a posição brasileira foi sendo consolidada no decorrer da década, o título mundial de 1994 deu início a um ciclo de

vitórias da seleção principal, abrindo uma nova fase de hegemonia internacional do futebol brasileiro. Logo após o término da Copa do Mundo, o técnico Carlos Alberto Parreira pediu desligamento. Mas isso não representaria a descontinuidade do planejamento, nem a desintegração da comissão técnica que havia conduzido o selecionado ao título máximo, já que Mario Jorge Zagallo deixou a coordenação técnica para assumir o lugar de treinador da seleção. Sob o comando do novo treinador, a equipe iniciou o ano de 1995 com o título da Copa Umbro, após derrotar Suécia (1 x 0), Inglaterra (3 x 1) e Japão (3 x 0). Em seguida, o Brasil fez excelente campanha na Copa América, realizada no Uruguai, perdendo o título para a seleção anfitriã em uma decisão por pênaltis. Em 1996, o time olímpico do Brasil, sob a direção de Zagallo, perdeu a chance de conquistar a almejada medalha de ouro no futebol nos Jogos de Atlanta. Derrotado pela Nigéria na semifinal, obteve a medalha de bronze com uma vitória sobre o time português (5 x 0). Já a seleção, pré-classificada para a Copa do Mundo, acumulou bons resultados no ano de 1997, tendo a temporada coroada por dois títulos internacionais, a Copa América, realizada na Bolívia, e a Copa das Confederações. Com esse retrospecto, o selecionado rumou para a Copa do Mundo de 1998 na condição de favorita e na liderança do *ranking* de seleções criado pela FIFA.

Apesar de ter apresentado no início do ano da Copa resultados decepcionantes, que culminaram com a derrota para a Argentina, em plano Maracanã, pelo placar de 1 a 0, o selecionado foi recebido entusiasticamente pelos jornalistas na França. Logo no início do trabalho no continente europeu, o agravamento da contusão do atacante Romário, um dos heróis da conquista nos Estados Unidos, e seu posterior desligamento abalaram o ambiente da concentração. Nesse clima de instabilidade, o time abriu oficialmente a competição com uma magra vitória sobre os escoceses (2 x 1). Mesmo com as críticas negativas da imprensa especializada, a equipe pareceu encontrar motivação para reencontrar um bom padrão de jogo e derrotar a seleção de Marrocos em seu segundo compromisso na Copa (3 x 0). A combinação dos demais resultados do grupo fez com que o Brasil entrasse em campo contra os noruegueses já classificado para a segunda fase do certame. Os adversários, que haviam imposto uma surpreendente goleada sobre os brasileiros no ano anterior (2 x 4), voltaram a superá-los, dessa vez pela contagem de 2 a 1. Embora a comissão técnica menosprezasse o impacto do

resultado, a imprensa especializada, vivendo um crescente clima de desconfiança, pareceu ganhar argumentos para pôr em dúvida o planejamento conduzido por Zagallo.

Após o fracasso frente aos noruegueses, o time enfrentou o Chile em partida eliminatória válida pelas oitavas de final. Tudo pareceu retomar à normalidade, com uma convincente vitória de 4 a 1 sobre os históricos adversários sul-americanos. Seis dias depois, o Brasil teria um difícil compromisso contra os dinamarqueses, em partida que definiria um dos semifinalistas do torneio. Em uma das partidas mais emocionantes daquela edição do campeonato mundial, o selecionado brasileiro superou a velocidade e a aplicação tática da Dinamarca por 3 a 2. Com o prestígio restabelecido, o time empatou com os holandeses no tempo regular (1 x 1) e carimbou o passaporte rumo à final em mais uma decisão por pênaltis, na qual brilhou o veterano goleiro Taffarel. A decisão do título colocaria o selecionado brasileiro frente à frente com os anfitriões, em uma decisão na qual o predomínio da seleção canarinho parecia nítido. Em campo, no entanto, o favoritismo não se comprovou. Horas antes do início da partida, um incidente ocorrido na concentração pareceu sepultar as chances do pentacampeonato. Ronaldo, atacante que vinha brilhando no torneio, apesar de enfrentar alguns problemas físicos, sofreu uma crise convulsiva que deixou jogadores e comissão técnica aturridos. A pálida performance do selecionado na partida decisiva pareceu comprovar o abatimento geral. Sem dificuldades, a França impôs 3 a 0 nos brasileiros e conquistou a primeira Copa de sua história.

De volta ao Brasil, o selecionado e a direção da CBF foram alvo de uma torrente de críticas que culminou com a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito na Câmara dos Deputados, com o objetivo de averiguar a postura da comissão técnica durante a Copa. Sob forte pressão, Zagallo deixou o comando da equipe e para seu lugar foi convocado Vanderlei Luxemburgo. Técnico com um impressionante currículo no comando de equipes campeãs, Luxemburgo chegou à seleção com forte apoio popular e disposto a reformar taticamente o padrão de atuação da seleção. Enquanto o selecionado passava por período de turbulência, a CBF também enfrentava dificuldades, sendo constantemente colocada no centro das críticas da imprensa. Mesmo com a Confederação franqueando livre acesso aos seus balanços, os contratos publicitários firmados pela entidade e o modelo de comercialização dos direitos de transmissão das partidas eram freqüentemente transformados em mote para longas polêmicas na

imprensa. Esse período foi também aquele em que mais dificuldades foram encontradas na montagem do calendário das competições nacionais. Apesar da diretriz da CBF de estabelecer um campeonato nacional com 20 equipes em disputa por pontos corridos, muitas dificuldades foram encontradas para a implementação desse modelo de competição. A pressão das federações estaduais, que desejavam a liberação de mais datas para a realização dos campeonatos locais, também conflitava com o projeto de retomada dos campeonatos interestaduais, no modelo dos torneios Rio-São Paulo e Sul-Minas. Nesse cenário de muitos questionamentos, a realização dos campeonatos brasileiros passou a sofrer seguidas alterações. Ao final do ano de 1996, por conta de muitos processos que corriam reivindicando pontos de partidas onde supostamente se teriam verificado irregularidades, a direção da CBF decidiu pela não aplicação do procedimento de rebaixamento, ampliando para 26 o número total de times na disputa do título nacional de 1997. Interessada em implementar sua política de redução de equipes na primeira divisão, e procurando evidenciar a credibilidade das regras do torneio, ao final da disputa do Nacional de 1997 quatro equipes foram rebaixadas, incluindo dois ex-campeões brasileiros e fundadores do Clube dos 13: Bahia e Fluminense.

O modelo de disputa do Campeonato Brasileiro manteve a estabilidade até o ano de 1999, quando os clubes passaram a pressionar para que os critérios de rebaixamento fossem revistos. Diante da ameaça dos times de recorrer à Justiça comum para obter pontos e garantir a sua manutenção na primeira divisão, a CBF reagiu fortemente, ameaçando desqualificar, em conformidade com as orientações da FIFA, as equipes que mantivessem ações judiciais. No ano de 2000, o Clube dos 13 novamente rompeu com a entidade máxima do futebol nacional e decidiu organizar um torneio nacional de clubes independente da CBF. A Copa João Havelange substituiu o campeonato nacional nesse ano, e comportou um total de 116 equipes, que se enfrentaram em um complexo sistema de disputa. Tendo em vista as inúmeras dificuldades e distorções encontradas no modelo da copa criada pelo Clube dos 13, foi selado um acordo entre clubes e federações que permitiu que a CBF retomasse a organização do campeonato nacional de 2001. Nesse ano, a CBF fixou normas para a implantação de um calendário quadrienal para as competições nacionais, retomando os torneios interestaduais no primeiro trimestre do ano e estabelecendo critérios de rebaixamento e acesso de forma que o Nacional

apresentasse em sua tabela um número decrescente de times, ou seja, que as 28 equipes envolvidas na disputa da primeira divisão de 2001 pudessem ser reduzidas a 20 ao final dos quatro anos. Com o sucesso desse novo modelo de campeonato brasileiro, resultante da credibilidade que a CBF procurava dar às regras da competição, foram criadas condições para que na competição de 2003 fosse implantado o modelo de disputa por pontos corridos, em dois turnos, coerente com as premissas que a CBF procurava fixar para o calendário do futebol brasileiro.

As condições políticas que conduziram à estabilidade do modelo de disputa do Campeonato Brasileiro também viabilizaram o projeto de modernização administrativa e gerencial da CBF, que seu presidente vinha buscando implantar. Em convênio com a Fundação Getulio Vargas, a Confederação pôde desenvolver sistemas otimizados de gerenciamento de registros, de transferências e de disponibilização de informações on-line. Essas mudanças na estrutura operacional da entidade foram coroadas com a transferência para uma nova sede, em um moderno e seguro edifício na Barra da Tijuca. Investiu-se igualmente na melhoria das instalações e dos equipamentos do centro de treinamentos instalado na Granja Comary. As reformas das instalações de Teresópolis também serviram para a instalação da Escola Brasileira de Futebol, antigo projeto da direção da entidade. Criada através de uma parceria com a FIFA, a Escola oferece cursos, *workshops* e seminários de formação e atualização para profissionais que atuam nas diferentes áreas de atividades relacionadas ao universo do futebol. Seus cursos tanto podem ser ministrados na sede física da instituição, na serra fluminense, como também pelos modernos sistemas de educação à distância, que permitem uma disseminação de seu sistema de ensino por todo o território nacional.

As inovações implantadas pela gestão de Ricardo Teixeira não se limitaram à modernização das estruturas administrativas e operacionais da CBF. A percepção do potencial de transformação social embutido nas atividades desportivas levou à sistematização de uma série de investimentos sociais da Confederação. Em 1996, foi criado o Instituto de Assistência ao Futebol Brasileiro, que criou condições para que ex-jogadores e ex-técnicos possam atuar em projetos sociais e desportivos, implementados pela própria Confederação, voltados para comunidades carentes. Como desdobramento desse projeto, foi criado, em 1995, o campeonato de futebol de favelas do Rio de Janeiro. Realizado com o apoio da Arquidiocese do Rio de Janeiro, os campeonatos

propiciam transporte, alimentação e acesso a equipamentos esportivos para jovens, de ambos os sexos, de comunidades carentes. Ao final da disputa anual, 22 dos participantes são selecionados para um estágio supervisionado na Granja Comary, onde alguns iniciam suas futuras carreiras de atletas de futebol. Os programas sociais da CBF são ainda complementados com doações financeiras para o programa de erradicação da fome e da miséria, o Fome Zero, implementado pelo governo federal em 2003.

A CBF também assumiu a vanguarda na aplicação das normas previstas na nova regulamentação do futebol brasileiro, trazidas pela Lei 10.671 de 2003, que define o chamado Estatuto do Torcedor. Em conformidade com as novas diretrizes, a CBF e a Justiça Desportiva têm procurado aplicar sanções e punições a equipes e atletas que violam as normas estabelecidas no texto legal, e assim garantir condições ideais para a prática e a assistência dos jogos de futebol. Para melhor desenvolver os canais de intercâmbio com as representações encaminhadas pela sociedade civil, a Confederação criou em sua estrutura as auditorias, que exercem o papel de intermediários entre as demandas formuladas pelos cidadãos e as instâncias decisórias. Também foi permitida, através da internet, a consulta a todas as súmulas e borderôs dos jogos oficiais realizados no país, em nome da maior transparência da atividade desportiva.

A modernização do modelo de gestão da CBF também trouxe uma melhoria aos sistemas de preparação dos selecionados de futebol. Com novos sistemas de acompanhamento do desempenho dos jogadores e novos modelos de aferição dos resultados dos treinamentos, a comissão técnica da seleção encontrou condições para implementar um planejamento visando à disputa da XVII Copa do Mundo, realizada na Coreia e no Japão. Vanderlei Luxemburgo, que estreou no comando da equipe no empate por 1 a 1 frente à Iugoslávia, em 23 de setembro de 1998, precisou formular um programa de utilização dos jogadores que não conflitasse com os interesses das equipes estrangeiras pelas quais jogavam os mais expressivos nomes do selecionado. No primeiro torneio disputado sob o comando de Luxemburgo, o Brasil se sagrou bicampeão da Copa América, vencendo o Uruguai (3 x 0) na final. Em seguida, o time seguiu para o México, onde disputou a Copa das Confederações. Apesar de excelente campanha no torneio, o selecionado brasileiro perdeu a final para os anfitriões (3 x 4). O resultado, no entanto, não representou nenhum obstáculo para a condução do projeto do treinador, que acumulava a função de responsável pelo treinamento e preparação da

equipe olímpica. No ano 2000, a ênfase do treinador foi no aprimoramento do time que disputaria o torneio classificatório para os Jogos Olímpicos de Sidney. No Pré-Olímpico, realizado em Londrina, o selecionado apresentou uma campanha irretocável que lhe garantiu o título de campeão e a vaga para o torneio de futebol das Olimpíadas. Antes do embarque para a Austrália, o prestígio do treinador começaria a ser abalado. Um desempenho insatisfatório nos primeiros compromissos pelas eliminatórias da Copa do Mundo, com derrotas para o Chile (0 x 3) e Paraguai (1 x 2), viria a se somar a uma série de processos que Luxemburgo passou a responder na Justiça. Com o nome constantemente na mídia, menos pelo desempenho do selecionado que pelas denúncias de evasão fiscal, Luxemburgo chegou a Sidney com a certeza de que o torneio decidiria seu futuro. Derrotas para a África do Sul (1 x 3) e para Camarões (1 x 2) sepultaram o sonho da medalha de ouro olímpica e precipitaram a saída de Luxemburgo do comando do selecionado.

Enquanto o auxiliar-técnico Candinho dirigia a equipe na vitória de 6 a 0 sobre a Venezuela, válida pelas eliminatórias da Copa, a CBF escolhia o novo técnico da seleção. Emerson Leão, goleiro titular nas copas de 1974 e 1978, foi indicado para dar continuidade ao projeto de formar uma equipe em condições de brigar pelo título mundial em 2002. Sob o comando do novo treinador, no entanto, o time não melhorou seus resultados nas eliminatórias e teve um desempenho pouco alentador na Copa das Confederações de 2001. Com apenas 4 vitórias em 11 jogos, Leão foi afastado do comando da seleção no mês de junho. Faltando menos de um ano para o início da Copa e com o país fora da zona de classificação nas eliminatórias, a CBF decidiu adotar uma tática de choque. Luis Felipe Scolari, técnico que conquistara títulos nacionais e internacionais com as equipes do Grêmio e do Palmeiras, aceitou o convite e provocou reações diversas entre torcedores e analistas. Carismático, capaz de provocar reações extremas às suas polêmicas declarações, o gaúcho “Felipão” tinha um estilo inconfundível: adepto do futebol de grande aplicação tática, não admitia questionamentos ao seu comando. Scolari iniciou sua trajetória na seleção com uma derrota para os uruguayos no estádio Centenário (0 x 1). Em seguida, montou uma equipe sem grandes estrelas e sofreu derrotas humilhantes na Copa América. O treinador, no entanto, demonstrava total confiança no grupo de jogadores e no planejamento. Com vitórias sobre Paraguai (2 x 0), Chile (2 x 0) e Venezuela (3 x 0), o

selecionado garantiu sua classificação para a Copa, permitindo que Scolari trabalhasse sob menor pressão nos meses seguintes.

Apesar de acumular vitórias nos amistosos preparatórios, a seleção brasileira embarcou para a Ásia ainda sem ter conquistado a confiança da torcida. Complicavam a situação do treinador a sua insistência em manter entre convocados jogadores pouco conhecidos do grande público e o precário estado físico e técnico de dois jogadores considerados fundamentais para o sucesso do time: Rivaldo e Ronaldo. Na partida de estréia, contra a Turquia, a seleção superou a desvantagem inicial e garantiu a vitória por 2 a 1 com um pênalti nos minutos finais do jogo. Apesar do desempenho do time ter sido considerado inconstante, era evidente o bom condicionamento físico de toda a equipe, incluindo o dos jogadores tidos como decadentes. As partidas seguintes serviram para dar coesão à equipe, uma vez que os adversários não chegavam a constituir uma real ameaça ao percurso do time na competição: China (4 x 0) e Costa Rica (5 x 2). A classificação em primeiro lugar do grupo colocou a seleção belga no caminho do selecionado brasileiro nas oitavas de final. A tensa partida só foi decidida ao final do segundo tempo, consignando vitória brasileira pelo placar de 2 a 0. Para muitos analistas, o próximo adversário da seleção constituía uma barreira intransponível. Poucos acreditavam que o time dirigido por Scolari teria condições de superar a Inglaterra, que vinha apresentando um futebol de alto nível no torneio. A situação parecia pender definitivamente em favor dos adversários quando Michael Owen abriu o marcador. A partir daí, uma antológica atuação de Ronaldinho Gaúcho fez o ataque brasileiro superar o forte esquema defensivo inglês e impor uma incontestável vitória por 2 a 1.

A vitória sobre a Inglaterra, tida como improvável pelos principais órgãos da imprensa internacional, pareceu estabilizar a equipe e permitiu uma avaliação mais isenta do trabalho de Scolari. O técnico, que jamais se deixara levar pelo entusiasmo desenfreado, havia assegurado, desde o início de seu trabalho, que o Brasil seria um dos quatro semifinalistas do Mundial. Com a confirmação de seu prognóstico, a equipe montada por Felipão evidenciava suas qualidades: um forte sistema defensivo que dava condições para um grupo altamente técnico de atacantes demonstrar sua capacidade em definir partidas. O Brasil já rumou como favorito para a partida contra a Turquia, e não encontrou muitas dificuldades para superar novamente o adversário da estréia, dessa vez

pelo escore de 1 a 0. Na partida decisiva da Copa, o selecionado brasileiro, pela primeira vez na história do torneio da FIFA, enfrentou a Alemanha. O sentido coletivo da equipe alemã apresentou muitas dificuldades para a equipe brasileira. Após 67 minutos de um jogo muito tenso, Ronaldo aproveitou uma rebatida do goleiro alemão, Kahn, para fazer a bola encontrar o destino das redes. O resultado da final estava determinado por antecipação. O selecionado alemão não conseguiu continuar ameaçando a meta brasileira e, dez minutos após o primeiro gol, Ronaldo deu números definitivos ao placar. A comemoração do artilheiro da Copa, correndo em direção ao banco de reservas, era a representação da vitória baseada na superação. Assim como Ronaldo, que venceu a desconfiança geral por conta de suas cirurgias no joelho, o selecionado havia suplantado as críticas para mostrar ao mundo um grupo coeso, taticamente aplicado e merecedor do superlativo título de pentacampeão mundial.

O quinto título mundial consolidou o total predomínio do selecionado brasileiro no cenário internacional e chamou a atenção para o criterioso trabalho que vinha sendo desenvolvido pela CBF no departamento de seleções. A conquista dos campeonatos mundiais na categoria sub-20 e sub-17, em 2003, deu ao Brasil a honra de ser o primeiro país a obter a tríplice coroa da FIFA, detendo simultaneamente os títulos das três categorias em que as disputas internacionais são homologadas pela entidade. A esse conjunto de vitórias foram acrescidas a medalha olímpica de prata do selecionado feminino, conquistada nos Jogos de Atenas, e o título da Copa América de 2004, com a seleção principal novamente sob o comando de Carlos Alberto Parreira.

O técnico laureado com a conquista do tetracampeonato reassumiu a seleção com o compromisso de desenvolver um rigoroso planejamento que conduzisse, sem sobressaltos, o selecionado canarinho para a sua décima oitava participação numa Copa do Mundo. Aliando a experiência de consagrados veteranos a uma exuberante nova safra de talentos, o selecionado ratificou a proposta do treinador, obtendo a classificação antecipada nas eliminatórias em primeiro lugar no grupo sul-americano. Para o encantamento de todo o mundo da bola, Parreira operou na seleção uma significativa alteração tática. Resgatando algumas das mais incensadas tradições do futebol brasileiro, o técnico redefiniu um versátil modelo ofensivo, apelidado pela imprensa de “quadrado mágico”, que viabilizou uma maior liberdade de criação para jogadores com

inesgotável repertório de jogadas de ataque. Com esta nova filosofia de jogo, o Brasil rumou à Alemanha, em junho de 2005, para a disputa da Copa das Confederações.

Mesmo sem contar com alguns dos jogadores tidos como titulares absolutos em seu elenco, o selecionado brasileiro superou as turbulências iniciais da fase classificatória do torneio e se qualificou para as semifinais. Seu desafio nesta fase era o de enfrentar a seleção anfitriã, embalada pela torcida e pelo desejo de vingar-se da derrota na final da Copa de 2002. Na cidade de Nuremberg, a equipe brasileira soube apresentar um sólido sistema de marcação, que conteve o ímpeto adversário, e efetuar investidas precisas com as peças de seu ataque. Ao final, a vitória de 3 a 2, colocou o Brasil em condição de decidir o torneio contra a sua maior rival continental: a forte seleção argentina. Na tarde de 29 de junho de 2005, no gramado do Waldstadion em Frankfurt, o selecionado brasileiro perpetuou uma de suas mais memoráveis exibições. Com total controle do jogo, a equipe nacional demonstrou a eficácia do novo sistema ofensivo e conquistou o título com a elástica contagem de 4 a 1. A incontida festa dos jogadores em campo, que rumaram ao solene pódio ao ritmo de uma roda-de-samba, sintetizava as principais características do futebol brasileiro, onde a arte se alia à técnica para produzir resultados ousados. A taça da Copa das Confederações referendou o favoritismo da seleção canarinho para a Copa do Mundo de 2006.

Na comemoração de suas nove décadas de existência, a Confederação Brasileira de Futebol pode apresentar esta coleção de títulos como resultado de um longo processo de aprimoramento e desenvolvimento dos modelos administrativos do futebol brasileiro. Do confuso processo de legitimação e oficialização da entidade gestora do futebol à estabilidade institucional que rendeu ao Brasil a supremacia mundial no esporte, a trajetória da CBF se apresenta como modelo referencial de gestão desportiva. É exatamente isto que permite a manutenção da hegemonia brasileira no esporte e dá sustentação ao projeto de fazer do “país do futebol” novamente sede de uma edição da Copa do Mundo.

## Presidentes da CBD - CBF

1) **Álvaro Zamith**

Período :

20/11/1915 a 04/11/1916

2) **Arnaldo Guinle**

Período:

04/11/1916 a 08/01/1920

3) **Ariovisto de Almeida Rego**

Período:

08/01/1920 a 16/04/1921

4) **José Eduardo de Macedo Soares**

Período:

16/04/1922 a 26/01/1922

5) **Oswaldo Gomes**

Período:

26/01/1922 a 26/01/1924

6) **Ariovisto de Almeida Rego**

Período:

26/01/1924 a 20/06/1924

7) **Wladimir Bernades**

Período :

20/06/1924 a 19/12/1924

8) **Oscar Rodrigues da Costa**

Período:

19/12/1924 a 13/10/1927

9) **Renato Pacheco**

Período:

13/10/1927 a 23/09/1933

10) **Alvaro Catão**

Período:

23/09/1933 a 05/09/1936

**11) Luiz Aranha**

Período :

05/09/1936 a 28/01/1943

**11) Rivadávia Correa Meyer**

Período:

28/01/1943 a 14/01/1955

**12) Sylvio Correa Pacheco**

Período:

14/01/1955 a 14/01/1958

**13) João Havelange**

Período:

14/01/1958 a 10/01/1975

**14) Heleno de Barros Nunes**

Período:

10/01/1975 a 18/01/1980

**15) Giulite Coutinho**

Período:

18/01/1980 a 17/01/1986

**16) Otávio Pinto Guimarães**

Período:

17/01/1986 a 16/01/1989

**17) Ricardo Terra Teixeira**

Período:

16/01/1989 -

Em julho de 2003, reelegeu-se por aclamação para mais um mandato presidencial.

## BIBLIOGRAFIA

- AGOSTINO, Gilberto. *Vencer ou morrer: futebol, geopolítica e identidade nacional*. Rio de Janeiro, Mauad, 2002.
- ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo, Ática, 1989.
- ARAÚJO, Ricardo Benzaquem de. *Os gênios da pelota*. Rio de Janeiro, PPGAS/UFRJ, 1980. Dissertação de mestrado.
- BELLOS, Alex. *Futebol: o Brasil em campo*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2003.
- BIBAS, Solange. *As copas que ninguém viu: história e bastidores*. São Paulo, Catavento, 1982.
- BIRLEY, Derek. *Sports and the making of Britain*. Manchester, Manchester University Press, 1993.
- CALDAS, Waldenir. *O pontapé inicial: memória do futebol brasileiro*. São Paulo, IBRASA, 1990.
- CARVALHO, Paulo Machado de. *Diário secreto de Paulo Machado de Carvalho*. São Paulo, Edição do Autor, 1959.
- CASTRO, Marcos & MAXIMO, João. *Gigantes do futebol brasileiro*. Rio de Janeiro, Lidador, 1965.
- Coleção de Leis do Brasil*
- DaMATTÁ, Roberto. *Universo do futebol: esporte e sociedade brasileira*. Rio de Janeiro, Pinakotheke, 1982.
- FRANZINI, Fabio. *As raízes do país do futebol: estudos sobre a relação entre o futebol e a nacionalidade brasileira (1919-1940)*. Departamento de História da UNICAMP. Campinas, 2000. Dissertação de mestrado.
- FREYRE, Gilberto. *Sociologia*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1945.
- GOUSSISNKY, Eugenio & ASSUMPCÃO, João Carlos. *Deuses da bola: histórias da seleção brasileira de futebol*. São Paulo, DBA, 1998.
- GUEDES, Simoni Lahud. *O Brasil no campo do futebol*. Niterói, EDUFF, 1998.
- HAMILTON, Aidan. *Domingos da Guia: o divino mestre*. São Paulo, Gryphus, 2004.
- HAMILTON, Aidan. *Um jogo inteiramente diferente: a maestria brasileira de um legado britânico*. São Paulo, Gryphus, 2002.
- HELAL, Ronaldo et alli. *A invenção do país do futebol: mídia, raça e idolatria*. Rio de Janeiro, Murad, 2001.

- HILL, Jeff. *Sports, leisure and culture in 20<sup>th</sup> century Britain*. London, Palgrave MacMillan, 2004.
- HOBBSAWN, Eric J & RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro, Paz & Terra, 1997.
- HOLLANDA, Bernardo Buarque de. *O descobrimento do futebol: modernismo, regionalismo e paixão esportiva em José Lins do Rego*. Rio de Janeiro, Fund. Biblioteca Nacional, 2005.
- JAVRIE, Grant & MAGUIRE, Joseph. *Sports and leisure in social thought*. London, Routledge, 1994.
- KUPER, Simon. *Football against the enemy*. London, Orion, 1996.
- LYRA FILHO, João. *Taça do mundo: 1954*. Rio de Janeiro, Pongetti, 1954.
- MANDELL, Richard. *Historia cultural del deporte*. Barcelona, Bellaterra, 1986.
- MASON, Tony. *Passion of the people? Football in South America*. London, Verso, 1995.
- MASON, Tony. *Sports in Britain: a social history*. Cambridge, Cambridge University Press, 1989.
- MAXIMO, João. *João Saldanha: sobre nuvens de fantasia*. Rio de Janeiro, Relume-Dumara, 1996.
- MAZZONI, Thomas. *História do futebol no Brasil (1894-1950)*. São Paulo, Leia, 1950.
- MERCIO, Roberto. *A história dos campeonatos cariocas de futebol*. Rio de Janeiro, FERJ, 1996.
- MORAES NETO, Geneton. *Dossiê 50: os onze jogadores revelam os segredos da maior tragédia do futebol brasileiro*. São Paulo, Objetiva, 2000.
- MOURA, Gisella. *O Rio corre para o Maracanã*. Rio de Janeiro, FGV, 1998.
- MURRAY, Bill. *Uma história do futebol*. São Paulo, Hedra, 2000.
- NAPOLEÃO, Antonio Carlos & ASSAF, Roberto. *Seleção brasileira: 90 anos*. Rio de Janeiro, Mauad, 2004.
- NEGREIROS, Plínio José Labriola de Campos. *A nação entra em campo: futebol nos anos 30 e 40*. Tese de doutoramento apresentado ao Departamento de História da PUC-SP. São Paulo, 1998.
- NOGUEIRA, Armando *et alli*. *A Copa que ninguém viu e a que não queremos lembrar*. São Paulo, Cia das Letras, 1994.
- NOGUEIRA, Armando & NETTO, Araújo. *Drama e glória dos bicampeões*. Rio de Janeiro, Editora do Autor, 1962.
- PATUSCA, Araken. *Os reis do futebol*. São Paulo, s/ed, 1976.
- PERDIGÃO, Paulo. *Anatomia de uma derrota*. Porto Alegre, L&PM, 2000.
- PEREIRA, Leonardo Afonso de Miranda. *Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro (1902 – 1938)*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2000.

- POLLEY, Martin. *Moving the goalpost: a history of sports and society since 1945*. London, Routledge, 1998.
- PORTO, Luis Roberto *et alli*. *História ilustrada do futebol brasileiro*. São Paulo, Edobras, 1968.
- Relatórios da Confederação Brasileira de Desportos*. 1918 – 1989
- Relatórios da Confederação Brasileira de Futebol*. 1990 - 2002
- RIBEIRO, André. *Fio de esperança*. São Paulo, Gryphus, 2000.
- RODRIGUES FILHO, Mario. *O negro no futebol brasileiro*. Rio de Janeiro, Murad, 2002.
- \_\_\_\_\_. *O sapo de arubinha: os anos de sonho do futebol brasileiro*. São Paulo, Cia das Letras, 1994.
- RODRIGUES, Nelson. *A pátria de chuteiras*. São Paulo, Cia das Letras, 1994.
- \_\_\_\_\_. *À sombra das chuteiras imortais*. São Paulo, Cia das Letras, 1994.
- SALDANHA, João. *Histórias do futebol*. Rio de Janeiro, Revan, 1994.
- SANDER, Roberto. *Anos 40: viagem à década sem Copa*. São Paulo, Bom Texto, 2004.
- SANTOS, Joel Rufino dos. *História política do futebol brasileiro*. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- SOARES, Edgard & BAKLANOS, Sérgio. *Havelange: a FIFA no terceiro milênio*. São Paulo, JSP, 1995.
- SOTER, Ivan. *Almanaque da seleção brasileira*. Rio de Janeiro, Folha Seca, 2002.
- SZEPESI, Gyorgy. *Rapsódia húngara de futebol*. Budapest, Atheneum, 1968.
- TOLEDO, Luis Henrique de. *No país do futebol*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000.